



COLÉGIO ESTADUAL MÁRIO DE ANDRADE  
Ensino Fundamental, Médio e Profissional  
**Rua Tenente Camargo, 345 – Cx.Postal 373**  
Bairro Luther king – CEP.:85605-090  
Fone/Fax: 46 3524-5451

# PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

## COLÉGIO ESTADUAL MÁRIO DE ANDRADE

Francisco Beltrão

2017

## Sumário

<b>1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....</b>	<b>6</b>
1.1 Localização e dependência administrativa .....	6
1.2 Aspectos históricos da instituição.....	6
1.3 - Caracterização do atendimento da instituição e quantidade de estudantes.....	8
1.3.1 Turnos e horários de funcionamento dos cursos .....	8
1.3.2 Quantidade de alunos por curso/ano/série .....	8
1.3.3 Descrição dos cursos oferecidos pela escola .....	9
1.4 Estrutura física, materiais e espaços pedagógicos.....	16
1.5- Recursos Humanos.....	19
1.6- Instâncias Colegiadas .....	20
1.7- Perfil da comunidade escolar (questionário) .....	21
<b>II DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....</b>	<b>25</b>
2.1- Gestão Escolar .....	25
2.2- Ensino Aprendizagem .....	26
2.3- Atendimento Educacional Especializado ao público-alvo da Educação Especial.....	29
2.4- Articulação entre as etapas de ensino .....	31
2.5 - Articulação entre diretores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação .....	33
2.6 - Articulação da Instituição de Ensino com pais e/ou responsáveis .....	33
2.7 - Formação Continuada dos Profissionais da Educação .....	34
2.8 - Acompanhamento e Realização da Hora Atividade .....	35
2.9 - Organização do tempo e espaço pedagógico e critérios de organização de turmas .....	36

2.10 Índices de Aproveitamento Escolar (indicadores internos e externos) abandono/evasão e relação idade ano .....	39
2.11 - Relação entre profissionais da educação e discentes .....	41
<b>III - MARCO CONCEITUAL – COL. EST. MÁRIO DE ANDRADE.....</b>	<b>42</b>
3.1 A diversidade dos sujeitos escolares e as concepções orientadoras da prática educativa .....	46
3.1.1 Conceção de Homem: .....	46
3.1.2 Conceção de Infância .....	47
3.1.3 Conceção de Adolescência .....	49
3.1.4 Conceção de juventude .....	51
3.1.5 Conceção de idoso .....	52
3.1.6 Conceção de Sociedade:.....	53
3.1.7 Conceção de Escola.....	55
3.1.8 Conceção de Educação:.....	56
3.2 Tecnologia e Educação .....	57
3.3 Currículo e Conhecimento .....	58
3.3.1 Conceção de conhecimento e ensino aprendizagem:.....	59
3.3.2 Conceção Pedagógica.....	61
3.3.3 Conceção de alfabetização e letramento .....	61
3.3.4 Conceção de Formação Continuada:.....	62
3.3.5 Conceção de Avaliação, Recuperação e Conselho de Classe:.....	63
3.4 Educação em Direitos Humanos .....	66
3.4.1 Conceção de cultura.....	66
3.4.2 Conceção de cidadania .....	71
3.4.3 Equipe Multidisciplinar: .....	72
3.4.4 Conceção de gestão escolar.....	73
3.4.5 Instâncias Colegiadas:.....	74
3.5 Violência e uso de álcool e outras drogas em âmbito escolar .....	75

3.6	Concepção de Educação Especial .....	76
3.6.1	Concepção de Inclusão e suas formas: .....	78
3.6.2	Sala Apoio: .....	79
3.6.3	Sala de Recursos Multifuncional Tipo 1 .....	80
3.6.4	Sala de Recursos para indicadores de Altas Habilidades .....	80
3.7	Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio.....	81
3.7.1	Concepção de trabalho, ciência, cultura e tecnologia. ....	81
3.7.2	Concepção de Ensino Médio Integrado .....	82
<b>IV</b>	<b>MARCO OPERACIONAL .....</b>	<b>84</b>
4.1	Calendário Escolar .....	85
4.2	Ações Didático Pedagógicas .....	86
4.2.1	Hora Atividade .....	87
4.2.2	Plano de Trabalho Docente .....	87
4.2.3	Alfabetização e Letramento .....	89
4.2.4	Avaliação .....	91
4.2.5	Conselho de Classe.....	95
4.2.6	Gestão Democrática .....	98
4.2.7	Instâncias Colegiadas.....	99
4.2.8	Formação Continuada .....	99
4.2.9	Inclusão .....	100
4.2.10	Sala Apoio .....	100
4.2.11	Sala de Recursos Multifuncional .....	101
4.2.12	Sala de Recursos Multifuncional de Altas Habilidades/ Superdotação .....	102
4.2.13	Plano de Apoio Pedagógico.....	103
4.2.14	Ações de Flexibilização Curricular – Sareh / professor de apoio pedagógico/ atendimento pedagógico domiciliar .....	104
4.2.15	Equipe Multidisciplinar .....	106

4.2.16 Cursos Profissionalizantes.....	107
4.2.17 Uso das tecnologias no Espaço Escolar .....	109
4.2.18 Projetos e Programas Escolares.....	110
4.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR .....	131
4. 4 Avaliação do Projeto Político Pedagógico .....	131
<b>V - REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....</b>	<b>132</b>

## 1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

### 1.1 Localização e dependência administrativa

**Instituição de Ensino:** Colégio Estadual Mário de Andrade, Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional  
**Código da Instituição:** 0001-2  
**Endereço:** Rua Tenente Camargo, nº 345. Bairro Luther King. CEP 85605090.  
**Município:** Francisco Beltrão.  
**NRE:** Francisco Beltrão.  
**Código do NRE:** 012  
**Código do INEP:** 41086201  
**Dependência Administrativa:** Estadual.  
**Localização:** Urbana.  
**Oferta de Ensino:** Ensino Fundamental Anos Finais. Ensino Médio. Educação Profissional Integrada de Nível Técnico. Educação Profissional Subsequente de Nível Técnico. Formação de Docente da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal.  
**Ato de credenciamento da instituição:** Ato administrativo nº 5333/12.  
Ato de Reconhecimento da instituição: Resolução nº  
Parecer do NRE de aprovação do Regimento Escolar nº 244/2008  
**Entidade Mantenedora:** Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

### 1.2 Aspectos históricos da instituição

Esta instituição foi aprovada através do Decreto 14006 de 29/01/64, então denominado Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, sendo designado seu primeiro Diretor, Dr. Waltrudes Silveira Neto. Em 1970, o Ginásio de Francisco Beltrão passou a denominar-se “Ginásio Estadual Mário de Andrade”, pelo Decreto nº. 21289 de 14/10/70, em homenagem à personalidade de Mário de Andrade, figura ilustre da Literatura Brasileira. Em 11/12/70, pelo Decreto nº. 21.863, foi criado o 2º Ciclo (Curso Científico), passando então o antigo Ginásio a denominar-se “Colégio Estadual Mário de Andrade – Ensino de 1º e 2º Graus”. Em 1973, em atendimento à Lei nº5692/71, foram implantadas as primeiras classes de 5ª séries regidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 1975, implantou-se o Ensino Supletivo de 1º Grau dentro dos princípios da Lei nº. 5692/71, passando o estabelecimento a oferecer três cursos distintos: Fundamental, Supletivo de 1º Grau, regidos pela Lei nº. 5692/71 e Curso Científico, regido pela Lei nº. 4024/61. Em 1979, formaram-se as últimas turmas do Curso Científico, que foi extinto a partir dessa data. Em 1980, o Colégio Estadual Mário de Andrade, passa a absorver também o Ensino de 2º grau, nas três habilitações: Magistério, Auxiliar de Escritório e Técnico em

Contabilidade e, com o processo de reorganização, passou a constituir-se num só Estabelecimento de Ensino – Colégio Estadual “Mário de Andrade” – Ensino de 1º e 2º Graus, oficialmente através do Decreto nº 2252/80 da Secretaria de Estado da Educação.

Com as alterações sofridas na nova LDB 9394/96, no que se refere às terminologias, o Colégio passa a denominar-se Colégio Estadual “Mário de Andrade” – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, através da Resolução nº. 3120/98 de 11/09/1998. Com a Nova LDB, são extintos os Cursos Profissionalizantes (Magistério, Auxiliar de Escritório e Técnico em Contabilidade) sendo implantado o Ensino Médio gradativamente, enquanto ocorre a extinção gradativa do Curso de Educação Geral. Através da Resolução 900/99 de 25 de fevereiro de 1990 e Parecer nº376/99 CEE, criou-se o Curso Pós Médio, Modalidade Técnico em Gestão, a partir de 1999, extinto em 2001. A Instrução Conjunta nº. 1745/05 – SUED/DEP autoriza a implantação do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, a partir do ano de 2004, cuja organização curricular é integrada ao Ensino Médio, com observância na Deliberação nº. 010/99 há também desde 2006 o curso na modalidade aproveitamento de estudos e desde 2009 na modalidade subsequente.

Também em 2004, no Colégio, passou a funcionar o Curso Técnico em Administração, gradativamente, sendo que no ano de 2009 o curso passou a atender alunos na modalidade subsequente com aproveitamento de estudos. Em 2006, iniciou-se o Curso Profuncionário, como Formação Continuada para os funcionários, hoje Agente Educacional I e II. Este Curso funcionava aos sábados, com sete (07) turmas nas seguintes modalidades: Técnico em Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos, Manutenção do Meio Ambiente e Infraestrutura Escolar, Alimentação Escolar, Biblioteconomia Escolar e mais duas (02) turmas descentralizadas de Técnico em Secretaria, nos municípios de Santa Isabel D'Oeste e Pranchita. Ainda neste mesmo ano, iniciou o funcionamento da Casa Familiar Rural, na Linha Vila Lobos em Francisco Beltrão, tendo como escola base o Colégio Estadual Mário de Andrade. O Colégio contempla ainda duas turmas do CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras e Modernas): em Espanhol.

### 1.3 - Caracterização do atendimento da instituição e quantidade de estudantes

#### 1.3.1 Turnos e horários de funcionamento dos cursos

**Matutino** – 7h15min às 11h40min, com 26 (vinte e seis) turmas, sendo: 06 (seis) turmas de Ensino Médio Regular, 07 (sete) turmas do curso Formação de Docentes, 05 (cinco) turmas do curso Técnico em Administração, 04 (quatro) turmas do curso Técnico em Edificações, 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, e 1 (uma) Sala de Apoio a Aprendizagem.

**Vespertino** – 13h05min às 17h30min, com: 28 (vinte e oito) turmas, sendo: 11 (onze) de Ensino Fundamental, 03 (três) turmas do Ensino Médio Regular e 14(catorze) turmas de Prática de Formação.

**Intermediário da tarde** - 17h35min às 19h00min, com 01 (uma) turma CELEM Espanhol (1º Ano) e 01 (uma) turma de Atividade Complementar de Treinamento Desportivo.

**Noturno** – 19h00min as 23h05min, com duas 03 (três) turmas do Ensino Médio, 01 (uma) turma do curso Técnico em Administração Integrado, 03 (três) turmas do curso Técnico em Administração Subsequente e 01 (uma) turma CELEM Espanhol (2º Ano)

#### 1.3.2 Quantidade de alunos por curso/ano/série

CURSO	ANO/SÉRIE	Nº DE ALUNOS
Ensino Fundamental	6º Anos	58
	7º Anos	91
	8º Anos	95
	9º Anos	83
Ensino Médio Regular	1º Anos	134
	2º Anos	115



	3º Anos	116
Curso Técnico em Administração Integrado	1º Ano	44
	2º Ano	34
	3º Anos	54
	4º Anos	51
Curso Técnico em Administração Subsequente	1º Semestre	50
	2º Semestre	30
	3º Semestre	18
Curso Técnico em Edificações Integrado	1º Ano	41
	2º Ano	22
	3º Ano	21
	4º Ano	20
Curso Formação de Docentes	1º Anos	75
	2º Anos	50
	3º Anos	45
	4º Ano	29
Sala de Apoio a Aprendizagem	6ºs	30
Sala de Recursos Multifuncional	E. F.	11
CELEM - Espanhol	E. F. e E.M.	55
Aulas Esp. Treinamento Desportivo	E. F.	21

### 1.3.3 Descrição dos cursos oferecidos pela escola

**Ensino Fundamental** (5ª a 8ª) séries/ 6º ao 9º ano Seriação/ duração/carga horária: seriação anual, mínima de quatro anos, com avaliações trimestrais, com carga mínima anual de oitocentas (800) horas, considerando aulas de cinquenta (50) minutos, sendo obrigatória a participação de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da frequência do total das horas letivas previstas em lei para aprovação. Isso distribuído em duzentos (200) dias letivos, como

prevê a Lei. A partir do ano 2012 a escola passa a ofertar o Ensino Fundamental de Nove Anos, qual seja de 6º ao 9º ano, devido á Lei 11.114/05, que altera o artigo 6º da LDB, sendo a aprovação de forma simultânea, passando a nomenclatura de série para ano. Curso Ensino Médio.

O **Ensino Médio** ofertado pelo Colégio Mário de Andrade tem as seguintes características: a seriação anual, mínima de três anos com avaliações trimestrais, com a carga horária mínima anual, de mil (1000) horas, considerando aulas de até cinquenta (50) minutos, sendo obrigatória a participação de, pelo menos, setenta e cinco por cento (75%), da frequência do total das horas letivas previsto em lei. Oferece o regime de progressão parcial, com limite máximo de duas disciplinas.

O Curso de **Formação de Docentes para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental** – Normal Integrado - Nível Médio. O Curso foi implantado no ano de 2004, por meio da Instrução Conjunta n. 01/04 SEED/DEP. De acordo com a Proposta Curricular, o curso tem como objetivo a formação de professores para atuarem como docentes na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

A proposta traz como pressupostos curriculares os seguintes princípios: o trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito da criança ao atendimento escolar de qualidade. Trabalho, Ciência e Cultura são as bases que sustentam estes princípios. De acordo com o Decreto Presencial n. 5.154/04, que estabelece a organização curricular no formato “integrado”, isto é, a formação técnica profissional em nível médio integrada ao ensino médio, à duração do Curso Normal Médio Integrado tem como carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas horas) com duração de 04 (quatro) anos. Possui na sua matriz curricular um total de 4200 horas/aulas além da oferta sob forma de “aproveitamento de estudos” para alunos egressos do Ensino Médio, com duração de três anos. O curso é presencial e seriado e as aulas ministradas de segunda a sexta feira, num total de 05 (cinco) aulas diárias. O número máximo de alunos por turmas será de 36 (trinta e seis) e 18 (dezoito) alunos para prática de formação.

A Prática de Formação do Curso de Formação de Docentes, que compreende também estágio supervisionado, tem o mínimo de 800 (oitocentas) horas, associando teoria e prática como parte integrante e significativa dessa área, e o efetivo exercício de docência, com duração mínima de 200 (duzentas) horas na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo 100 horas no primeiro semestre e 100 horas no segundo semestre. A parte prática, distribuída ao longo do Curso, deverá contextualizar e articular-se com as demais áreas curriculares (Del. 10/99 do CEE). O curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Aproveitamento de Estudos está estruturado em três séries, perfazendo um total de 3.840h (três mil oitocentas e quarenta horas), com 840 horas de Estágio Supervisionado em

contra turno. Sendo ofertado a alunos egressos do Ensino Médio. As disciplinas cursadas são de formação específica. A partir deste ano o curso é ofertado com nova Matriz Curricular composta de cinco semestres na modalidade subsequente.

### **Perfil do Profissional do Curso:**

O aluno, ao concluir o curso, atuará como profissional da educação, com formação humana, comprometido com a efetivação de diretrizes e ações que venham responder aos anseios das famílias e das crianças, assim como aspectos didáticos pedagógicos voltados para o atendimento às peculiaridades das aprendizagens infantis e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, possuindo uma formação sólida dos conhecimentos psicológicos, filosóficos e sócio antropológicos e os conhecimentos psicolinguísticos, para que cumpra seu papel de promover e ampliar o grau de letramento dos alunos.

Ao concluinte do curso, organizado de forma conjugada, será oferecido diploma, especificando o direito ao exercício profissional. Prática de Formação: A Prática de Formação (estágio supervisionado) terá o mínimo de 800 (oitocentas) horas, associando teoria e prática como parte integrante e significativa dessa área, e o efetivo exercício de docência, com duração mínima de 200 (duzentas) horas, sendo 100 horas no primeiro semestre e 100 horas no segundo semestre na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A parte prática, distribuída ao longo do Curso deverá contextualizar e articular-se com as demais áreas curriculares. (Del. Nº. 010/99) A Prática de Formação (estágio supervisionado) está dividida por eixos temáticos conforme a série: 1.

Na primeira série, as práticas pedagógicas se concentrarão nos “sentidos e significados do trabalho do professor/educador”, em diferentes modalidades e dimensões. O eixo será possibilitar a observação do trabalho docente pelos alunos. Isso implicará visitas às: a) creches; b) instituições que tenha maternal e pré-escola; c) escolas, preferencialmente na 1ª e 2ª séries. 2. Na segunda série, os alunos terão contato com situações problemas no âmbito de algumas modalidades específicas e de experiências educacionais extra- 12 escolares.

“A Pluralidade Cultural, as diversidades, as desigualdades e a educação”. As observações ocorrerão em: a) creches e/ou escolas regulares, que tenham um número significativo de alunos portadores de necessidades educacionais especiais; b) instituições especializadas em diferentes necessidades especiais; c) projetos alternativos de educação popular; d) projetos voltados para a educação indígena e/ou educação do campo. 3. Na terceira série o eixo temático que norteará os estudos será “Os condicionantes da infância e da família no Brasil e os fundamentos da Educação infantil”.

Na quarta série os alunos iniciam suas experiências práticas de ensinar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Nesta etapa, o estágio deverá possibilitar ao aluno a elaboração de materiais didáticos, a seleção adequada dos mesmos e o desenvolvimento de técnicas de ensino adequadas para as crianças.

Obrigatoriamente, os alunos deverão fazer primeiro o estágio com crianças de 0 a 6 anos e, na segunda fase, com crianças de 7 a 10 anos, completando assim todo o ciclo dessa fase da educação. Legislação que normatiza a Prática de Formação: LDB 9394/96, artigo 82, parágrafo único. Parecer 35/03 do CNE/CEB, que trata das normas para a organização e realização de Estágio de alunos do Ensino Médio e Educação Profissional. Deliberação 10/99, artigo 10, alínea b, do inciso II e parágrafo único. Resolução nº 01/04 do CNE/CEB que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e EJA. Parecer 01/99 CNE/CEB Resolução 02/99 CNE/CEB.

Em relação à estrutura pedagógica e de apoio ao Curso, o Colégio conta com Equipe Pedagógica específica do Curso composta, no mínimo, por um Coordenador de Curso, que atua com um mínimo de 10 (dez) horas, para cada 04 turmas, por turno, de acordo com o número de turmas e o Coordenador de Estágio, no mínimo de 10 (dez) horas, para cada 04 turmas por turno, de acordo com a Deliberação nº. 010/99.

### **Curso Técnico em Administração integrado - Eixo Tecnológico: Gestão de Negócio.**

O Curso Técnico em Administração visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. Possui como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo.

Assim, os três componentes curriculares: base nacional comum, parte diversificada e parte específica integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam à base da formação técnica. Por outro lado, as ciências humanas e sociais permitirão que o técnico em formação se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura.

O Curso Técnico em Administração vem de encontro à necessidade da formação do Técnico numa perspectiva de totalidade e constitui-se numa atividade com crescente exigência de qualificação. A organização dos conhecimentos no Curso Técnico em Administração enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por

sua ação criativa. O Curso conta com um Coordenador de Curso, que atua com um mínimo de 10 (dez) horas, para cada 04 turmas, por turno, de acordo com o número de turmas.

Objetivos do Curso: organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem; oferecer um processo formativo que assegure a integração entre a formação 14 geral e a de caráter profissional de forma a permitir tanto a continuidade nos estudos como a inserção no mundo do trabalho;

Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas; Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área com a finalidade de consolidar o “saber fazer”; Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental; Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho na área de administração; Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.

Dados gerais do Curso: Habilitação Profissional: Técnico em Administração Carga Horária Total do Curso: 4.000 horas aula ou 3.333 horas Regime de Funcionamento: de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira, nos períodos manhã e noite. Regime de Matrícula: Anual Período de Integralização do Curso: Mínimo 04 (quatro) anos Requisitos de Acesso: Conclusão do ensino fundamental Modalidade de Oferta: Presencial Perfil Profissional do Curso: O Técnico em Administração domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual e moral para acompanhar as mudanças, de modo a intervir no mundo do trabalho.

Executa as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controle de estoques. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.

Ao final dos quatro anos, o aluno deverá buscar um curso superior para, assim, dar continuidade aos conhecimentos adquiridos na escola e ampliar seu perfil profissional de administrador. Para a instituição escolar, isto significa prioritariamente, um profissional capaz de interagir com o outro, com a sociedade, que tenha, portanto, formação técnica profissional e também humana. Organização Curricular:

A Matriz Curricular foi alterada em 2010 e implantada gradativamente, substituindo a matriz de 2007. O Curso Técnico em Administração Subsequente, com organização curricular

específica tem como propósito o desenvolvimento profissional do educando, procurando formá-lo com uma visão crítica, capaz de analisar as atividades econômicas, financeiras, mercadológicas, patrimoniais e outras atividades afins, assim como, ser um agente capaz de interferir positivamente na sociedade.

A escola oferta o Curso **Técnico em Edificações**, Eixo Tecnológico: Infraestrutura é ofertado de forma integrada ao Ensino Médio. O curso visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo, tendo como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo.

O Técnico em Edificações detém conhecimentos científicos e tecnológicos que lhe permitem atuar de forma consciente na sociedade e no mundo do trabalho. Desenvolve e executa projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica. Planeja a execução e elabora orçamento de obras. Presta assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações. Orienta e coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações. Orienta na assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.

**CELEM** (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas): As atividades do CELEM são integradas às demais atividades do estabelecimento, subordinando-se a todas as suas instâncias pedagógicas e administrativas. Deverá atender a todas as disposições da Resolução n 3904/2008 e da Instrução n 019/2008 – SUED/SEED Os cursos são anuais. O início das aulas é concomitante ao início do período letivo das aulas da Matriz Curricular. Os mesmos são destinados aos alunos da Rede Estadual de Educação Básica e também à comunidade, que poderá usufruir dos cursos, num total de até 30% das vagas sobre o número máximo de alunos por turma, desde que comprovada à conclusão dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A carga horária semanal dos cursos será de 04 (quatro) horas/aula de até 50 minutos, distribuídas em até dois dias, preferencialmente não consecutivos. As turmas serão formadas com um mínimo de 20 (vinte) alunos e máximo de 30 (trinta) alunos.

A avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considera as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Os resultados das atividades avaliativas são analisados durante o período letivo pela equipe pedagógica, direção e professores, observando os avanços e as necessidades detectadas, para estabelecer novas ações pedagógicas.

A **Casa Familiar Rural**, localizada na Linha Vila Lobos, no município de Francisco Beltrão, desde o ano de 2006, tem como escola base o Colégio Estadual Mario de Andrade. Este, por sua vez, atende toda a parte legal, bem como pedagógica. Os professores participam das capacitações junto com os professores do Colégio Estadual Mário de Andrade, que atende atualmente as seguintes turmas: 7ª série, 8ª série e 1º Ano Ensino Médio, totalizando 46 alunos. Os alunos têm aulas no período integral, tendo como pressuposto metodológico a Pedagogia da Alternância, princípio de aprendizagem organizada em função do trabalho, permitindo períodos de formação na sede da escola, em regime de internato, alternados com períodos no meio familiar. Sendo que a avaliação ocorre conforme o previsto no Regimento Escolar do Mario de Andrade. A oferta desta modalidade cessou neste ano de 2017.

**Curso Profuncionário:** é um Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores, implementado pela educação profissional, na oferta de cursos na área Técnica em Nível Médio possibilitada pela instituição legal da 21ª Área Profissional, sendo hoje denominado Eixo Tecnológico de Apoio Educacional.

Esta formação para os Funcionários da Educação busca unir as dimensões técnicas e pedagógicas imprescindíveis para a formação humana, comprometida com a ética, profissionalização e construção de uma educação de qualidade para todos. O curso é realizado em regime modular na forma subsequente e semipresencial, sendo 30% da carga horária realizada presencialmente e 70% realizada a distância. O objetivo do curso é oferecer formação profissional em Nível Médio à distância, aos funcionários (Agente Educacional I e II), que atuam na rede de ensino da educação básica pública. Oferece formação na Área de Apoio Escolar, com habilitações em Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Biblioteconomia, Manutenção do Meio Ambiente e Infraestrutura Escolar. O Técnico em Secretaria Escolar deverá auxiliar na administração da escola, atuando como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia na escola, com capacidade para construir, propor, participar, interferir, conduzir, refletir, mediar e dialogar com a comunidade escolar na perspectiva de emancipação do exercício da cidadania e da responsabilidade social coletiva.

O Técnico em Multimeios Didáticos deverá se apropriar, decodificar e mediar o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos na prática escolar. Deverá agir como educador, buscando a ampliação do conhecimento do educando, sua emancipação e autonomia, facilitadas pelo uso dos recursos disponíveis na escola.

O Técnico em Biblioteconomia deverá atuar no tratamento, recuperação e disseminação da informação em ambientes físicos e virtuais executando atividades auxiliares, especializadas e administrativas, relacionadas a rotinas de bibliotecas ou dos centros de documentação e informação, quer no atendimento ao aluno, na administração do acervo ou na manutenção de banco de dados, além de colaborar no controle e na conservação de documentos e equipamentos.

O Técnico em Alimentação Escolar deverá preparar, selecionar e preservar os alimentos, valorizando a cultura alimentar local, programando e diversificando a merenda escolar. Atuará como educador junto à comunidade escolar, mediando e dialogando sobre as questões de higiene, lixo e poluição, do uso da água como recurso natural e esgotável, de forma a contribuir na construção de bons hábitos alimentares e ambientais.

O Técnico em Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar deverá preservar, refletir, valorizar e integrar o ambiente físico escolar, bem como o patrimônio como espaço educativo, agindo como educador na construção de hábitos de preservação e manutenção do ambiente físico, do meio ambiente e do patrimônio escolar. Aos sábados funcionam sete (07) turmas do curso Profucionário, na modalidade de Formação Inicial e ascensão ao Plano de Carreira para Agente Educacional I e II. Há ainda duas (02) turmas descentralizadas de Técnico em Secretaria, nos municípios de Santa Isabel Do Oeste e Pranchita. A Avaliação da Formação Pedagógica ocorre pela construção de Memorial com anotações da prática e das atividades à distância, fichas de frequência e relatório final.

A recuperação de estudos é um dos aspectos da aprendizagem que considera a necessidade de retomada de saberes não apreendidos pelos cursistas.

#### **1.4 Estrutura física, materiais e espaços pedagógicos**

Quanto à estrutura física, o Colégio dispõe: 21(vinte e uma) salas de aula, sendo uma sala adaptada, distribuídas em 03 (três) alas; 1 (uma) sala reservada para vídeo e reuniões; 1 (uma) sala-oficina para atividades especiais, como prática, dinâmicas palestras e exposições de trabalhos; 1 (uma) sala para prática de hora atividade dos professores com computador, Internet. 1 (uma) biblioteca, reunindo um acervo aproximado de 18.000 (dezoito mil) livros; 1 (um) laboratório de informática, com espaço para instalação de 40 (quarenta) computadores (atualmente com 20 equipamentos); 1 (um) laboratório de informática Proinfo com 10 computadores; 19 1 (um) laboratório para prática de experiências de Ciências, Física, Química e Biologia; 1 (uma) sala para matemática, para, para utilização de material concreto; 1 (um)



Ginásio de Esportes, completo, podendo abrigar 1000 (mil) alunos; 1 (uma) piscina semi-olímpica; 1 (uma) cozinha para a preparação da merenda escolar; 1 (uma) cantina escolar, para venda de lanches; 1(uma) ala administrativa, que abriga a direção, secretaria; 3 (três) salas para atuação da Equipe Pedagógica e Coordenação; 21 (vinte e um) TVs pendrive, 07 (sete) Vídeos e 03 (dois) DVDs; 3 (três) retro projetores e respectivas telas; 1 (uma) duplicadora; 2 (uma) máquina foto copiadora (Xerox); 1 (um) notebook; 2 (dois) projetores de imagem; 5 rádios. TV ambulante + laboratório.

### RECURSOS AMBIENTAIS

Laboratório de informática	01
Laboratório de Edificações	01
Laboratório de Química/ Biologia/ Física	01
Sala de Vídeo	01
Sala de Recursos	01
Sala Multifuncional	01
Sala dos Professores	01
Sala de Coordenações	01
Biblioteca	01
Cozinha	01
Cantina	01
Sala de Hora Atividade	03
Sala Administrativo	01

### RECURSOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Acervo Bibliográfico: O Colégio Estadual Mário de Andrade conta com uma Biblioteca que atende a totalidade dos cursos.	
a) Técnicos	484
b) Literaturas	10.595
c) Didáticos	1.930
Materiais didático-pedagógicos: Jogos matemáticos - jogos de xadrez - jogos virtuais - fantoches - dominó do alfabeto e dos números - quebra-cabeça - tangran -material dourado - livros de literatura infanto- juvenil - roupas especiais para contação de história e para teatro. Bolas e brinquedos lúdicos entre outros.	100
<b>Laboratório de Informática - PROINFO</b>	
Computadores	30
Estabilizadores de Energia	25
Impressora	01

<b>Laboratório de Química, Física e Biologia</b>	
<b>Química</b>	
- Vidrarias;	30
agitador,	01
aquecedor ( não possuimos reagentes).	01
<b>Biologia</b>	
Microscópio;	03
lâminas preparadas.	02 caixas
<b>Física</b>	
Gerador de Van der graaff,	01
looping.	01
<b>Laboratório de Edificações</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 04 Conjuntos de cápsulas de evaporação em porcelana</li> <li>• 01 Medidor de umidade de solos SPEEDY</li> <li>• 08 Slump Test - Conjuntos completos</li> <li>• 01 Balança Shimadzu AY</li> <li>• 01 Aparelho Casagrande c/ cont. de golpes</li> <li>• 03 Densímetros p/solo</li> <li>• 03 – Trenas Orient fibra de vidro – 50m</li> <li>• 02 – Conjuntos para determinação de densidade</li> <li>• 02 – Conjuntos permeâmetro de carga constante</li> <li>• 01 – Prensa eletro hidráulica com controle DIGI</li> <li>• 01– Prensa CBR manual com um anel dinamômetro</li> <li>• 01 – Prensa de adensamento tipo BISHP 1ton.</li> <li>• 01 – Repartidor de amostras IS 107-1960 BS81</li> <li>• 05 – Repartidores de amostras de bancada</li> <li>• 01 – Estação total</li> <li>• 01 – Estereoscópio de espelho de mesa</li> <li>• 05 – Densímetro para solo de 0,995-1.050G/MR</li> <li>• 03 – Moldes cilíndricos para ensaio de CBR</li> <li>• 03 – Molde cilíndrico para ensaio Proctor/10mm</li> <li>• 01 – Agulha de Proctor com mola</li> <li>• 01 – Dispositivo para Paver</li> </ul>	

- 01 – Dessecador em vidro Boro
- 08 – Picnômetro em vidro
- 08 - Picnômetro em vidro 250ml
- 08 - Picnômetro em vidro 100ml
- 08 - Picnômetro em vidro 500ml
- 08 - Picnômetro em vidro 25ml
- 01 – Prensa para ensaio de cisalhamento
- 06 – Soquete Proctor
- 01 – Aparelho de Gilmore
- 01 – Dis. p/ ensaio tração na flexão
- 02 – Mira de encaixe de alumínio
- 02 – Baliza de ferro desmontável
- 06 – Cone de sinal flexível
- 08 – Soquete CBR 4,536kg
- 01 – Soquete Proctor
- 07 – Soquete cilindro Proctor 2,5kg
- 03 – Dispositivo para compactar
- 01 – Estufa Esterilização e secagem
- 01 – Banho Maria de boca e sorológico
- 08 – Soquete cilíndrico 10 libras
- 01 – Dispensador de amostra elétrico
- 01 – Chapa aquecedora
- 01 – Bomba de geração de vácuo elétrico
- 01 – Argamassadeira

## **1.5- Recursos Humanos**

Em relação aos recursos humanos, 100% dos professores, Equipe Pedagógica e Direção possuem Curso Superior e Especialização na disciplina de sua atuação.

Destes, 11% concluíram ou estão cursando o PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), programa de Formação Continuada da SEED. Alguns Agentes Educacionais estão cursando o Ensino Médio e outros já o concluíram. Alguns cursam o Ensino Superior e Pós-Graduação, assim como o curso do Pró-Funcionário, iniciado em 2006, oportunizando a Formação Continuada a estes funcionários das escolas estaduais não só deste estabelecimento,

mas do Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão, visando um melhor desempenho em suas respectivas funções.

FUNÇÃO	QUANTIDADE	VÍNCULO FUNCIONAL	
		QPM	PSS
Direção	03	03	-----
Professores(as)	119	81	23
Equipe Pedagógica	14	13	01
Ag. Educacionais I	17	13	04
Ag. Educacionais II	10	09	01
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>117</b>	<b>29</b>

## 1.6- Instâncias Colegiadas

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é composta por pais de alunos, docentes, agentes educacionais e alunos maiores de dezoito anos. Funciona por meio de uma diretoria executiva e de um conselho deliberativo. Dessa forma, a APMF será regida por estatuto próprio.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, que tem como principal atribuição o acompanhamento da Proposta Pedagógica Curricular.

O Grêmio Estudantil Mario de Andrade – GEMA é um órgão organizado por alunos de todas as modalidades e níveis de ensino. Tem finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais, a partir do Estatuto próprio aprovado em Assembleia Geral convocada para esse fim.

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar e refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem das turmas e séries que a escola oferta. Possibilitando o (re)planejamento da prática pedagógica e a (re)organização do trabalho pedagógico.

Organizamos o Conselho de Classe em três momentos:

- **Pré-Conselho:** esse é o momento em que a Equipe Pedagógica faz o levantamento de dados, um espaço de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem com docentes e estudantes.
- **Conselho de Classe:** nesse momento direção, pedagogo, secretário e professores se reúnem para discutir os dados, os problemas e as proposições levantados no pré-conselho. A tomada de decisão envolve encaminhamentos relacionados a metodologias, ações e estratégias que redirecionam o processo de ensino e visem à aprendizagem.

- **Pós-Conselho:** são os encaminhamentos e ações previstos no Conselho de Classe, que podem implicar em: retorno aos pais e/ou responsáveis e aos estudantes, encaminhamentos para situações mais específicas e individuais e também na retomada do Plano de Trabalho Docente.

### **1.7- Perfil da comunidade escolar (questionário)**

Por meio do conhecimento do perfil da comunidade escolar é possível planejar e repensar a escola, neste sentido, elaboramos em conjunto com os professores e funcionários um questionário com o objetivo de conhecer o perfil desta comunidade e criar uma base de dados e informações mais próxima da realidade. O questionário foi aplicado aos alunos em dezembro de 2016 e analisado os dados em fevereiro de 2017. Na pesquisa com os alunos foram exploradas as dimensões culturais, econômicas, sociais e os anseios dos mesmos em relação à escola. Para a análise dos dados que serão apresentados na sequência deste texto, foram feitas comissões de professores das diferentes áreas do conhecimento quando cada comissão analisou uma dimensão do questionário. O gráfico com o percentual total das respostas encontra-se no anexo deste documento.

Iniciamos analisando a dimensão sócio familiar. Destacamos que o maior número dos alunos mora com a família composta pelo pai e mãe em residência própria localizada na zona urbana do município. O nível de escolaridade dos pais é variável destacando maior escolaridade da mãe. O ganho familiar gira em torno de três salários mínimos e, com isso, 94% das famílias não participa de nenhum programa social. Um fator de preocupação destacada no questionário é de que em 44% das famílias alguém faz uso de álcool, cigarros, drogas ou medicamento depressivo o que leva a constatar que muitos alunos da escola estão em risco de dramatização ou convivendo com pessoas em depressão.

A segunda dimensão da pesquisa foi em relação ao trabalho. Embora 69% dos alunos declaram que não trabalham formalmente faz parte do contexto da escola um número considerável de alunos, principalmente do turno da noite e da manhã que trabalham fora de casa. 30% dos alunos que trabalham são estagiários ou participantes do programa Jovem Aprendiz no setor do comércio e de prestação de serviço em órgãos públicos. Encontram-se também jovens que trabalham na construção civil, domésticos e na agricultura. Trabalham em média de vinte a trinta horas semanais. Segundo eles, o que os motiva a trabalhar é a busca pela independência financeira, para adquirir experiência profissional e para ajudar nas despesas da família. A idade

média de início do trabalho gira em torno de 14 a 16 anos. A renda mensal destes jovens em poucos casos chega ou passa de um salário mínimo.

Embora os alunos declarem que na maioria consegue conciliar o trabalho com o estudo, observa-se, principalmente no turno da noite, muitas evasões motivadas pelas condições do trabalho.

A dimensão educacional do questionário revela que aproximadamente 22% dos alunos já reprovaram em algum ano de sua trajetória estudantil. Quando questionados do tempo de estudo fora da sala de aula 32% dos estudantes relatam que apenas assistem às aulas, embora o número de alunos que respondem que estudam de uma a duas horas diárias o desafio posto são os alunos que não se dedicam ao estudo fora do ambiente escolar. Isso comparado com o nível de exigência da escola, que é considerada exigente pelos mesmos, embora 88% demonstrem que o estudo contribui para a vida.

Ainda na dimensão educacional, os alunos demonstram que as dificuldades estão na sequência das respostas relacionadas a concentração durante as explicações, no entendimento ao conteúdo, nas avaliações, no relacionamento com os colegas e professores. Em relação à vida estudantil, 56% demonstram que pretendem continuar os estudos e fazer um ensino superior e acreditam que a formação profissional corresponde às expectativas e insere as jovens no mercado de trabalho.

Outra dimensão do questionário está relacionada à dimensão cultural, ou seja, como o jovem vê as questões relacionadas às relações sociais e a diversidade social. Quando questionados sobre a relação dos conteúdos escolares aos problemas sociais 64% afirmam que os mesmos são discutidos na escola e que estão relacionados ao conteúdo das disciplinas.

Quanto ao contato com espaços culturais, embora tenham alunos em contato maior com meios culturais, nos preocupa ainda o diagnóstico de que muitos ainda não tiveram a oportunidade de ir a um cinema, museu, exposição de arte. A maioria vai ao teatro porque a escola proporciona. A cidade não oferece exposições diversificadas e quando há, esta fica concentrada à categoria de movimento e não de contemplação.

Quanto ao gosto pelo gênero musical e literário este é variado entre os alunos. Em relação ao acesso a meios de propagação da cultura, informação e conhecimento, 86% dos alunos tem um computador em casa e 90% destes têm acesso à internet. A fonte de informação está centrada na internet e na tv, no entanto, percebe-se nas respostas que embora os jovens permaneçam em média mais de duas horas diárias na internet o acesso está centrado em sites de entretenimento e menos em sites de informação ou estudo.

Quanto à leitura de livros, o ensino fundamental demonstra mais interesse pela leitura, gostam de ir à biblioteca e apreciam o gênero de ficção, romance, conto e poesia. Quanto ao estudo de outro idioma 61% dos alunos não estudam, mas demonstram no questionário a intenção de estudar. A escola oferta o CELEM de Espanhol, mas as condições do transporte e o horário (intermediário e noturno) dificultam o deslocamento dos mesmos.

Outra dimensão analisada no questionário é a estrutura física da escola. Mais de cinquenta por cento dos alunos acham que os ambientes atendem parcialmente as necessidades e destacam que os laboratórios e a biblioteca são muito usados e carecem de investimentos em materiais.

Sobre os órgãos colegiados, a pesquisa revela que a maioria dos alunos já participou de alguma decisão sobre assuntos relacionados à escola, no entanto, ainda demonstram a necessidade de ampliar a participação democrática dos alunos. Quanto ao Grêmio estudantil a maioria conhece a função do mesmo, no entanto, destaca-se que 40% demonstram o não conhecimento sobre a função política e econômica do mesmo. O Grêmio tem boa representatividade e é conhecido dos alunos.

Quanto ao Conselho Escolar, a maioria dos alunos demonstra não conhecer, o que se apresenta como um desafio para a escola, pois mesmo o Conselho Escolar sendo um órgão atuante e com representação estudantil que, juntamente com outros segmentos da escola define grande parte das ações da mesma, é pouco conhecido no meio estudantil.

Nas questões voltadas à diversidade, os alunos demonstram desconhecimento da legislação que rege. Grande parte deles revelam que já sofreram algum tipo de preconceito. Isso revela a necessidade de a escola intensificar por meio das disciplinas escolares o trabalho com as questões voltadas à diversidade.

Outra dimensão do questionário aplicado aos alunos está relacionada à avaliação que os mesmos fazem do trabalho pedagógico. Demonstram que o professor domina o conteúdo que está sendo trabalhado na maioria das aulas. Ainda demonstram que os professores, em sua maioria, desenvolvem atividades inovadoras e significativas, e que durante o ano a carga horária e os conteúdos previstos para as disciplinas são cumpridos. Quanto à avaliação demonstram que há diversidade de instrumentos de avaliação e 64% dos alunos respondem que são comprometidos e envolvidos com o estudo.

Os alunos dos cursos profissionalizantes também responderam a um questionário específico analisando questões voltadas ao mesmo. Nos cursos técnicos as respostas demonstram que as disciplinas específicas e do núcleo comum contribuem para a sua formação técnica e profissional e com isso a satisfação dos mesmos em relação ao curso. No entanto, demonstram a

necessidade do desenvolvimento de mais aulas práticas nos laboratórios e que os estágios são medianos. Dos alunos que já estão trabalhando na área de formação, demonstram satisfação com a profissão e o desejo de continuar os estudos na mesma área.

Quanto ao curso de Formação de Docentes, os alunos consideram que os materiais, serviços e laboratório são suficientes na maior parte das vezes, no entanto, um número considerável considera que deixam a desejar principalmente ao que se refere aos computadores no laboratório de informática uma vez que o curso usa muito nas aulas de estágio para a elaboração de relatórios e atividades de regência.

A grande parte dos alunos do curso de Formação de Docentes dos anos finais encontra-se trabalhando na área e consideram que o curso atendeu as expectativas. Quanto às atividades ofertadas pelo curso como a Semana da Educação e o Seminário de estágio tem a aprovação de 73% dos alunos. Consideram ainda que as disciplinas específicas e do núcleo comum contribuem para a formação profissional e habilita para atuar na educação infantil e ensino fundamental, além disso, segundo eles, a relação teoria prática é presente no processo pedagógico do curso.

Estes dados são o resultado da análise feita pelos professores ao questionário aplicado aos alunos. Destacamos que para que este marco situacional relatasse o contexto total da escola seria necessária a aplicação de pesquisa a todos os segmentos da escola, ou seja, além dos alunos, os professores, funcionários, pais e comunidade deveriam ser ouvidos. No entanto, devido à brevidade e o tempo delimitado para a elaboração deste documento no ano de 2017 acreditamos não ser mais possível a realização deste trabalho a fim de registro dos dados neste documento. No entanto, embora este documento apresente-se com data finalizada não impede a escola de realizar a pesquisa com outros segmentos em anos posteriores a fim de diagnosticar, sintetizar e analisar o perfil, a avaliação e a expectativa dos professores, funcionários e pais em relação às diferentes dimensões do espaço escolar.



## II DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

### 2.1- Gestão Escolar

A Gestão Escolar tem a função de organizar todos os elementos que, direta ou indiretamente, influenciam no trabalho pedagógico, ou seja, os aspectos ligados aos profissionais da educação e suas funções, aos espaços e aos recursos, garantindo a legalidade de todas as ações e primando pelo processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos.

Dentre os princípios da gestão democrática, estão a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar nas instâncias colegiadas: Conselho Escolar, APMF, Conselho de Classe e Grêmio Estudantil.

Em relação às instâncias colegiadas, o colégio Estadual Mário de Andrade, tem constituído e em funcionamento os seguintes órgãos colegiados:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é composta por pais de alunos, docentes, agentes educacionais e alunos maiores de dezoito anos. Funciona por meio de uma diretoria executiva e de um conselho deliberativo. Dessa forma a APMF será regida por estatuto próprio.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, que tem como principal atribuição o acompanhamento da Proposta Pedagógica Curricular.

O Grêmio Estudantil Mario de Andrade – GEMA é um órgão organizado por alunos de todas as modalidades e níveis de ensino. Tem finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais, a partir do Estatuto próprio aprovado em Assembleia Geral convocada para esse fim.

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, em que os professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar e refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem das turmas e séries que a escola oferta. Possibilitando o (re)planejamento da prática pedagógica e a (re)organização do trabalho pedagógico.

Percebemos na escola, a existência e a atuação das instâncias Colegiadas. Contudo, ainda há a perspectiva de enxergar nessas instâncias a prevalência de funções meramente burocráticas. As instâncias colegiadas deverão ser chamadas a cumprir suas verdadeiras funções de consulta, deliberação e controle da gestão escolar. Isso propiciará uma gestão democrática, livre e transparente. Para a efetivação da gestão democrática, sentimos a necessidade de:

- Promover reuniões com os membros das instâncias colegiadas a fim de que as mesmas compreendam suas reais funções.
- Proporcionar as condições necessárias para que as instâncias colegiadas possam efetivar, juntamente com a direção escolar, uma prática de gestão realmente democrática.
- Assegurar a participação efetiva dos conselheiros nas discussões e resoluções dos problemas da escola através da realização de reuniões diagnósticas e resolutivas.
- Fomentar a importância da participação da comunidade escolar nos órgãos colegiados - compreender sua função e disponibilizar-se a participar.

Ainda em relação à gestão da escola, faz-se necessário que os pais, mães ou responsáveis legais participam ativamente da escola, a escola deve possibilitar a participação efetiva dos pais na gestão da escola, o envolvimento das famílias nas atividades escolares e nas reflexões e estudos relacionados ao processo pedagógico.

O espaço físico, assim como os equipamentos e recursos pedagógicos constituem um conjunto de dispositivos disponíveis para enriquecer as experiências de aprendizagem, tornando-as mais dinâmicas e efetivas. A escola possui amplo espaço físico, no entanto, para diversificar as metodologias e aumentar as possibilidades de aprendizagem dos alunos, necessita de reformas e construção de novos espaços físicos, como por exemplo, construção do anfiteatro e ampliação dos laboratórios.

## **2.2- Ensino Aprendizagem**

O processo ensino e aprendizagem efetiva-se quando o sujeito apropria-se de conhecimentos que possibilitem a compreensão do meio em que vive. O conhecimento é, portanto, fruto de uma relação entre o sujeito, o professor e o conteúdo/objeto do conhecimento. Fazem parte do processo de ensino e aprendizagem o Plano de Trabalho Docente, o Conselho de Classe e os Registros da Prática Pedagógica.

**Plano de Trabalho Docente:** É amparado legalmente pela LDB 9394/96, deve ser elaborado pelo professor com a intenção de organizar o processo de ensino-aprendizagem. Em nossa escola o PTD é trimestral. É elaborado em consonância com as Diretrizes Estaduais, a proposta pedagógica curricular e com o PPP do Colégio.

De maneira geral, os Planos de Trabalho Docente, são sempre elaborados, mas há pouco acompanhamento de seu desenvolvimento em sala de aula. Faz-se necessário, repensar o trabalho

dos pedagogos e coordenadores de curso para que os mesmos possam acompanhar a execução dos planejamentos a fim de dar apoio pedagógico aos professores.

Precisamos avançar na superação da perspectiva formal do PTD, pois há alguns professores que são resistentes à elaboração do PTD, justificando ser um documento formal e que na prática não se efetiva. Há também incoerências entre o PTD e a prática docente, o Livro Registro de Classe e o caderno do aluno.

**Sistema de Avaliação:** É a parte do processo de ensino e aprendizagem realizada como forma de acompanhamento da aprendizagem e subsídio para a tomada de decisão em relação aos procedimentos que podem levar a avanços no processo.

No CEMA, o sistema de avaliação é trimestral, com média 6,0 (seis vírgula zero), composta de, no mínimo, duas avaliações, com peso 0,0(zero vírgula zero) a 10,0(dez vírgula zero) cada, desde que sejam utilizados mais do que um instrumento para avaliar os níveis de aprendizagem. Dentre os instrumentos utilizados, obrigatoriamente, deve constar pelo menos, uma prova individual e sem consulta. O professor poderá acrescentar outras avaliações de acordo com a especificidade da disciplina e estabelecido no Plano de Trabalho Docente.

A recuperação é paralela e concomitante a Recuperação de estudos, portanto, deve corresponder a quantidade de avaliações propostas em cada disciplina. Deve ser feita por meio do acompanhamento individual, exercícios e atividades significativas, possibilitando ao aluno, apropriar-se dos conteúdos ministrados, através de metodologias e instrumentos diversificados. A nota trimestral será obtida através de média aritmética das avaliações realizadas.

No curso profissionalizante Técnico em Administração Subsequente semestral, a avaliação será realizada em 2 (dois) bimestres, seguindo os mesmos critérios da avaliação trimestral.

Em relação à avaliação é necessário:

- Promover formação que discuta a avaliação como forma efetiva de análise do desempenho escolar. Aprofundando os estudos seus objetivos, metodologias, critérios e instrumentos diversos.
- Repensar, juntamente com a equipe docente e pedagógica, formas de recuperação de estudos que visem o aprofundamento da aprendizagem e, não somente, melhoria de notas.
- Há diversificação de instrumentos de avaliação, porém com necessidade de ampliar as discussões acerca da elaboração escrita desses instrumentos.
- No início de cada semestre e, quando da chegada de professores novos, discutir o sistema de avaliação adotado pela escola e presente nos documentos escolares.

## **Conselho de Classe**

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar e refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem das turmas e séries que a escola oferta. Possibilitando o (re)planejamento da prática pedagógica e a (re)organização do trabalho pedagógico.

Organizamos o Conselho de Classe em três momentos:

- **Pré-Conselho:** esse é o momento em que a Equipe Pedagógica faz o levantamento de dados, um espaço de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem com docentes e estudantes.
- **Conselho de Classe:** nesse momento direção, pedagogo, secretário e professores se reúnem para discutir os dados, os problemas e as proposições levantados no pré-conselho. A tomada de decisão envolve encaminhamentos relacionados a metodologias, ações e estratégias que redirecionam o processo de ensino e visem à aprendizagem.
- **Pós-Conselho:** são os encaminhamentos e ações previstos no Conselho de Classe, que podem implicar em: retorno aos pais e/ou responsáveis e aos estudantes, encaminhamentos para situações mais específicas e individuais e também na retomada do Plano de Trabalho Docente.

Consideramos que a organização do Conselho de Classe tem avançado na definição de estratégias e encaminhamentos que promovam a melhoria do ensino e da aprendizagem, no entanto, precisamos discutir com os professores sobre a função do Conselho de Classe, tendo em vista que para muitos professores o Conselho de Classe tem apenas a função de avaliar o aluno e não todo o trabalho pedagógico.

## **Registros da Prática Pedagógica**

O registro das atividades que dizem respeito à aprendizagem é direito e dever dos docentes e dos discentes. No caso dos discentes, são tais registros que possibilitam comprovar a responsabilidade nas oportunidades de aprendizagem ofertadas aos estudantes, tanto em frequência, como em conteúdo, metodologia e recuperação de estudos, além da avaliação. No caso dos docentes são obrigatórios o Livro Registro de Classe Online, Plano de Trabalho Docente e Atas dos Conselhos de Classe.

No Colégio Estadual Mario de Andrade, os professores fazem os registros do planejamento no Plano de Trabalho Docente e a efetivação deste no Livro de Registro de Classe. Contudo indicamos alguns problemas a serem resolvidos em relação aos registros acima:

- Entrega do PTD nos dias definidos pela Equipe Pedagógica;
- Registros claros e em dia no Livro de Registro de Classe;
- Maior acompanhamento da efetivação do PTD em sala de aula;
- Maior acompanhamento da hora-atividade com o objetivo de dar subsídios e apoio pedagógico aos professores;
- Repensar o trabalho dos pedagogos e coordenadores de curso para que os mesmos possam acompanhar a execução dos planejamentos para que a aprendizagem se efetive.

### **2.3- Atendimento Educacional Especializado ao público-alvo da Educação Especial**

A todos os alunos, portadores de características diferenciadas ou necessidades especiais: físicas, intelectuais e motoras e/ou condições sócio-culturais diversas, deve ser garantido o acesso e a permanência na escola.

A inclusão não atende apenas às crianças com alguma deficiência, mas também as excluídas ou discriminadas. Portanto, mesmo com recursos escassos o importante é dar meios para os estudantes façam parte do mundo, que haja preparo para os Professores e Equipe Pedagógica que atendam aos alunos com necessidades especiais.

A inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para a Educação Especial na Educação Básica, e no Estado do Paraná em 2004 com a criação das Salas de Recursos na Rede Regular de Ensino. Numa sociedade plural e democrática, a inclusão escolar representa um amadurecimento da política educacional. Deve atingir todos os alunos que apresentem características diferenciadas não apenas de deficiência e aprendizagem, mas também de condições sócio- culturais diversas. Garantindo, assim, o acesso e a permanência de todos à escola.

A Educação, como um direito de todos os cidadãos estabelecido pela Constituição Federal do Brasil (1988), foi reafirmada pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei nº9394/96, que destina o Capítulo V à Educação Especial.

O art.58 da LDBEN define que a educação dos alunos com necessidades especiais deve ser realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino. Assim, a educação Especial que era vista por muitos como modalidade usual de atendimento às pessoas com necessidades especiais e, principalmente das pessoas com deficiências, deve atuar como complemento da Educação Básica ou Superior, um instrumento a estar disponível quando necessário.

### **Sala de Recursos Multifuncional Tipo 1**

O Colégio Estadual Mário de Andrade oferta a Sala de Recursos para o Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, que é um serviço especializado de natureza pedagógica que apoia e complementa o atendimento realizado em Classes Comuns.

Os alunos podem ser egressos da Educação Especial ou aqueles que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, decorrentes de Deficiência Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos que necessitam de apoio complementar. O aluno deverá passar por uma avaliação pedagógica no contexto escolar, psicológica e neurológica, quando necessário, para o ingresso.

O trabalho pedagógico especializado, na Sala de Recursos, deve constituir um conjunto de procedimentos específicos, de forma a desenvolver os processos, cognitivo, motor, sócio afetivo emocional, necessários para apropriação e produção de conhecimentos.

O horário de atendimento na Sala de Recursos é ofertado em período contrário ao que o aluno está matriculado e frequentando a classe comum, deverá ser trabalhado de forma individualizada ou em grupos, e o tempo de trabalho coletivo não deverá exceder o tempo do trabalho individual. Os atendimentos realizados em grupos deverão ser organizados por faixa etária e/ou conforme as necessidades pedagógicas.

Na Sala de Recursos, o aluno recebe atendimentos de acordo com suas necessidades devendo ser de 2(duas) a 4(quatro) vezes por semana, não ultrapassando 2(duas) horas diárias conforme prevê a Instrução Nº 05/04 – CEE, a Instrução Nº 013/08 SUED/SEED, a Deliberação 02/03 – CEE, a Resolução 02/01 – CNE, Parecer nº 17/01- CNE das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

### **Sala de Recursos para Indicadores de Altas Habilidades**

A sala de recursos é um serviço especializado de natureza pedagógica que suplementa e complementa o atendimento realizado em Classes Comuns da Educação Básica. Os alunos devem ter, impreterivelmente, avaliação pedagógica realizada pelos professores da classe comum, professor especializado, pedagogo da escola, com assessoramento de uma equipe multiprofissional externa (Universidades, escolas de Educação Especial, Secretarias Municipais da Saúde através do estabelecimento de parcerias) e equipe do Núcleo Regional de Educação, devidamente orientada pela SEED/DEEIN.

O trabalho pedagógico especializado na Sala de Recursos deve constituir um conjunto de procedimentos específicos, que têm por objetivo enriquecer a aprendizagem, oportunizando

intervenção nas áreas das habilidades e interesses dos alunos, com parcerias estabelecidas pela escola e outras instituições/ organizações afins, sendo ofertada em período contrário.

O atendimento é ofertado conforme prevê a Instrução Nº 016/08 –SEED/SUED, a Deliberação 02/03 – CEE-PR, a Resolução 02/01 – CNE, Parecer nº17/01- CNE das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação N9394/96.

### **Sala Apoio à Aprendizagem:**

Tem como especificidade atender alunos de 6º ano, os quais apresentam dificuldades de aprendizagem ou defasagem de conteúdo do Ensino Fundamental, objetivando motivar, diminuir os índices de abandono e reprovação e principalmente auxiliar a aprendizagem do aluno.

São elaborados materiais didáticos pedagógicos, considerando as necessidades e dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Os alunos são atendidos no turno contrário, com no máximo de vinte (20) alunos por disciplina.

O profissional da sala apoio deverá ser um conhecedor dos fundamentos psicopedagógicos desta faixa etária, bem como domínio dos conteúdos básicos das séries iniciais e dos relativos ao segundo segmento do ensino fundamental e principalmente, saber aplicá-los com eficácia.

## **2.4- Articulação entre as etapas de ensino**

A transição do 5º para o 6º ano apresenta muitos desafios, é marcado por uma série de mudanças. Uma nova escola, mais professores, novas disciplinas, conteúdos mais complexos e aprofundados e, tudo isso somado à entrada na adolescência. Nossos alunos apresentam dificuldades na organização dos materiais e na adaptação em relação ao horário, pois a cada cinquenta minutos muda o professor.

Levando-se em consideração os fatores acima citados e os problemas que a não adaptação podem causar na aprendizagem dos alunos, buscamos fazer a transição de uma etapa para outra através as seguintes ações:

-No primeiro dia, organizamos com os alunos um “tour” pela escola. Com o objetivo de conhecer todos os espaços (biblioteca, laboratório, ginásio de esportes, refeitório, entre outros);

-Auxiliamos os alunos na organização do caderno;

- Orientamos os alunos quanto ao horário escolar, para que o aluno traga o material previsto para cada aula;
- Cronograma de agendamento de avaliações e trabalhos a serem entregues;
- Oficinas realizadas pelas alunas do curso Formação de Docentes: Oficinas de Literatura, Leitura, Raciocínio Lógico, Coordenação Motora, entre outras;
- Saída antecipada em cinco minutos para o intervalo (recreio).
- Realização de diagnóstico da aprendizagem dos alunos e posterior retomada dos conteúdos que os alunos têm maiores dificuldades.

Uma questão que exige análise e discussão do Colégio para a organização do trabalho escolar está relacionada ao fracasso escolar dos adolescentes que ingressam no 1º ano do Ensino Médio. Observou-se que muitos alunos oriundos de outras escolas ou até mesmo da própria instituição encontram dificuldades de adaptação na nova condição escolar, interferindo no processo ensino e aprendizagem. Em decorrência disto, alguns reprovam no 1º ano e outros são promovidos para o ano seguinte por Conselho de Classe, sem que realmente ocorram aprendizagens significativas.

O ingresso no Ensino Médio apresenta muitos desafios, várias disciplinas, cultura escolar diferente, organização do material e adaptação ao horário, alguns ficam inseguros em relação à mudança de escola e de Curso. Considerando os fatores acima mencionados e a incidência que os problemas de adaptação estão presentes na vida escolar do adolescente, acreditamos que a escola possa amenizar as transições de uma etapa para outra da Educação Básica. A articulação entre o Ensino Fundamental e o Médio é necessária para facilitar o percurso escolar dos alunos.

No início do ano letivo são realizadas algumas ações com o objetivo de articular as etapas de ensino. Em todos os cursos realizamos reunião com os pais e alunos apresentando os documentos da escola (PPP e Regimento Escolar) e também apresentação do curso.

Realizamos também avaliações diagnósticas nas turmas dos 1º ano do Ensino Médio regular e profissionalizante, com o objetivo de descobrir que conhecimento a turma já tem e quais as dificuldades ou defasagens que os alunos apresentam e precisam ser trabalhados. Esse trabalho é realizado nos dias regulares de aula e nas complementações de carga horária – Apoio Pedagógico.

Nos cursos profissionalizantes realizamos aula inaugural com palestra sobre temas relevantes para os cursos.



## **2.5 - Articulação entre diretores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação**

Entende-se que o trabalho coletivo nas escolas se estabelece através de integração das atividades do corpo docente e equipe pedagógica no sentido de organizar o trabalho pedagógico tendo como objetivo a aprendizagem dos alunos.

Considera a gestão pedagógica uma atividade complexa e exige planejamento de ações, estabelecimento de metas, manutenção de recursos e avaliação. Nesse sentido a escola procura organizar o trabalho pedagógico da seguinte forma: No início período letivo, ocorre o planejamento das ações e atividades desenvolvidas durante o ano com a comunidade escolar. O corpo docente junto com a equipe pedagógica planeja sua ação docente, elaborando o plano anual e trimestral.

A articulação entre os educadores acontece na Semana Pedagógica, nos planejamentos, na hora-atividade e nos demais dias reservados para a formação continuada. No início do ano letivo, nem todos participam. Devido à distribuição de aulas que acontece nos dias de formação. Os Agentes Educacionais II, muitas vezes, não participam, pois estão em função das matrículas e documentação escolar.

Equipe pedagógica e direção se reúnem todo início da semana e analisam, avaliam as atividades desenvolvidas na semana anterior e planejam as atividades da semana. As ações e atividades planejadas são discutidas com os professores na hora do recreio em reuniões agendadas e nas horas-atividades

## **2.6 - Articulação da Instituição de Ensino com pais e/ou responsáveis**

Consideramos que envolvimento da comunidade/família no processo educativo é de fundamental importância para o sucesso escolar do aluno, como um todo. Para aqueles que estão diretamente envolvidos com o ensino/aprendizagem, estabelecer vínculos escola-família, significa objetivar o processo a partir da realidade do aluno, da realidade que se materializa no contexto da historicidade, costumes, valores e cultura.

Esse conhecimento favorece e complementa o trabalho realizado no espaço escolar, permitindo a compreensão a partir da realidade e seus movimentos.

Diante de tais considerações, o Colégio Estadual Mário de Andrade, desenvolve ações que possibilitam a articulação da instituição com a comunidade/família, possibilitando a participação na organização, financeira, estrutural e pedagógica. Para tanto, utilizamos as

instâncias colegiadas com Conselho Escolar, APMF, Grêmio Estudantil, organização de reuniões com os pais dos alunos, que permitam formação, informação e diálogo sobre o ensino/aprendizagem, jogos e festividades.

No ano de 2016, iniciou-se uma nova experiência com os pais dos alunos do Ensino Fundamental, denominada, Pais Representantes de Turma, com a finalidade de uma maior aproximação dos pais com a realidade de sala de aula, visando construir possibilidades de participação nas instâncias colegiadas, incluindo o conselho de classe participativo. A fim de possibilitar discussões entre pais e professores, criando, a cada momento, diferentes estratégias educacionais, tanto em casa quanto na escola.

## **2.7 - Formação Continuada dos Profissionais da Educação**

A formação continuada refere-se às ações de formação que acontecerão durante a jornada de trabalho, como: reuniões de trabalho para discutir a prática e troca de experiências com colegas, principalmente durante a Hora Atividade, pesquisas, minicursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classe; ações de formação fora da jornada de trabalho, cursos, encontros semanas pedagógicas promovidos pela Secretaria Estadual de Educação.

A formação continuada é a garantia do desenvolvimento pessoal e profissional permanente. Ela acontece por meio do estudo, reflexão, discussão e da confrontação das próprias experiências. Além da responsabilidade da instituição, os trabalhadores em educação também são responsáveis para com a própria formação, no sentido de buscar informação, fundamentação para que sua ação seja cada vez mais eficaz, reconstruindo suas práticas e teorias, resultando em mudanças pessoais e profissionais.

A SEED nos oferece alguns momentos de Formação Continuada:

- Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE);
- Semana Pedagógica na escola;
- Jornada Pedagógica;
- Grupos de estudos aos sábados;
- Participação de Seminários, Congressos e Conferências;
- Curso do Profucionário.

Além destes momentos, a Equipe Pedagógica tem um Planejamento de formação, com assuntos específicos a serem discutidos e aprofundados com os Professores e Agentes Educacionais nos encontros Pedagógicos reservados no Calendário Escolar, para isto contamos também com a parceria de um grupo de professores da UNIOESTE.

A formação continuada organizada e ofertada pela SEED para todos os profissionais que atuam no estabelecimento refere-se às ações de formação que acontecerão em vários momentos durante o período letivo em: Reuniões Pedagógicas, Planejamento/Replanejamento Formação em Ação e estudos nas horas atividades. Além das atividades propostas pela SEED são desenvolvidos pela escola durante a jornada de trabalho, reuniões de trabalho para discutir a prática pedagógica e troca de experiências com colegas, atividades de estudos e pesquisas, minicursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classe; ações de formação fora da jornada de trabalho e cursos de interesse do professor.

Vale ressaltar que a formação continuada dos técnicos administrativos do Colégio Estadual Mário de Andrade ocorre algumas vezes em conjunto com os docentes, e outras vezes em cursos específicos promovidos pela a Secretaria de Estado da Educação e pelo Colégio.

Após análise e discussões com a equipe pedagógica e professores sobre a formação continuada ofertada pela SEED, o Colégio Estadual Mário de Andrade, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino e instrumentalizar teoricamente os profissionais para uma prática educativa mais eficiente, buscou-se parceria com o Departamento de Educação da Universidade Oeste do Paraná (UNIOESTE). Esta parceria envolve a participação sistemática dos profissionais dessa instituição em cursos, palestras e oficinas em todas as áreas do conhecimento. Os temas que envolvem os processos de estudos são elencados e escolhidos democraticamente pelos profissionais que atuam no estabelecimento e devem versar sobre o processo ensino/aprendizagem, função social da escola à luz da teoria Histórica-Crítica. Estes encontros acontecem de acordo com o calendário escolar da SEED, com o programa de formação continuada. A proposta de formação esta pautada nas necessidades educativas da instituição e coerente com a concepção pedagógica adotada.

A formação continuada é a garantia do desenvolvimento pessoal e profissional permanente. Ela acontece por meio do estudo, reflexão, discussão e da confrontação das próprias experiências. Além da responsabilidade da instituição, os trabalhadores em educação também são responsáveis para com a própria formação, no sentido de buscar informação, fundamentação para que sua ação seja cada vez mais eficaz, reconstruindo suas práticas e teorias, resultando em mudanças pessoais e profissionais.

## **2.8 - Acompanhamento e Realização da Hora Atividade**

Na organização do horário semanal da escola, segue-se a orientação do Núcleo Regional de Educação na distribuição das disciplinas e dias de hora atividade.

De acordo com a Instrução N°001/2015-SUED/SEED, a hora atividade constitui-se no tempo reservado aos professores em exercício de docência voltado para estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (LDBN 9394/96). Portanto, esse momento deve possibilitar ao docente refletir acerca da sua prática, planejar ações de intervenção com base no diagnóstico da realidade escolar, participar de formação continuada e atender e estreitar laços com a comunidade escolar, contribuindo com a melhoria da qualidade do processo educativo.

Partindo do pressuposto da necessidade de se garantir que esse espaço seja efetivamente voltado à melhoria do processo educacional, a Secretaria de Estado da Educação encaminhou aos Núcleos Regionais de Educação no final de 2011, a proposta de implementação da hora atividade concentrada por disciplina, que tem como objetivos possibilitar:

- Aos pares da disciplina que atuam no mesmo estabelecimento/turno um momento semanal de discussão sobre os encaminhamentos teórico-metodológicos que embasam a prática pedagógica do ensino da disciplina;
- O planejamento do conteúdo semanal, preparação de materiais e recursos didáticos, correção de avaliações, troca de experiências com colegas da mesma área ou série, estudo e discussão de diversos temas.
- Às equipes pedagógicas uma maior integração com os professores, bem como uma melhor organização pedagógica da hora atividade;
- A análise, discussão e implementação do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular e das Diretrizes Curriculares Estaduais Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual;
- A oferta de formação continuada em horário de trabalho, sem prejuízo pedagógico aos alunos; Aos professores dos 6º anos, é organizada de forma que os professores planejem juntos suas atividades independentemente da disciplina.

A organização deverá ser a mesma para as instituições de ensino sob jurisdição do NRE, uma vez que a organização da hora atividade concentrada objetiva, também, propiciar uma melhor efetiva atuação das equipes dos NRE junto aos professores da rede estadual de ensino.

## **2.9 - Organização do tempo e espaço pedagógico e critérios de organização de turmas**

A organização do tempo e espaço pedagógico e critérios de organização das turmas incluem a forma como a instituição se apresenta em relação ao tempo e ao espaço (biblioteca,

sala dos professores, laboratório, sala de atendimento, equipe pedagógica e rotinas (entrada/saída, recreio, intervalos, etc), entre outras rotinas do cotidiano escolar.

O Colégio funciona diariamente nos dias de atividades previstas em calendário escolar, em regime anual (Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante) e semestral (Educação Profissional Subsequente) no horário das 7h15min às 11h40min; 13h05min às 17h30min e das 19h às 23:05h, totalizando 200 dias letivos, 800 horas anuais ou 1000 horas-aula. Tendo um horário de 15 minutos para a merenda/lanche e intervalo.

A saída e entrada são acompanhadas pela equipe de direção, supervisionando a movimentação dos alunos nesse período. As alas de salas de aula, assim como o pátio, são acompanhadas pelos agentes educacionais I. O uso de uniforme, aprovado em assembleia pelos pais e ou/responsáveis, é obrigatório.

A comunicação individual entre o Colégio e os responsáveis, assim como dos responsáveis com a escola é realizada por bilhete ou ligação telefônica. A comunicação coletiva é feita através do site da escola e quando necessária através de assembleia com os pais. Aos alunos as informações são repassadas através do site da escola, nos murais e avisos em sala de aula. Em relação aos professores, as informações são repassadas pelo site da escola, via e-mail, e também através de aviso formal na sala dos professores, nos três turnos.

Precisamos melhorar a disseminação das informações referentes à escola para que cheguem a todos os envolvidos, pois, muitas vezes, as informações não chegam aos educadores, pais, alunos e comunidade.

O critério de formação das turmas ocorre de acordo com o número de alunos matriculados, cabendo à secretaria e a equipe pedagógica fazer a distribuição em turmas por período e ano, no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Preferencialmente, procura-se mesclar proporcionalmente a quantidade de meninos e meninas, alunos reprovados e alunos da mesma localidade, evitando a concentração de uma ou outra característica na mesma turma. Esses critérios são aplicáveis quando há mais de uma turma no turno.

Após a composição das turmas, analisamos como a turma apresentou-se quanto à aprendizagem, aproveitamento, interação, disciplina, faixa etária e números de alunos e também a solicitação dos pais para um melhor aproveitamento escolar ou para resolver situações familiares. Havendo a necessidade, fazemos alguns remanejamentos entre as turmas.

**BIBLIOTECA:** A biblioteca constitui-se em um espaço pedagógico, cujo acervo está à disposição de toda comunidade escolar para pesquisa e uso, apenas a questão de empréstimo fica restrita aos alunos e professores. O atendimento da biblioteca é realizado por profissionais qualificados e de acordo com a legislação em vigor.

**LABORATÓRIO DE QUÍMICA, FÍSICA E BIOLOGIA:** O laboratório tem por finalidade aplicar os conceitos teóricos das disciplinas de ciências/Biologia, Química e Física. Onde são utilizados os equipamentos como o microscópio na visualização de células vegetais e animais, bem como na utilização de reagentes para demonstrar as diversas reações e ainda identificar ácidos e bases.

Este espaço precisa ser ampliado para que seja adequado ao número de alunos das turmas do Ensino Médio. E para que este recurso didático contribua para que os conceitos obtidos em sala de aula e comprovados no laboratório, se efetivem como conhecimento sistematizado.

**LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA:** O Paraná Digital é uma realidade no colégio. São vinte (18) terminais que os estudantes têm acesso juntamente com o professor. Todos estão conectados à internet através do cabo de fibra óptica. Este espaço visa desenvolver o conhecimento tecnológico. É utilizado para complementar e ampliar os conteúdos construídos em sala de aula, através da pesquisa, aula com recursos diferenciados como áudio, imagens, textos e todas as informações que esta rede pode fornecer tanto ao professor quanto ao aluno.

**LABORATÓRIO DE EDIFICAÇÕES:** As aulas práticas realizadas no laboratório são de grande relevância para o aprendizado, o aluno vivencia a aplicação dos conteúdos ministrados em sala de aula, aliando a teoria com a prática. Neste espaço temos um professor capacitado para atuar juntamente com o professor regente da disciplina. No entanto precisamos adquirir mais materiais e equipamentos para que as aulas efetivamente contribuam para a aprendizagem.

**a) O ATENDIMENTO AS MODALIDADES:** A escola oferta Educação Especial, Educação Profissional e Formação de Docentes.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Em relação a esta modalidade de ensino a escola oferta a Sala de Recursos Multifuncional Tipo 1, para os alunos do Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, que é um serviço especializado de natureza pedagógica que apoia e complementa o atendimento realizado em Classes Comuns. E a Sala de Recursos para Indicadores de Altas Habilidades que é um serviço especializado de natureza pedagógica que suplementa e complementa o atendimento realizado em Classes Comuns da Educação Básica.

#### **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES:**

A escola oferta os cursos:

- Técnico em Administração, Eixo Tecnológico Gestão de Negócio, na forma integrado e subsequente;
- Técnico em Edificações, Eixo Tecnológico Infraestrutura, na forma integrado;

- Formação de Docentes para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Normal Integrado - Nível Médio;
- Técnico em nível médio do Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social do ProFuncionário, na habilitação Infraestrutura;

**b) AS ATIVIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR:** A escola oferta a Hora -Treinamento Futsal, funciona no horário intermediário das 17h40min as 19h20min.

**c) SALA DE APOIO A APRENDIZAGEM:** Tem como especificidade atender os alunos do 6º ano, os quais apresentam dificuldades de aprendizagem ou defasagem de conteúdos do Ensino Fundamental. São elaborados materiais didáticos pedagógicos, considerando as necessidades e dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Os alunos são atendidos no turno contrário, com no máximo de vinte (20) alunos por disciplina. Em nossa escola os objetivos são atingidos, pois os alunos estão motivados, diminuimos os índices de abandono e reprovação e houve melhoria na aprendizagem dos alunos.

## **2.10 Índices de Aproveitamento Escolar (indicadores internos e externos) abandono/evasão e relação idade ano**

É preciso avançar muito para alcançarmos um resultado satisfatório na busca por uma educação de qualidade. Para isso faz-se necessário diminuir o alto índice de evasão/abandono, que requer um olhar de atenção, principalmente no período noturno, que acreditamos ser devido a problemas de ordem social e econômica. Reduzir o índice de reprovação, principalmente nas primeiras séries do Ensino Médio e Profissional, pois são consideradas pela comunidade escolar, elevados. Outro fator preocupante é o alto índice de alunos aprovados por conselho de classe, que acontece nos três turnos. É necessário também buscar um aumento do índice de aprovação, tanto nas avaliações internas como externas. Com base em um nível de conhecimento adequado dos alunos.

Em relação aos índices, por mais que se conheçam e se discutam os resultados de avaliações externas como IDEB e ENEM, por exemplo, temos dificuldades em relacionar estes indicadores com o aprimoramento das práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola com vistas à melhoria da aprendizagem. Um dos pontos está relacionado às questões metodológicas (metodologia do professor), que não atinge as dificuldades do aluno. “Às vezes os problemas de aprendizagem, são problemas metodológicos”.

Como ainda não conseguimos avançar, mas pretende-se evoluir com a forma do conselho de classe que é necessário planejar ações na análise dele, como um espaço pedagógico e também desenvolver ações na prática pedagógica como:

Trabalhar para sanar defasagens de conhecimentos básicos, exemplo: 6º anos, fatores tais como imaturidade X bases de conhecimentos frágeis (não conseguindo realizar abstrações); Ausência de atividades concretas (uso do concreto), experiências, vivências tais como, interferências do professor; Melhor interferência do professor na ação do aluno, conduzindo a reflexão ação de ambos, professor melhor preparado. *Quanto ao Ensino Noturno*: Como não vamos conseguir mudar sua estrutura devido ao Sistema, podemos adequar metodologias. Para isso precisamos professor com perfil para entender o aluno, que durante o dia ele é um “trabalhador”. Temos um resultado médio a respeito, pois nem todo o professor se adapta e também devido a rotatividade do professor. Isso não comentando das interferências externas que como aluno trabalhador subentende.

As discussões em torno dessas problemáticas permeiam os Conselhos de Classe e Planejamento/Replanejamento. O resultado dessas interações está contemplado no Plano de Ação do colégio, em anexo neste documento. O objetivo disso tudo é garantir o acesso, permanência e a qualidade da Educação Básica da escola pública.

Em relação ao abandono/evasão, apesar de a escola pôr em prática o Plano de Combate ao Abandono Escolar, temos um grande número de alunos, principalmente do período noturno, que abandonam os estudos. O período noturno é frequentado, em sua maioria, por alunos trabalhadores, que já chegam à escola cansados, desmotivados e com dificuldades para acompanhar as atividades escolares.

Os professores avisam a equipe pedagógica quando há alunos faltantes, a(o) pedagoga(o) liga para os pais ou responsáveis para averiguar os motivos das faltas, convoca-os para virem a escola e lavra a ata de orientação aos pais. Não resolvido o problema, são feitos os encaminhamentos do Programa de Combate ao Abandono Escolar(PCAE). Quando o aluno já tem maior idade, o trabalho feito é de orientação para que o mesmo retorne pra escola. Quando há o retorno, é realizada orientação tanto aos alunos, quanto aos professores sobre o conteúdo perdido.

Em relação à defasagem, também é no noturno o maior número de alunos nessa situação, pois desistem da escola diante das dificuldades já citadas acima e no ano seguinte retornam na mesma série.



## **2.11 - Relação entre profissionais da educação e discentes**

Historicamente as relações humanas são permeadas pelo conflito. Isso se deve, dentre outros fatores, à singularidade de concepções e modos de agir. Além disso, por serem determinadas pela estrutura social vigente, as formas de relacionamento entre profissionais da educação e discentes, varia de acordo com a concepção de educação. No caso da escola, por se tratar de uma instituição social que cumpre uma função específica, há que se considerar que, apesar dos conflitos e individualidades, existe um objetivo comum que se estende a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Para atingir esse objetivo comum, as relações devem ser balizadas pelo respeito mútuo. Todos os envolvidos, equipe pedagógica e administrativa, professores, funcionários e alunos, cientes de seu papel dentro da instituição agem de forma comprometida com a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

### III - MARCO CONCEITUAL – COL. EST. MÁRIO DE ANDRADE

Considera-se pertinente iniciar o Marco Conceitual apresentando brevemente ao leitor parte do processo histórico que levou à construção das ideias e concepções contidas neste documento. Retomar algumas vivências do primeiro contato com um Projeto Político Pedagógico, analisar os avanços e os limites desta construção ao longo dos anos e integrar novas concepções construídas em contextos históricos diferentes, a nosso ver, significa dar vida a este documento, ou seja, situá-lo não como um documento acabado ou que seja parte somente do presente e das aspirações para o futuro, mas como resultado de uma construção histórica em processo de continua construção. Acreditamos que as ideias contidas aqui representam parte do que somos, do que acreditamos e do que conseguimos construir enquanto espaço educativo.

O Colégio Estadual Mário de Andrade constrói-se enquanto instituição escolar há mais de cinquenta anos, significa que sua comunidade escolar tem passado por diferentes momentos e contextos históricos na construção de sua identidade. No final dos anos oitenta, durante o processo de transição política entre a ditadura e a redemocratização do país, a escola, juntamente com a rede estadual do Paraná, mobiliza-se na construção de uma nova proposta educacional. O corpo docente da escola passa a embasar seu trabalho no Currículo Básico do Estado do Paraná (1990), que já trazia as primeiras aproximações com a Pedagogia Histórico Crítica<sup>1</sup>. Esta proposta manteve-se até 1994. Durante os oito anos subsequentes a concepção trabalhada e orientada pela Seed foi a Pedagogia das Competências. Neste período, a comunidade escolar passa a indagar-se sobre os limites, contradições de possibilidades de propostas pedagógicas distintas que trazem diferentes concepções metodológicas e que instauram uma instabilidade conceitual na instituição.

Após a promulgação da LDB/ 9394-96, os documentos escolares, tais como Regimento Escola, Proposta Pedagógica Curricular começaram a ser construídas na escola e nos anos dois mil o Projeto Político Pedagógico da escola inicia efetivamente seu processo de formulação.

---

<sup>1</sup>Essa pedagogia é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico-cultural desenvolvida pela “Escola de Vygotsky”. A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global (Saviani). Disponível em : [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_pedagogia\\_historico.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_historico.htm). Acessado em setembro de 2016.

O atual Marco Conceitual, parte integrante deste projeto Político Pedagógico teve o início de seu estudo e construção no início dos anos de dois mil e teve como base de estudo teórico autores como Dermeval Saviani, João Luiz Gasparim, L. S Vigotsky, Newton Duarte, entre outros. Nesse período, o governo do estado propiciou a equipe pedagógica jornadas de formação teórica integradas as questões de organização do trabalho pedagógico. Aprofundar os estudos na concepção Pedagógica Histórico Crítica significava reconstruir a identidade do professor e do aluno enquanto sujeitos ativos do processo educativo, do funcionário enquanto educador e da escola enquanto espaço de gestão democrática.

Aproximadamente dez anos passados consideramos que os desafios para a implantação da Pedagogia Histórico Crítica nesta instituição ainda está na:

- Descrença, por grande parte dos profissionais na possibilidade de superação do modelo de sociedade capitalista;
- Condições de trabalho do professor;
- Rotatividade de profissionais e formação continuada fragmentada;
- Estrutura física das escolas, o número de alunos por sala, o tempo das aulas;
- Contradição entre o que foi dito e o que foi feito por parte do governo do estado e o que foi estudado e o que foi materializado na prática pedagógicas;

A política de formação continuada previa a retomada do PPP acrescentando novos elementos e revendo outros. No entanto, com a troca de governos e das coordenações voltadas á formação continuada, vê-se a fragmentação e a minimização de estudos teóricos acrescida a uma miscelânea de teorias nas formações pedagógicas empobrecendo o debate e a dialética do ato educativo. Não se negou a Pedagogia Histórica Crítica, no entanto, pouco se propiciou em termos de políticas educacionais para a sua continua construção e materialização no processo educativo. No entanto, destaca-se que no decorrer deste período um dos elementos que contribuíram para a retomada da dialética da ação pedagógica foi a participação de um grande grupo de professores da escola no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE onde o professor é liberado de suas atividade na escola para participar de estudos teóricos integrados a práticas em suas disciplinas.

Também, ao longo dos anos, alguns profissionais que participaram ativamente dos primeiros estudos de elaboração deste PPP foram se ausentando da escola ao mesmo tempo que novos professores e funcionários efetivos foram constituindo-se parte da escola. Assim, o contexto histórico e social traz para o dia a dia da escola novas práticas, novas indagações, novos desafios e questões como estas foram tomando corpo nos encontros de formação continuada onde destaca-se:

-Somente as intervenções pedagógicas no interior da escolar são capazes de criar condições efetivas para a melhoria da qualidade da educação pública?

-O que a escola representa hoje para nossos jovens? O que a sociedade espera da escola?

-Quais subsídios teóricos e metodológicos embasam o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas e que resultem no redimensionamento da prática pedagógica?

No ano de 2015, um grupo de vinte professores do Ensino Médio participantes do Programa de formação continuada promovido pelo Ministério da Educação “Pacto pelo fortalecimento do Ensino Médio”<sup>2</sup> realizaram alguns estudos voltados a juventude e aos desafios do Ensino Médio. No grupo de estudo apontou-se a necessidade de maiores estudos relacionados a juventude e a função da escola no contexto histórico vivido. Foi assim que no mesmo ano o Colégio estreitou a parceria já existente com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná a fim de aprofundar algumas questões teóricas e conceituais referente a juventude. Um dos avanços a partir deste estudo foi a reativação do Grêmio Estudantil do Colégio e a efetiva participação de alunos no Conselho Escolar.

No ano de 2016, o Núcleo Regional de Francisco Beltrão já apontava para a necessidade de uma reformulação dos documentos escolar. E isso veio de encontro às questões apontadas anteriormente. Assim, o Colégio Estadual Mário de Andrade, preocupado em não realizar estas reformulações de forma aligeirada, e, já trazendo os apontamentos dos estudos realizados no ano anterior, adianta-se ao processo firmando em janeiro de 2016 novamente a parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a realização de grupos de estudos com os profissionais da escola. Dentre os temas trabalhados neste ano destacam-se estudos voltados aos fundamentos psicológicos, filosóficos e metodológicos da Pedagogia Histórico Crítica. Assim consideramos importante descrever a dinâmica usada pela equipe pedagógica no ano de 2016 para a reformulação deste marco conceitual.

A primeira unidade de estudo teve como tema os fundamentos da Pedagogia Histórico Crítica com enfoque nas concepções filosóficas). A leitura base foi o texto “O Homem e a Cultura” do livro “O desenvolvimento do psiquismo” de Alexis Leontiev (2004). A importância da fundamentação teórica metodológica como sustentação para as práticas pedagógicas escolares foi explorado em forma de palestra pela professora Vanice Schossler Sbardelotto<sup>3</sup>.

---

2 O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio foi regulamentado pela Portaria Ministerial Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Através dele, o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atual no ensino médio público. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes?id=20189>

<sup>3</sup> Possui graduação em Pedagogia (2000), Especialização em Fundamentos da Educação (2003) e Mestrado em Educação (2009) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atuou como professora e pedagoga na educação

Na segunda unidade analisou-se os princípios da prática pedagógica com enfoque nas concepções psicológicas e a mediação como ferramenta de acesso aos bens culturais humanos e teve como professora mediadora Janaina Damasco Umbelino<sup>4</sup>. A terceira unidade “Projeto Político Pedagógico: articulação do trabalho pedagógico, focado nos fundamentos metodológicos para a ação de ensino e aprendizagem, trabalhado pela professora Alexandra de Moura Baczinski<sup>5</sup> com base no texto de Dermeval Saviani (1984) “Sobre a natureza e a especificidade da educação”.

Em todas as unidades a dinâmica usada foi a leitura dos textos base, a mediação com as professoras da Universidade e a leitura coletiva do marco conceitual da escola seguida de discussões, análise, sugestões e revisão de conceitos presentes no documento. Na sequência, a equipe pedagógica ordenou as escritas das ideias levantadas anteriormente pelo coletivo. Deste processo podemos destacar como limitações para o estudo do marco conceitual a participação das instâncias colegiadas e funcionários e o pouco tempo disponível na escola para leitura do professor.

Ao mesmo tempo, podemos destacar que este processo de reelaboração do marco conceitual propiciou alguns avanços tais como o entendimento que a educação é um processo intencional, humanizado e científico e que o contato teórico com a Pedagogia Histórico Crítica contribui para a conscientização dos profissionais da escola de que precisamos ensinar a todos de maneira igualitária formando sujeitos capazes de agir criticamente na sociedade.

Importante destacar que divergências conceituais estão presentes em toda construção histórica deste PPP, no entanto, os fundamentos filosóficos, psicológicos e metodológicos da Pedagogia Histórico Crítica é o que veio ao encontro do que a escola pensava e continua almejando em relação ao desenvolvimento humano e as aspirações para a sociedade, educação e

---

básica, como pedagoga da UTFPR. Atualmente é professora do curso de Pedagogia da Unioeste/Francisco Beltrão e Assessora Pedagógica da Unioeste/Campus Francisco Beltrão.

<sup>4</sup> Possui graduação em Pedagogia Magistério das Séries Iniciais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1999), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014). Atualmente é professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Informações coletadas do Lattes em 14/09/2016

<sup>5</sup> Professora Alexandra de Moura Baczinski possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2003) e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Está cursando Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: pedagogia histórico-crítica, formação docente e diretrizes curriculares. É membro do grupo de pesquisa Sociedade, Trabalho e Educação da UNIOESTE, e FEPráxis- Grupo de Pesquisas Filosofia, Educação e Práxis Social da UFPel.

escola. Na sequência, apresenta-se cada uma das concepções estudadas e construídas neste processo histórico pelos profissionais do Colégio Estadual Mário de Andrade.

### **3.1 A diversidade dos sujeitos escolares e as concepções orientadoras da prática educativa**

#### **3.1.1 Concepção de Homem:**

Iniciamos destacando que a concepção de homem defendida neste Projeto Político Pedagógico não se relaciona à questão de gênero, mas sim, entendemos homem como ser humano, ou seja, como sujeitos (homens, mulheres, crianças, jovens adultos de diferentes credos, raças e condição econômica social) construídos socialmente e historicamente. Dessa forma, consideramos que o homem é um ser ativo que age na natureza transformando-a através do trabalho, segundo suas necessidades e, por sua vez, transformando-se. Este processo de transformação, envolve múltiplas relações em um determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimentos.

Concebemos ainda que o homem não pode ser estudado e compreendido isoladamente. Por ser um ser histórico, se faz necessário compreendê-lo em cada momento da história, nas relações que estabelece com seu meio. Vemos o homem enquanto um ser social, que nas relações que estabelece com o outro nos diversos segmentos da sociedade, produz a vida e interfere no meio que vive.

Sua ação na realidade é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pelo homem, concorda-se com Saviani (1992) de que: “o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar a natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la pelo trabalho”. Portanto, numa ação intencional e planejada, o homem age na natureza, por meio do trabalho, transformando-a para atender suas necessidades, sendo esse um processo dinâmico e que se dá em cada momento histórico. Por meio dessa ação, o homem vai ao longo da vida produzindo o conhecimento.

A concepção de homem e de educação que estamos falando é a de que prepara o homem/aluno para ser um sujeito ativo de sua vida, autor de sua história, que cria, recria, inventa

coletivamente, em parceria, constrói junto, articula teoria e prática, tem valores, saberes, compartilha, acolhe e decide democraticamente.

Baseados em estudos de Marx, Gramsci e Saviani concebemos e almejamos a formação do homem omnilateral, ou seja, formado em sua totalidade e com desenvolvimento pleno nas dimensões filosóficas, artística, tecnológica e científica. A educação possui papel fundamental na constituição desse homem, pois ela deve estimular e propiciar o rompimento da uniteralidade que respalda no ensino de apenas uma capacidade humana, não cumprindo o desenvolvimento integral de cada sujeito.

### **3.1.2 Concepção de Infância**

Infância é um conceito construído historicamente significa compreender que esta é uma condição da criança, é uma fase da vida distinta da fase adulta, é resultado de determinações sociais mais amplas do âmbito político, econômico, social, histórico e cultural. Significa ainda que a criança emite opiniões e desejos de acordo com as experiências realizadas em diferentes grupos sociais e de classe social ao qual pertence, ou seja, “as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos (KUHLMANN, 1998, p.32).

Para concebermos o conceito de infância, é preciso fazer uma retrospectiva do significado de criança pequena no século passado. Se nos reportarmos às imagens que retratam as crianças, vamos perceber que elas eram consideradas um mini adultos para as classes dominantes, já para a classe trabalhadora a criança quase nem sempre foi registrada nestas figuras, ou seja, qual a importância destas crianças para a formação da sociedade?

Talvez, a infância dos pertencentes às classes trabalhadoras nem era percebida pela sociedade. Passaram por uma infância sem a interferência dos adultos e que o convívio familiar era de encargo dos irmãos mais velhos que se responsabilizavam pelos cuidados e educação dos menores, enquanto que os adultos se ocupavam das tarefas de casa e do sustento da família. Estes irmãos tinham inclusive a responsabilidade das tarefas escolares. Entretanto, na década de 90, as famílias diminuíram a quantidade de filhos e as mães precisaram sair de casa para melhorar o rendimento financeiro da família. Nesta conjuntura, as crianças começaram a ser cuidados por outros que nem sempre faziam parte do ceio familiar e, por consequência as mães acumularam as ocupações domésticas, o trabalho fora de casa, o cuidado atenção com a família e a formação

com dos filhos. Assim, pode-se usar o conceito de infância defendida por KRAMER (1995) que define que:

O conceito de infância se diferencia conforme a posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômico em que se inserem. Portanto, não há uma concepção infantil homogênea, uma vez que as crianças e suas famílias estão submetidas a processos desiguais de socialização e de condições objetivas de vida. Nesse sentido, cabe a escola, reconhecer estes sujeitos como capazes de aprender os diferentes conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados como conteúdos pela escola, respeitando a singularidade da infância (KRAMER,1995, p. 124).

Neste período, a infância passou a ser também insignificante e as crianças continuaram sozinha, inclusive as da classe dominante. As terceirizações dos cuidados com elas ficaram muito fortes, pois o excesso de atividades tais como de esporte, lazer, artes, música e outras eram tão intensos que acabaram desenvolvendo crianças ansiosas e sem tempo para brincar. Isso acarretou em novos compromissos, diferentes profissionais, para ajuda-las a se tornarem em criança mais felizes. Após esta década, tornou-se urgente a necessidade de pesquisa e estudos sobre a infância e como devemos lidar com esta fase do indivíduo principalmente no momento de formação escolar.

Muitos estudiosos conseguiram divulgar pesquisas e teorias sobre esta fase da vida do ser humano e se iniciaram algumas tentativas de repensar como a sociedade deveria se trabalhar com este momento ou fase da vida tão importante para a formação do cidadão. Podemos perceber que só no século XXI, tornou-se mais intenso os debates e entendimento sobre esta fase da vida, reconhecendo o quanto é importante aproveitar o potencial que a criança possui e como é relevante para a sua formação aproveitar e investir no desenvolvimento escolar deste ser humano.

O período histórico atual, marcado pelo avanço tecnológico-científico e por mudanças ético-sociais, apresenta os requisitos necessários para que finalmente a educação infantil dê um salto no sentido de compreender a criança como sujeito social e, portanto, um sujeito com direitos. Esta mudança só ocorrerá quando família e escola forem capazes de compreender, segundo Frabboni (1998), que a criança é:

(...) séria concentrada empenhada em ampliar – por si mesma – seus próprios horizontes de conhecimento ( através de uma constante atividade exploradora e interrogativa); (...) que possui grande voracidade ‘cognitiva’ e saboreia uma descoberta após a outra, e que escolhe sozinha seus próprios itinerários formativos, suas trilhas culturais, livre dos elos que impediam o seu crescimento; (...) sabe observar o mundo que a cerca; sabe perscrutar e sonhar com horizontes longínquos; (...) sai do mito e da fábula porque sabe olhar e pensar com sua própria cabeça (FRABBONI, 1998, p 69)



É capaz de construir e de ler sua realidade, é a protagonista da sua própria história, é capaz de interagir com as pessoas com quem tem referência e com outras crianças, assim como influenciar ambos significativamente.

A partir de estudos, debates, fóruns e outros, bem como as consequências desta forma de se preocupar com as crianças e sua infância, nasceu a necessidade de se instituir um documento que garantisse o acesso aos direitos e necessidades que esta fase exige. Vygotsky (2007) também defende a concepção de infância e de desenvolvimento infantil como construção histórica, ao analisar o desenvolvimento humano privilegia a interação social e a formação da inteligência e das características essencialmente humanas. Em outras palavras, nos tornamos humanos a partir da interação com outros seres humanos.

No final do século XX, foi instituído o ECA- estatuto da criança e do adolescente, que, embora já possua alguns anos, ainda não se consegue a sua plena realização, ou seja, a garantia destes direitos estabelecidos em lei. Diante disto, esta instituição recebe crianças oriunda de famílias que em a maioria dos pais ficam o dia todo longe dos filhos e quando estão em casa, precisam dividir este tempo com os afazeres domésticos, acompanhar o desenvolvimento dos filhos, inclusive na realização das tarefas escolares e muitos pais ainda, estão em fase de aperfeiçoamento profissional.

Por outro lado, percebemos que estas crianças chegam na escola bastante imaturos sendo assim, muito forte o clamor destes em não serem tratados como crianças, são crianças, se comportam como crianças mas não querem ser vistos ou tratados como crianças.

Neste sentido, nossa escola precisa resgatar a infância que lhes foi negada e organizar a transição para a adolescência que vem carregada de cobrança e mudanças biológicas. Ainda, é de responsabilidade da escola, planejar as atividades em sala de aula de forma que possam suprir esta defasagem de acompanhamento dos pais, e ao mesmo tempo respeite e garanta a necessidade da presença adulta para sua formação. Sem perder de vista a beleza da criança, na sua inocência e capacidade de colorir esta sociedade carregada de tentas exigências e obrigações, que acabam por atropelar as fases do sujeito, perdendo assim, a sua essência que a formação para a vida plena.

### **3.1.3 Concepção de Adolescência**

No campo da Psicologia Sócio Cultural, aqui entendida como base psicológica da Pedagogia Histórico Crítica, as significações para o desenvolvimento do ser humano ao longo de sua vida perpassam por várias teorias. A perspectiva pela qual optamos, apresenta o ser humano,

como um ser essencialmente mediado, o qual auxilia no desenvolvimento de seus pares, a partir da centralidade no trabalho.

(...) a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; (...) esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas a leis sócio históricas. (LEONTIEV, 1978, p. 262)

Dito isso, concebemos o desenvolvimento humano, não se resume em divisões por períodos biologizados, naturalizados. Sendo assim, quando apresentamos a concepção de adolescência na perspectiva da Psicologia Sócio Cultural, compreendemos que trata-se de uma construção social, que apresenta uma etapa do desenvolvimento humano, a qual não pode ser considerada isoladamente, trata-se de um processo que vem sendo mediado e construído por meio das relações sociais historicamente formadas.

A adolescência não é vista aqui como uma fase natural do desenvolvimento, como uma etapa natural entre a vida adulta e a infância. A adolescência é vista como uma construção social que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento. É um momento significado, interpretado e construído pelos homens. Estão associadas a ela marcas do desenvolvimento do corpo. Essas marcas constituem também a adolescência como fenômeno social, mas o fato de existirem como marcas do corpo não deve fazer da adolescência um fato natural. (BOCK, 2004, p.39)

Diante de tais considerações, podemos caracterizar a adolescência como um período do desenvolvimento humano construído e reconstruído conforme o momento histórico vivido. Sendo assim, podemos afirmar que, é necessário a compreensão a partir da totalidade, dando sentido ao conjunto de fenômenos que percorrem esse período vivido. Para, BOCK (2004):

Responder o que é a adolescência implica buscar compreender sua gênese histórica e seu desenvolvimento. A adolescência foi criada pelo homem. Fatos sociais vão surgindo nas relações sociais e na vida material dos homens; vai se destacando como um fenômeno social e vai apresentando suas repercussões psicológicas, vai sendo construído um significado social para esses fatos que vão acontecendo e, em um processo histórico, vai surgindo na sociedade moderna, ocidental, a adolescência. Construída como fato social e como significado, a adolescência torna-se uma possibilidade para os jovens (e para os não-jovens), uma forma de identidade social. Para compreender a adolescência é preciso, então, que retomemos seu processo social, para depois compreendê-la na forma como acontece para os jovens (BOCK 2004, p.40).

Portanto, compreendemos que a adolescência perpassa o estereótipo de fase rebelde, na qual as transformações biológicas explicam todas as atitudes e comportamentos. O adolescente, enquanto ser, quando considerados em suas potencialidades, mediados, por jovens e adultos, passam por esse período da vida, de forma a autoconhecer-se e projetar-se no mundo, sem tantos paradigmas e ou estereótipos, caracterizados como algo natural da idade. O período da adolescência, segundo a perspectiva histórico cultural, carece de significados, e estes, dependem do meio e das relações estabelecidas.

### **3.1.4 Concepção de juventude**

O termo juventude pode ser entendido por uma série de abordagens, algumas apontam como sendo uma faixa etária, outras como um período de vida ou categoria social. No Brasil segundo León (2005) existe a tendência de estabelecer idade limite baseada geralmente em critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e instituições oficiais (como o IBGE) que situam esta faixa etária entre 15 e 24 anos mesmo considerando as variações de acordo com as situações sociais e trajetórias pessoais. Assim, para a Organização Internacional da Juventude/UNESCO, o termo:

“Juventude” refere-se ao período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e durante o qual se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero (UNESCO, 2004).

Concordamos que a juventude é uma construção social, cultural e histórica e que parte de um processo de crescimento totalizante, que ganha contornos específicos a partir do conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social, no entanto, consideramos que enquadra-la como um ciclo de vida estaria excluindo outras etapas da vida de viver em estado de juventude. Isso significa entender a juventude não como uma etapa com um fim predeterminado e muito menos como um momento de preparação a ser superado quando se entrar na vida adulta.

Assim, concordamos com Abramovay (2008) de que não há somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em conjunto diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder em nossa sociedade. Desta forma, o conceito de juventude adquire inúmeros significados e Abramo (1994) contribui com argumento que:

A noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modifica de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas

divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (ABRAMO, 1994, p.8).

Assim, podemos afirmar que a juventude ganha contornos próprios de acordo com as diferentes condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade) e até mesmo as diferenças territoriais, econômicas e educacionais se articulam para a constituição das diferentes modalidades de se vivenciar a juventude. Ela é transformada de acordo com as experiências vivenciadas no meio social.

Nesse contexto, a abordagem histórico-cultural defendida por Ozella (2003, p. 8) contribui por entender o jovem como “um ser histórico com características forjadas de acordo com as relações sociais contextualizadas no tempo e no espaço histórico em que ele vive”, estabelecendo-se uma relação dialética com a sociedade, à medida que esse ser se constrói ao construir a sua realidade. Assim, é significativo resgatar como era a imagem e o movimento dos jovens ao longo de algumas décadas anteriores até os dias atuais, de modo a compreender como os jovens foram se constituindo. Assim, entende-se o jovem como uma construção histórica determinada pela cultura. Nesse sentido, as condições sociais se sobrepõem aos aspectos biológicos e naturais.

Diante do exposto, vale ressaltar a importância do professor conhecer e reconhecer quem são os jovens estudantes que habitam a escola a fim de que possamos construir perfis reais dos jovens que integram o grupo com o qual atuamos. Buscar perceber como os jovens estudantes de nossas escolas constroem o seu modo próprio de ser é um passo para compreender suas experiências, necessidades e expectativas.

### **3.1.5 Concepção de idoso**

Nos dias atuais, uma visão mais positiva do envelhecimento está começando a ganhar força, resultado principalmente do crescimento numérico dos idosos no mundo inteiro. Em consequência, cresce nessa população a consciência dos seus direitos, assim como a capacidade de influência nas diversas esferas sociais.

No Brasil, dados estatísticos comprovam o envelhecimento populacional, com aumento da expectativa de vida; porém existem e devem ser consideradas as implicações biológicas, psicológicas, econômicas e sociais do envelhecimento. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), afirma que em 2025 o Brasil terá a sexta população mundial de idosos

em números absolutos”, estimando que essa população atingirá 15% da população, aproximadamente 35 milhões de idosos. Portanto, a escola considera que os sujeitos idosos serão proporcionalmente mais numerosos e economicamente importantes, trazendo em si, uma tendência sócio-cultural a trabalhar por mais tempo, reconquistando seu espaço nas esferas econômica, social e política. No entanto, consideramos pertinente destacar também que:

Na sociedade capitalista em que vivemos, a pessoa vale o que produz. Assim, o idoso é visto, como menos produtivo e a sua substituição pelos mais jovens é uma atitude banal, sem contar que a lei da oferta e procura incide sobre a força de trabalho como uma mercadoria a mais, desvalorizando o velho. A sociedade utiliza este modelo social de ser que não produz, atribuindo qualidades negativas aos mais velhos negando-os, com isso, um futuro de qualidade. (...) O indivíduo nega a qualidade de velho no momento que a sociedade atribui somente aspectos negativos desta condição (DEBERT, 1999, p. 103).

Diante desta realidade, e atendendo o Estatuto do Idoso, a escola acredita que a educação é um processo que possibilita promover a participação dos idosos como cidadãos produtivos e partícipes da sociedade por meio de atividades que resgatem sua integração social e dignidade humana.

Em nosso currículo encontra-se conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso. Além disso, acreditamos que é possível, por meio dos conteúdos escolares, desenvolver atividades que possam promover práticas pedagógicas que influenciem na construção dos conceitos de ‘envelhecimento humano’ e ‘sujeito idoso’, além de colaborar na valorização do idoso em todos os seus aspectos e favorecer a inserção social deste sujeito.

### **3.1.6 Concepção de Sociedade:**

A sociedade é campo das manifestações e interações humanas. É nela que o ser humano age, comunica seus pensamentos, questiona, enfim, é nela que toda complexidade da humanidade é exposta.

Nesta sociedade, a educação tem papel fundamental, devendo ser inclusiva, integradora, democrática, reflexiva, transformadora, coerente e planejada. É sabido que a sociedade capitalista se caracteriza pela divisão de classes, desta divisão decorre a divisão social do trabalho e do conhecimento. A escola não escapa a estes determinantes sociais, por isso ela pode servir para a reprodução ou para a transformação. Nesta perspectiva é imprescindível que a classe trabalhadora, a qual frequenta a escola pública assimile “[...] os instrumentos pelos quais ele possa se organizar para se libertar dessa exploração” (SAVIANI, 2002, p. 56). Neste sentido

concorda-se com que, “[...] dominar o que os dominantes dominam, é condição de libertação” (SAVIANI, 2003, p. 55).

Na sociedade moderna, quando surge a ideia de educação para formar cidadãos críticos, escolarização universal, gratuita e laica, surge a necessidade de formação não só de um projeto político-pedagógico, mas de um projeto de EDUCAÇÃO para a emancipação humana. O que queremos é a emancipação da sociedade. Para isso, acreditamos ser necessário desenvolver um trabalho pedagógico embasados em uma teoria pedagógica crítica, ou seja, aquela que “leva em conta os determinantes sociais da educação” pois acreditamos que a sociedade só pode ser transformada pelo ser social que nela atual. Ser social este que é ao mesmo tempo determinado e determinante da sociedade.

Emancipação na sociedade moderna significa, para nós, a conquista de determinados elementos e conhecimentos como: consciência política, social e econômica, coerência e concepção de mundo elaborada, através da socialização da educação, da saúde, da dignidade da moradia, vestuário, etc. de forma igualitária e de qualidade para todos.

A sociedade atual é marcada por uma ostensiva presença da tecnologia em diferentes setores e grupos sociais. Contudo, a evolução tecnológica não se restringe apenas a criação, desenvolvimento e uso de novos equipamentos e produtos. Ela altera comportamentos, formas de comunicarem-se, modos de ver e pensar o mundo.

No âmbito escolar as novas tecnologias e o uso das diferentes mídias permitiram ampliar o conceito de aula, estabelecendo novas pontes entre o ensino e a aprendizagem, entre a escola e a sociedade. As tecnologias são, neste sentido, ferramentas de produção e meios de expressão de diferentes saberes para professores e alunos nas suas práticas educativas.

Assim, almejamos uma sociedade em que o professor possa estabelecer novas pontes entre o ensino e a aprendizagem, entre a escola e a sociedade e onde os sujeitos possam, por meio dos recursos tecnológicos, não serem alienados por ela mas que por meio dela possam interagir, ter acesso a informação, opinar e estabelecer novas relações de aprendizagem no ambiente escolar.

Outra preocupação da escola com a sociedade atual é em relação às questões ambientais. Consideramos que com a industrialização ao mesmo tempo que trouxe progresso e novas formas de produção, acarretou em problemas ambientais que estão repercutindo na saúde e na qualidade de vida dos sujeitos. Por meio da educação escolar buscamos desenvolver a consciência ambiental e ao mesmo tempo a intensificação de ações e programas preventivos que realmente combinem o desenvolvimento econômico do país com os princípios de sustentabilidade.

Outra problemática que tem provocado reflexões no âmbito escolar é a questão da ética nas relações humanas. Vivemos atualmente em uma sociedade em que são aparentes diferentes formas de violência, tanto física, emocional, racial, de gênero e de classe em que expressam a intolerância dos sujeitos com o outro ou com o diferente. Neste sentido, buscamos uma sociedade que valorize a humanidade que provém do indivíduo, base da ideia de direitos humanos onde todos devem ter garantido seu direito de livre escolha, convívio social e participação social efetiva.

### **3.1.7 Concepção de Escola**

Com base no que descrevemos anteriormente referente à sociedade que almejamos e o homem que queremos formar, acreditamos que devemos buscar uma escola que atenda a sua especificidade educativa, ou seja, uma escola voltada para ensino-aprendizagem. Buscamos em Saviani (2003) a definição da função desta escola que acreditamos:

Consiste na socialização do saber sistematizado” produzido historicamente, possibilitando a mediação entre o saber sistematizado e o saber escolar, dessa forma é necessário proporcionar as condições de sua transmissão e assimilação, partindo de uma sequência que o aluno passe do conhecimento popular ao conhecimento erudito e do conhecimento espontâneo ao conhecimento sistematizado, científico (SAVIANI 2003, p. 2).

Para que a socialização do saber sistematizado aconteça na escola, acreditamos que o professor é o principal agente na mediação de conhecimentos. Por isso, buscamos uma escola com professores que busquem a superação das desigualdades e contradições sociais, para formar cidadãos capazes de entender a sociedade e intervir para sua transformação.

Segundo Frigotto (1999), a escola é uma instituição social que, mediante sua prática no campo do conhecimento, dos valores, atitudes e, mesmo por sua desigualdade, articula determinados interesses e desarticula outros. Portanto, pensar a função social da escola, implica problematiza-la, articula-la as questões sociais, cria espaços e mecanismos de participação indistintamente. A relação do ensino com o mundo do trabalho representa um dos meio para a real compreensão dos conteúdos escolares, neste sentido, para Libâneo (2005):

A articulação da escola com o mundo do trabalho torna-se a possibilidade de realização da cidadania, pela incorporação de conhecimentos, de habilidades técnicas, de novas formas de solidariedade social, de vinculação entre trabalho pedagógico e lutas sociais pela democratização (LIBÂNEO, 2005, pg. 118).

Portanto, uma formação para cidadania crítica deve ser integrada ao mundo do trabalho. Mas para atingirmos o ponto culminante da intencionalidade da escola, Frigotto,(1995), defende um sistema educacional universal, laico, gratuito, unitário, visando à busca da igualdade de condições.

Também almejamos uma escola que discuta as ferramentas culturais, os recursos, as condições mais eficazes para o desenvolvimento pleno do educando, pois é isto que terá consequências no mundo vivido. A ação do professor deve ser centrada nos processos pedagógicos e na organização dos conteúdos para que o educando possa atuar sobre seus processos em desenvolvimento, concretizando sua aprendizagem, porque o principal objetivo da escola é o trabalho com os conhecimentos científicos sistematizados.

Neste contexto, entende-se que a escola deve estar comprometida com a melhoria da qualidade de ensino, com a socialização do saber elaborado, contribuindo na construção de sujeitos críticos e atuantes na transformação da sociedade. Assim ela estará revendo-se e repensando-se para dar conta de sua função de ensinar e educar as crianças e adolescentes de forma mais consistente possível.

### **3.1.8 Concepção de Educação:**

A educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da história. Ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho. Nesse sentido uma concepção de educação sócio histórica perpassa pela concepção de trabalho, uma vez que, num contexto de mudanças profundas no mundo do trabalho, a escola precisa compreender a dinâmica de que o homem é um ser que se constrói permanentemente na relação consigo mesmo, com a natureza e com a sociedade de seu tempo e na sociedade do passado.

A partir desta perspectiva é possível pensar numa concepção de educação ampla, que seja espaço de transformação da vida social e, por conseguinte do trabalho, das relações de produção. Importa, pois dar uma dimensão mais ampla à educação, isto é, repensar o processo educativo no sentido de oferecer ao sujeito condições de compreender o meio onde está: social, econômico, político, culturalmente compreendendo-o e buscando transformá-lo.

Educação é entendida neste Projeto, então, como processo de formação e de aprendizagem, construído socialmente e destinado à formação da pessoa humana. Para Saviani (2003, p. 1) “Educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é ao



mesmo tempo do e para o processo de trabalho, bem como ela é própria, um processo de trabalho”.

É preciso que nós, educadores, fiquemos atentos ao momento histórico, promovendo a interação dos conteúdos às vivências e ao contexto social sem, com isso, cairmos no idealismo de propostas deslocadas do real, que não levam a nada.

Somente a práxis, que é a junção da teoria e a ação, é capaz de superar esses riscos. Para Frigotto (1995, p. 159), referindo-se à práxis como condição de superação dos riscos do pragmatismo e do idealismo, propõe que:

A ação humana, que tem a virtualidade de apreender densamente a realidade no plano do conhecimento e de promover mudanças no plano histórico-social é, pois, crítico-prático. Ou seja, a reflexão e a ação, teoria e prática tencionam-se e fecundam-se, ainda que seja na prática que as teorias são testadas e reconstruídas e historicamente validadas (FRIGOTTO, 1995, p. 159).

Em outras palavras, não queremos uma educação apenas para a empregabilidade, pois, a relação teoria e ação não significam, necessariamente, no plano da educação, garantia de emprego.

Queremos uma educação em sentido amplo, com uma escola que seja formadora, transformadora e democratizante. Uma educação que, como afirma Saviani, transforme o conteúdo em conhecimento. Uma escola que considere a diversidade dos sujeitos. Assim, concorda-se com Saviani (2003, p. 2), de que a essência do trabalho educativo consiste no, “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, o conhecimento que é produzido histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Tal concepção considera o trabalho educativo uma atividade mediadora entre o indivíduo e a cultura humana. Esse trabalho deve ser realizado de forma intencional, ou seja, que o professor tenha claro o que objetivos quer alcançar, a fim de garantir a universalização do conhecimento pela prática social dos educandos.

Entendemos que a prática social dos educandos não se refere somente ao meio vivido pelo aluno nas suas relações imediatas com a família, bairro ou local de trabalho, mas sim consiste no espaço no qual ocupa enquanto classe social (trabalhadores e filhos de trabalhadores) além do contexto histórico em que suas práticas sociais ocorrem.

### **3.2 Tecnologia e Educação**

Entendemos que o desenvolvimento das mídias e das novas tecnologias se tornou parte do cotidiano das pessoas. O processo de informatização em nossa sociedade vem acompanhado

da crescente utilização da informática também nas escolas e isto impõe aos profissionais envolvidos o enfrentamento a novos desafios, ou seja, o uso consciente e pedagógico da informática na educação.

A influência dos avanços tecnológicos sobre os processos e instituições tem sido muito forte embora concebido de modo diferente e estudado a partir de diferentes abordagens. Para analisar a questão do uso das mídias no processo de ensino e aprendizagem escolar recorre-se a abordagem, na qual se “encara a tecnologia educacional como uma utilização estratégica e consciente de princípios, métodos e técnicas que possam contribuir para reorientação e melhoria do ensino, dentro de uma perspectiva globalizante, histórica e crítica” (CROCHIC, 1998, p. 56). Assim, na medida em que a utilização das tecnologias objetiva o conhecimento, seu uso crítico serve para ampliar o trabalho pedagógico de construção de conhecimentos significativos. Para Moran:

As tecnologias nos ajudam a encontrar o que está consolidado e a organizar o que está confuso, caótico, disperso. Por isso é tão importante dominar ferramentas de busca da informação e saber interpretar o que se escolhe, adaptá-lo ao contexto pessoal e regional e situar cada informação dentro do universo de referências pessoais (MORAN, 2009, 73).

Neste sentido, nós, enquanto escola, não pode perder o foco que a aprendizagem significativa e as novas tecnologias vêm nos auxiliar neste processo, instigando e provocando a análise de questões importantes vividas na sociedade. Seu uso dá também a possibilidade dos alunos se expressarem, tornarem suas ideias e pesquisas visíveis, conferindo uma dimensão mais significativa aos trabalhos e pesquisas. Ao assumir uma postura crítica e questionadora o professor percebe-se capaz de criar e recriar, capacitar-se para intervir de forma consciente no processo de incorporação das mídias e das novas tecnologias em sala de aula, fazendo do ensino algo criativo e desfazendo tendências meramente reprodutivas. Acreditamos que a tecnologia não é neutra, ela traz em si todo o contexto histórico, social e político de sua criação e utilização, portanto para sua utilização no processo ensino-aprendizagem, é necessário conhecer.

### **3.3 Currículo e Conhecimento**

Entendemos o Currículo como configurador da prática, resultado de uma ampla discussão entre todos os segmentos da escola. O currículo da escola é o resultado da seleção intencional de toda produção humana que se constrói a partir as inter-relações do ser humano com a natureza, com o outro e consigo mesmo mediada pelas relações do trabalho. Deve oferecer transmissão

apropriação e socialização dos saberes culturais, que se pressupõe ser necessário desenvolver uma práxis transformadora e que aponta um caminho a ser percorrido por todos na escola.

E nesse sentido que concordamos com Saviani (1982) quando o mesmo afirma que o currículo como o “conjunto das atividades nucleares da escola” pois acreditamos que ao fazer uma seleção intencional dos conteúdos estamos promover a socialização do saber e expressando, ou não, o compromisso com a elevação cultural dos menos favorecidos.

As DCEs do Estado do Paraná já trazem esta perspectiva ao afirmar que “Os sujeitos da Educação Básica, crianças, jovens e adultos, em geral são oriundos das classes assalariadas, urbanas ou rurais, de diversas regiões e com diferentes origens étnicas e culturais” e que a escola deve propiciar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade veiculado pelos conteúdos das disciplinas escolares.

Assumir um currículo disciplinar significa dar ênfase à escola como lugar de socialização do conhecimento, pois essa função da instituição escolar é especialmente importante para os estudantes das classes menos favorecidas, que têm nela uma oportunidade, algumas vezes a única, de acesso ao mundo letrado, do conhecimento científico, da reflexão filosófica e do contato com a arte.

Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam quanto o estatuto de verdade atemporal dado a eles.

Nesta perspectiva, propõe-se que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas, presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica e a reflexão filosófica, nos contextos em que elas se constituem.

### **3.3.1 Concepção de conhecimento e ensino aprendizagem:**

Partimos do pressuposto de que conhecimento pode ser entendido como os saberes historicamente produzidos e acumulados pela humanidade, seja o saber sobre a natureza, seja o saber sobre a cultura. Assim, entendemos que cabe à escola cumprir uma função social específica: a de socializar o conhecimento científico construído culturalmente e historicamente pela sociedade. Quando falamos em conhecimento científico não nos referimos a qualquer conhecimento, nos referimos ao saber proveniente das ciências pois, segundo Saviani (2005, p. 15) “(...) a opinião, o conhecimento que produz palpites, não justifica a existência da escola.” E

dentro dela, esse conhecimento proveniente das ciências, se traduz nos conteúdos das diferentes disciplinas que compõem o currículo escolar.

A produção científica, as manifestações artísticas e o legado filosófico da humanidade são dimensões importantes e que devem ser exploradas em todas as diversas disciplinas do currículo pois possibilitam um trabalho pedagógico que aponte na direção da totalidade do conhecimento e de sua relação com o cotidiano. Com isso, entende-se a escola como espaço de confronto, contradição e diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular.

É importante destacar que as disciplinas escolares, apesar de serem diferentes na abordagem, estruturam-se nos mesmos princípios epistemológicos e cognitivos, tais como os mecanismos conceituais e simbólicos. Esses princípios são critérios de sentido que organizam a relação do conhecimento com as orientações para a vida como prática social, servindo inclusive para organizar o saber escolar. Embora as disciplinas escolares sejam compreendidas como indispensáveis ao processo de socialização e sistematização dos conhecimentos, não se pode conceber esses conhecimentos restritos aos limites disciplinares, pois a valorização e o aprofundamento dos mesmos, organizados nas diferentes disciplinas escolares, são condição para se estabelecerem as relações interdisciplinares, entendidas como necessárias para a compreensão da totalidade.

O conhecimento se explicita nos conteúdos das disciplinas do currículo, destaca-se a importância destes conteúdos e do professor, como autor de seu plano de ensino, pela sua participação ativa na constante construção curricular e na organização e fundamentação do trabalho pedagógico a partir dos conteúdos de sua disciplina, por serem frutos de uma construção, com sentido social como conhecimento, ou seja, existe uma porção de conhecimento que é produto da cultura e que deve ser disponibilizado como conteúdo, ao estudante, para que seja apropriado, dominado e usado. Esse é o conhecimento instituído.

Além desse saber instituído, pronto, entretanto, deve existir, no processo de ensino/aprendizagem, uma preocupação com o devir do conhecimento, ou seja, existem fenômenos e relações que a inteligência humana ainda não explorou na natureza. Portanto, de posse de alguns conhecimentos herdados culturalmente, o sujeito deve entender que isso não é todo o conhecimento possível que a inteligência tem e é capaz de ter do mundo, e que existe uma consciência, uma necessidade intrínseca e natural de continuar explorando o “não saber” (CHAUI, 1997 p. 67).

O conhecimento científico é, portanto, diluído numa disciplina escolar, é histórico, dinâmico e processual, nunca estanque ou cristalizado. O professor não pode empobrecer a construção do

conhecimento em nome de uma prática de contextualização, pois iria comprometer a capacidade crítica do aluno na compreensão da abrangência dos fatos e fenômenos.

### **3.3.2 Concepção Pedagógica**

Iniciamos a concepção pedagógica retomando o último parágrafo da introdução deste Marco Conceitual onde destacamos que a escola é um espaço que reúne diferentes concepções acerca da sociedade e da função social da escola para esta sociedade. No entanto, são as concepções filosóficas, psicológicas e metodológicas da Pedagogia Histórica Crítica a que mais se aproxima do que o coletivo e a comunidade escolar do Col. Est. Mário de Andrade busca para a formação dos jovens.

Acreditamos que a educação é um processo social, ou seja, construída e reconstruída conforme os interesses estabelecidos por diferentes setores da sociedade. Portanto, é preciso ter claro que sociedade se quer formar para estabelecer os objetivos e a finalidade da educação. Neste sentido, buscamos uma educação que produza debates, estudos e a busca pela mudança da sociedade atual vigente onde vive-se a divisão extrema entre as classes sociais, a exploração do trabalho de muitos e uma crescente desigualdade econômica, cultural e de acesso ao conhecimento e aos meios de produção. Ou seja, reconhecemos que a educação tem um importante papel da transformação social.

Buscamos nas concepções da Pedagogia Histórico Crítica elementos para produzir enfrentamentos as condições postas de nível econômico, cultural e social. Para isso, embasamos nosso trabalho no conhecimento do materialismo histórico (construção humana) e na dialética entre o conhecimento científico, conhecimento teórico com o conhecimento empírico com o contexto das relações sociais.

Como ponto de partida para a concretização desta perspectiva teórica buscamos desenvolver uma prática pedagógica que tome como ponto de partida as contradições da sociedade real e instrumentalize os sujeitos por meio do conhecimento para coletivamente compreendê-la e transformá-la. É neste sentido que a comunidade escolar defende que todos tenham acesso aos conhecimentos referentes aos múltiplos campos da atividade humana.

### **3.3.3 Concepção de alfabetização e letramento**

*“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.*  
Paulo Freire

Por muito tempo a alfabetização foi entendida e aplicada apenas como um simples processo de aquisição do código escrito, ou seja, a sistematização da consoante mais vogal, isto é, “B+A=BA”, um código fundado na relação entre fonemas e grafemas. A simples consciência fonológica, em uma sociedade constituída em grande parte por analfabetos e marcada por reduzidas práticas de leitura e escrita, permitia aos indivíduos associar sons e letras para produzir/interpretar palavras ou frases curtas, parecia ser suficiente para alfabetizar. No entanto, esse conceito de alfabetização está superado diante da crescente complexidade da sociedade que exige cada vez mais domínio competente da língua escrita. Com isso, faz surgir as mais variadas práticas de uso da língua. A língua escrita é vista hoje como verdadeira condição para sobrevivência e a conquista da cidadania.

Assim concorda-se com FREIRE ( 2014) de que alfabetizar-se hoje é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade.

Entende-se que um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura, da escrita e da textualidade (coesão, coerência, unidade temática, clareza e concordância, que no modelo tradicional de alfabetização, não era levado em conta.

Nesse sentido alfabetizar letrando é antes de tudo ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, assim o educando deve ser alfabetizado e letrado. A linguagem é um fenômeno social, estruturada de forma ativa e grupal do ponto de vista cultural e social. A palavra letramento é utilizada no processo de inserção numa cultura letrada. Não se pode separar a alfabetização do letramento, pois a princípio o estudo do aluno no universo da escrita se dá por meio desses dois processos: a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades da leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, o letramento. O conhecimento das letras é apenas um meio para o letramento, que é o uso social da leitura e da escrita.

Enfim, letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

### **3.3.4 Concepção de Formação Continuada:**

A escola, por ser o local onde todos aprendem, requer um constante aperfeiçoamento profissional de todos os segmentos dentre eles a direção, docentes, agentes educacionais I e II. A formação continuada proporciona condições para reflexões e estudos e visa reconstruir práticas, articular relações entre ação pedagógica e a organização escolar. Tem como princípio norteador a concepção construída a partir do Projeto Político Pedagógico, da Proposta Pedagógica Curricular, do Plano de Ação da escola. Nesta perspectiva, temos em Libâneo (2005), que:

O trabalho nas escolas envolve, ao mesmo tempo, processo de mudanças nas formas de gestão e mudanças nos modos individuais de pensar e agir. Em razão disso, a formação docente, tanto a inicial como a continuada precisa incluir, com o estudo das ações de desenvolvimento organizacional, o desenvolvimento de competências individuais e grupais, para que os pedagogos e os professores possam participar do modo ativo e eficaz da organização e da gestão do trabalho escolar (LIBÂNEO 2005, p. 381).

Assim, partimos do pressuposto de que o diálogo e a reflexão são princípios que devem orientar a formação continuada dos profissionais e segmentos da escola por meio do diálogo entre os profissionais é possível identificar suas reflexões sobre o currículo em ação, e as diferentes situações formativas destes profissionais e o quanto sua vivência pode ser impulsionadora do desenvolvimento profissional e provocadora de novas práticas.

No entanto, a escola concebe que a formação continuada será significativa ao professor quando houver maior articulação entre teoria e prática. Acreditamos que a formação continuada poderá ser capaz de provocar mudanças na postura e no fazer pedagógico quando, através dos programas de formação continuada, formarem-se profissionais dotados de uma fundamentação teórica consistente e com capacidade de análise e reflexão crítica acerca de todos os aspectos que compõem e influenciam o contexto escolar.

Assim, entendemos que embora a formação continuada deva atender às necessidades do professor no seu cotidiano, ela não pode ser entendida como um receituário, ou seja, um conjunto de modelos metodológicos. Por conseguinte, os processos de formação continuada devem aproximar os pressupostos teóricos e a prática pedagógica, ou seja, não podemos cometer o engano de pensar que apenas a reflexão na prática e sobre a prática será suficiente para o encaminhamento adequado de todos os problemas enfrentados no fazer pedagógico.

### **3.3.5 Concepção de Avaliação, Recuperação e Conselho de Classe:**

A avaliação deve se fazer presente no processo educativo, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino e aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem.

Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002).

No cotidiano escolar, a avaliação é parte do trabalho dos professores. Tem por objetivo proporcionar-lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento. É importante ressaltar que a avaliação se concretiza de acordo com o que se estabelece nos documentos escolares como o Projeto Político Pedagógico e, mais especificamente na Proposta Pedagógica Curricular e no Plano de Trabalho Docente, documentos necessariamente fundamentados nas Diretrizes Curriculares Estaduais. Esse projeto e sua realização explicitam, assim, a concepção de escola e de sociedade com que se trabalha e indicam que sujeito se quer formar para a sociedade que se quer construir: sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade.

Sobra a avaliação A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de Dezembro de 1996 – LDB 9394/96, em seu capítulo II, inciso V, apresenta:

“(…) a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; (...) e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (...)

A compreensão destas determinações legais estão em consonância com anseios e opção por uma educação democrática de qualidade. A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos. Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatarem o que o aluno



aprendeu ou não aprendeu e o fazem refém dessas verificações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação.

Quanto à recuperação de estudo temos no sistema de ensino do Paraná, a Deliberação no 007/99 que em seu capítulo II, artigos 10 a 13, normatiza a recuperação de estudos pontuando questões sobre a obrigatoriedade do estabelecimento de ensino em proporcionar a oferta. Ressalta a legalidade do instrumento, indicando seu registro no regimento escolar, bem como o período que deve ser realizada. Enfatiza a recuperação como um processo contínuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

No entanto, concebemos que os professores não devem fazer a recuperação apenas para cumprir uma formalidade legal, mas realizá-la como expressão do seu compromisso com a aprendizagem dos alunos. Muitas vezes, há uma simples recuperação de nota e não do fundamental que é a aprendizagem. Todavia, enquanto existir nota, a recuperação da aprendizagem deverá repercutir na recuperação da nota, pois só a reavaliação permitirá saber se houve a recuperação pretendida ou não.

Defendemos que a recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Portanto, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo.

O Conselho de Classe é a parte importante da avaliação que acontece na escola. No pensamento de Freire (2003, pg. 65), “a prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo”. É importante fazer uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica para de fato torná-la formadora, pois o fim deste processo é a aprendizagem. É o momento de estabelecer o verdadeiro sentido da avaliação, acompanhar o desempenho do aluno no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002).

Não tem sentido avaliar, ou fazer Conselho de Classe apenas para constatar o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e fazê-lo refém disso. Para além disso, acreditamos que este é um momento de socializar o diagnóstico, analisar os objetivos, propor novas metodologias de trabalho, rever o processo avaliativo e planejar coletivamente ações para que todos os alunos das turmas possam ter o acesso universal ao conhecimento. Quando nossa ação pedagógica visar à

formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, o Conselho de Classe passa contribuir para esta formação.

### **3.4 Educação em Direitos Humanos**

#### **3.4.1 Concepção de cultura**

“Cultura”, não por acaso, é um termo do qual se busca o eixo teórico para compor parte do projeto político pedagógico do Colégio Mário de Andrade. Com efeito, trata-se de extrair das várias definições e das muitas discussões um horizonte, compreendido aqui como a educação que garante a evolução dos alunos nas múltiplas determinações: circunstâncias, fatos, decisões, espaços, envolvimento pessoais, profissionais, entre tantos outros.

É justamente esse “salvo conduto” que precisa ser pensado, uma vez que é preciso ter clareza do que se quer “enquanto educação” para definir de qual cultura estamos a nos referir.

Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2003, p. 13).

Buscar o entendimento de como “lidar” com os fatores presentes no mundo da cultura, além de instrumentalizar, propicia a clareza do que se quer, ou seja, de deixar as coisas como estão ou superar a condição do sujeito trabalhador (ou filho do trabalhador) que frequenta a escola pública especificamente aqui no caso o Colégio Mário de Andrade. Fato esse que se revela como um desafio e que os profissionais têm buscado uma formação pautada no método da pedagogia Histórico-Crítica.

Além da busca pela formação considerada pertinente, dados coletados junto aos alunos dão conta aos profissionais que existem contradições que movem a realidade, é preciso aprender qual é a natureza dessa realidade, ainda revelam elementos para compreender o projeto educativo desenvolvido no Colégio e quais princípios de educação produzem as práticas. Existe uma preocupação, uma situação que se destaca e que precisa ser investigada, integrada no projeto da escola, os dados constituem a expressão dessas preocupações que procuram o oculto.

A socialização do conhecimento e o currículo oculto revelam muito do que acontece na escola em relação a estrutura econômica desigual, fruto das formas econômicas e políticas

existentes e tanto a cultural quanto a educação estão dentro dessas formas e isso não pode ser esquecido. As intervenções governamentais feitas no currículo e no ensino, as chamadas reformas, não dão conta de solucionar o problema, afinal as instâncias econômicas, sociais e políticas da sociedade estão postas.

Não tem como negar que para definir os objetivos da educação é preciso envolver-se com o contexto e a atualidade. É necessário olhar os espaços sociais além da escola e a diversidade presente no espaço escolar para repensar os próprios formatos, o pensamento emancipatório de escola se esqueceu da vinculação orgânica, a escola faz parte do metabolismo de reprodução de capital, ela é uma esfera para si, e não pode estar fechada em si mesma, desvinculada de outros processos de educação, para ser politizada precisa ter vínculos.

Surgem algumas questões: quais vínculos os professores tem com a classe, com os movimentos da educação do trabalhador? Qual vida política ele tem? Isso influencia no momento de implementar o que está posto no currículo? Utilizando o exemplo do livro didático que é um artefato que se configura como currículo em muitas escolas, muitas vezes o único instrumento, porque os balizadores não são constituídos também pelos professores?

A contar desse entendimento, cultura passa a delimitar espaço, indicar categorias de análise, clareando para onde vão as ações do grupo. “É preciso não esquecer, assim, que os instáveis significados de cultura atuam concretamente como instrumentos das modernas relações de poder imbricadas na ordem tecno-econômica e nos regimes políticos, e de tal maneira que o domínio dito “cultural” pode ser hoje sociologicamente avaliado como o mais dinâmico da civilização ocidental.” (SODRÉ, 1983, p.8)

Logo, o que está em jogo não é somente “os costumes, as práticas, as maneiras de ser, os rituais, a indumentária (forma de se vestir) e as normas de comportamento são aspectos incluídos na cultura”. (DICIONÁRIO INFORMAL, disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/usuario/id/27/>. Acesso em 17/03/17) como definem os dicionários. Existe todo um aparato que “produz” cultura em larga escala, obedecendo a lei da oferta e procura econômica. De modo que a cultura também é influenciada pelo fator econômico.

Ou seja, é necessário que o significado de “classe” seja reconhecido, vislumbre os caminhos que instrumentalize sendo conhecedor da cultura, e nesse sentido, não “serve qualquer uma”, tampouco pode se apropriar de uma cultura que não lhe diz respeito enquanto classe. Explicitando: o trabalhador precisa saber qual cultura lhe serve e não acreditar ingenuamente que lhe irá bem a cultura que está posta no ambiente social, no caso de nossa sociedade, a do burguês que não o emancipa e sim o aprisiona nos sentidos vinculados à cultura do burguês rumo à perpetuação da ordem social para deixar as coisas como estão. Cultura como capacidade de criar

uma nova concepção de mundo. Nesse sentido, a **concepção de cultura** para a qual se quer avançar passa pelo entendimento de que:

É somente graças à riqueza objetivada da essência humana que se criou e se formou a riqueza da sensibilidade objetiva do homem, que um ouvido torna-se musical, que um olho percebe a beleza da forma, em suma, que os sentidos tornem-se capazes de gozo humano, tornem-se sentidos que se afirmem como forças essenciais do homem. Pois não somente os cinco sentidos, mas também os sentidos ditos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), em uma palavra os sentidos humanos, a humanidade dos sentidos, formam-se apenas graças à existência do seu objeto, graças à natureza humanizada. (MARX, 1978, p. 151)

Logo, a cultura ensinada não se restringe somente a sala de aula convencional, com alunos igualmente convencionais, existem toda uma diversidade cultural clamando para ser reconhecida na difusão e elaboração do tipo de conhecimento que se pretende enquanto escola pública.

**Cultura é tudo aquilo que foi criado, construído, apreendido, conquistado pelo homem no curso de toda a sua História, em contraposição ao que a natureza lhe deu, compreendida aí a história natural do homem como espécie animal [...]** quando o homem segurou pela primeira vez os instrumentos primitivos de pedra e de madeira, naquele momento começou a criação e acumulação de cultura, isto é, do conhecimento e da capacidade de todos os tipos para enfrentar e subjugar a natureza (TROTSKI, 1981, p.51 grifo nosso).

É o conhecimento que está sempre presente, mantém relações com a realidade e também com a história. A partir dessas relações é possível reconhecer que existem outros caminhos e objetivos que não buscam somente reproduzir o que está posto como verdade pronta e acabada. Porém, isso não significa que o “bebê deve ser jogado fora junto com a água suja do banho”. Não se começa uma cultura assim do nada ou do marco zero, mas se apossa do passado, escolhe-o, retoca-o, o recompõe e continua a construir daí. Sem o uso do guarda-roupa de “segunda mão” do passado não haveria progresso no processo histórico (TROTSKI, 2007, p. 143) [...]. “Devemos em primeiro lugar nos apossar oficialmente dos elementos mais importantes da velha cultura, a fim de podermos ao menos abrir caminho à construção de uma cultura nova”. (TROTSKI, 2007, p.154).

Significa que é possível construir o novo, mesmo que “construir” desobedeça à regra do “pronto e acabado”, pois sempre se encontrará elementos diferentes no caminho da construção. É o conhecimento que está sempre presente, mantém relações com a realidade e também com a história. A partir dessas relações é possível reconhecer que existem outros caminhos e objetivos que não buscam somente reproduzir o que está posto como verdade única.

Apple (1982), exemplifica a escola vista por muitos estudiosos como uma “caixa preta”, complexificada e fechada com estrutura interna desconhecida, preocupam-se em explicar as distribuições de entrada e saída (*input e output* do fordismo). Para Apple (1982), não existe a preocupação em definir como a escola reproduz, é preciso buscar explicações na cultura reproduzida. Posiciona-se ao concordar que no processo de transmissão cultural das instituições, os fatores sociais e ideológicos agregam pouco (ou nenhum peso) que somente conta o aqui e agora, tomando o currículo como a-histórico embora aponte a não neutralidade da cultura repassada na escola. Concorda ainda que é irreal desvincular o conhecimento da ideologia, tanto política quanto econômica.

Ainda segundo Apple (1982), é visível nas formas de ensinar uma pretensa neutralidade, como se a seleção do que ensinar e da linguagem utilizada para tanto não tivesse relação com poder e recursos políticos e econômicos nessa seleção e ainda tem a função de reprodutores culturais e econômicos das tendências sociais, principalmente nas lutas de classes. Sob tal aspecto, duas questões formas destacam-se quanto ao conhecimento escolar: na primeira o desempenho acadêmico, pensado como neutro destituído de valoração, pronto e acabado, sem ser problematizado. Segunda os mecanismos de sociabilização que problematizam as normas e valores sociais que a escola transmite, restringindo-se a tal. Para Apple (1982), ambas são questionáveis. Na primeira, o enfoque é eficiência técnica, esquecendo do conteúdo real do conhecimento (econômico e estrutura escolar). A segunda concentra-se no consenso social quanto aos valores pré-definidos na coletividade e que são transmitidos nas escolas, esquecendo-se completamente do contexto político e econômico dessa mesma coletividade (quem define esses valores)

O fazer escolar é sempre visto como um espaço próprio para absorver toda sorte de “coisas” (programas, reformas, parcerias, projetos...) esquece-se a escola de definir um projeto único, não único à todas as escolas, mas único nas especificidades do conhecimento necessário para aquele contexto e para os sujeitos da educação que ali se formam. Portanto, deveria ser por excelência um espaço de conflito, em que a discussão acerca do currículo e do conhecimento perpassa o saber cultural, as relações pessoais e as formas de poder que se encontram em disputa esperando para ditar o que ela deve ou não reproduzir. “Precisaremos explorar como a distribuição cultural e o poder econômico estão intimamente entrelaçados, não apenas na transmissão do ‘conhecimento moral’ segundo alguns teóricos da reprodução, mas no corpus formal do próprio conhecimento escolar” (APPLE, 1982, p.56)

Aceitar os conhecimentos de determinados grupos hegemônicos na manutenção do poder é negar a cultura para outros grupos. Não há nada de neutro nesse fazer que aceita “modelos” de

reprodução e manutenção do *status quo*. Portanto, a escola não pode ser uma simples instituição de reprodução como se os sujeitos que ali estudam fossem somente fantoches, passivos frente ao que aprendem.

Uma escola centrada somente nos resultados (input e output) assemelhada a uma empresa ou indústria, nega uma concepção de formação integral, humana. “Existe uma singular combinação de cultura popular e de elite nas escolas. Como instituições, elas se constituem em áreas excepcionalmente interessantes, e fortes política e economicamente, para a investigação dos mecanismos de distribuição cultural numa sociedade” (APPLE, 1982, p.44)

Pensar num projeto educativo forte, que permita avançar, mesmo frente as resistências sociais e institucionais é condição *sine qua non* para perceber o outro lado da moeda, ou seja, a contestação do que está posto e a ideia de que existem outras formas de se pensar a razão de ser da escola, do conhecimento e consequentemente da cultura.

Tudo aquilo que foi conquistado, criado, construído pelo esforço do homem e que serve para aumentar seu poder, é cultura. Mas como **não se trata do homem considerado individualmente, mas o homem considerado socialmente**, como a cultura é um fenômeno sócio-histórico pela sua natureza, e como a sociedade histórica tem sido e continua a ser uma sociedade de classes, a cultura acabou se tornando o instrumento fundamental da opressão de classe. Marx dizia: “As idéias dominantes numa época são essencialmente as ideias da classe dominante daquela época”. Isto também vale para a cultura no seu conjunto (TROTSKI, 1981, p.52, grifo nosso).

É a dialética entre poder de legitimar categorias dominantes e supremacia por meio do acesso de determinados grupos. A via: a escola enquanto reprodutora da cultura. Como todo o arsenal é mantido e legitimado? Com a ordenação que os indivíduos teriam enquanto conjunto fixo econômica e politicamente de posições sociais pré-estabelecidas e aceitas de geração em geração, a educação colabora formal ou informalmente com isso.

Ou seja, reproduz a divisão do trabalho e do poder desiguais presentes na sociedade e o indivíduo adquire uma consciência que é fruto dessa mesma sociedade repleta de diferenciações tanto culturais quanto econômicas. O contexto social tende a ocultar os interesses que estão implícitos, para percebê-los é preciso examinar a simbiose entre a cultura que é distribuída e o poder econômico no conhecimento moral e também na formalidade que revela-se no conhecimento escolar.

Aspecto importante para ser analisado é que os conteúdos são produto de seleção efetuada no âmago da cultura: a escola ensina alguns elementos e omite outros, a cultura é um plano de fundo do qual se extraem os fins didáticos, a cultura é o material do qual se faz a seleção do que

ensinar. É preciso ponderar sempre sobre a função e fins da educação em que estão presentes conflitos, compromissos e também subordinação. Pensar em formação social e formação especializada implica em pensar numa educação para a cultura com os conhecimentos predestinados para tal.

### **3.4.2 Concepção de cidadania**

O tema da cidadania provoca debates entre o grupo de professores uma vez que é possível encontrar amplas contradições entre o que está expresso na legislação e o que se assiste no cotidiano das pessoas. Ao longo da história, nota-se que a posição adotada no que concerne ao tema em destaque definiu os rumos da participação popular no governo, bem como determinou a amplitude do acesso dos participantes do Estado aos direitos. Ou seja, em momento da história cidadão era o homem branco e com posses.

No momento histórico vivido considera-se todos cidadãos, sujeitos de direitos e deveres sociais, civis e políticos. A Constituição Federal brasileira de 1988 define como princípio fundamental do Estado brasileiro, “a cidadania”, e considerar cidadãos, todos os natos e naturalizados, sem qualquer discriminação, com iguais deveres e direitos civis, políticos e sociais.

No entanto, o que vemos na sociedade atual é que nem todos tem os seus direitos de cidadãos garantidos, até mesmo pelo próprio estado. A respeito desta dicotomia o autor Sacristan (2000) analisa que a cidadania está “garantida nos papéis, mas não existe de verdade”. Ainda conforme o autor:

Para eliminar a distância entre os direitos garantidos no papel e o efetivamente praticado, todos os envolvidos com a temática da Cidadania tem a missão de fomentar ideias práticas para que esse aparato não seja mais um apanhado de belas palavras que ora ou outra são consultadas, mas que seja um norteador para o exercício da cidadania em nosso país (SACRISTAN, 2000, p. 41).

Assim, concebemos que a conquista da cidadania deve ser uma busca constante da sociedade. Coutinho (2005) também define a cidadania como a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de democracia efetiva), por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Na mesma linha de pensamento o autor enfatiza que a cidadania “não é dada para os indivíduos de uma vez para sempre, de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a

partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração”  
Coutinho (2005, p.2)

Nesta concepção, escola é um espaço privilegiado de tomada de consciência e transformação social é um espaço favorável para ações transformadoras que podem contribuir de modo significativo para a conquista da cidadania plena de todos os sujeitos da sociedade. Por fim, o papel da escola então é o de (re) pensar sua maneira de trabalhar as teorias que fundamentam todo o trabalho escolar a fim de garantir a prática do que constam nas referidas leis.

### **3.4.3 Equipe Multidisciplinar:**

Considerando que a escola é espaço de transformação social por meio do acesso aos conhecimentos historicamente construídos e acumulados pela humanidade, compreendemos que as ações pedagógicas devem estar ancoradas nas conquistas sociais dos sujeitos envolvidos.

Nesse processo de construção insere-se o parecer 003/04 do CNE, desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assegura o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. Junta-se, também, ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001).

Todos estes marcos legais são o ponto culminante das reivindicações e lutas dos Movimentos Sociais ao longo do século XX e XXI, destacadamente ao movimento Negro, Indígena e LGBTs (Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) dentre outros movimentos da Diversidade Cultural e Sexual, referem-se à necessidade de Diretrizes que orientem as ações pedagógicas voltadas à valorização da História e Cultura destes sujeitos históricos que se encontram em desvantagens social e simbólica.

Conforme o professor Wagner Roberto do Amaral (2010), em seu texto introdutório sobre *A Política Pública de Educação e Diversidade da Rede Estadual de Educação do Paraná: Trajetórias e Perspectivas*, onde o sentido histórico e a centralidade do processo constituinte residem na

[...] institucional compreensão de que o conceito de diversidade cultural e as marcas históricas e estruturais das desigualdades sociais, raciais, econômicas e



educacionais não podem ser tratados de forma dissociada e descontextualizada. A leitura articulada e contextualizada desses elementos passa a ser revelada na compreensão crítica dos índices de desenvolvimento educacional, fundamentalmente, no que se refere ao acesso, reprovação, evasão, conclusão, defasagem idade/série e tempo médio de escolarização de populações de baixa renda, negras, jovens e adultas, de mulheres, residentes no meio rural, dentre outras, demonstrando ainda as marcantes desigualdades no processo de universalização da educação básica (AMARAL, 2010, p. 47).

A escola pública enquanto espaço democrático, precisa com os seus pares do reconhecimento e valorização da História e Cultura dos Afro-brasileiros, Africana, Povos Indígenas e toda a Diversidade que constitui a nação brasileira, objetivando o direito à educação de qualidade com uma formação responsável para a cidadania pela construção de uma sociedade justa, democrática independentemente de pertencimento racial, gênero e orientação sexual, respeitando o Art. 205 da Constituição Federal.

Assim, a Equipe Multidisciplinar constituir-se-á como Instância de Formação Continuada e orientação das ações pedagógicas destinadas à mudança dos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas e formas de tratamento dado aos sujeitos historicamente desfavorecidos social e simbolicamente por conta de práticas discriminatórias.

#### **3.4.4 Concepção de gestão escolar**

No entender de Libâneo (2005) o que garante a gestão democrática é a participação, o envolvimento de todos os integrantes da escola nas tomadas de decisões. O caráter democrático da gestão escolar está na forma de articular uma educação para a cidadania e permitir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, para planejar, organizar, discutir, pensar, sugerir, dirigir e avaliar sobre as decisões que permeiam a instituição escolar garantindo a apropriação do conhecimento e a permanência do aluno na escola.

A gestão democrática busca superar os conflitos competitivos presentes na escola como um todo. Prais, (1990, pg. 84), afirma que “elimina-se, o espírito corporativo e competitivo existente no interior do espaço escolar e inicia-se um processo permanente da participação na construção de uma educação comprometida com a transformação social”.

Compreendemos que uma gestão participativa é uma gestão democrática. Por isso acreditamos que cabe ao diretor ter uma ampla visão sobre os vários aspectos da escola tais como o pedagógico, o administrativo, o financeiro e o cultural. Conforme considerações, de Libâneo, (2005), temos alguns princípios norteadores:

- Autonomia da escola, ou seja, é quando a escola pode tomar decisões sobre a instituição, independente do poder público, mas sem redimir do poder público suas responsabilidades, que é manter os recursos financeiros para o perfeito funcionamento físico da instituição e proporcionar formação continuada para professores.
- Envolvimento da comunidade no processo escolar.
- Planejamento das atividades, através da elaboração do Plano de Ação seguindo orientações e concepções do Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular.
- Utilizar informações concretas e analisar cada problema com suas particularidades, verificar a qualidade da ação pedagógica das salas de aulas, o cumprimento dos programas, a qualificação e formação dos professores, características socioeconômicos e culturais dos alunos, os resultados do trabalho que a equipe propôs atingir, a saúde de cada membro da escola, a adequação entre método e seus procedimentos didáticos.
- Avaliação compartilhada através de uma constante avaliação dos membros de cada segmento da escola sobre todas as decisões realizadas.
- Relações humanas produtivas, criativas, baseadas no diálogo, no respeito, na igualdade e sem discriminação.
- Estimular a Formação Continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes toda comunidade escolar.
- Equilibrar os investimentos financeiros atentando para que o estrutural não se sobressaia ao Pedagógico.

### **3.4.5 Instâncias Colegiadas:**

O caminho trilhado pela educação em busca da democratização escolar se fez presente na Legislação Educacional, Lei 5692/71, Art.41, que aponta a responsabilidade da participação da família e comunidade no que se refere a recursos, esforços e incentivo para a educação escolar, assim também a Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, de 1988, Art.206, inciso VI, veio favorecer a organização democrática do Ensino Público.

Nesse contexto, motivou o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, que no seu Artigo 3º, inciso VIII e Artigo 14, apontando possibilidades de uma gestão democrática do ensino público. Pode-se assim dizer que são oferecidos suportes legais para a democratização da escola pública, porém, na prática, ainda há pouca efetividade, permanecendo a tradição de uma gestão centralizada. Uma das maneiras de superar essa tradição pode ser a criação e implementação dos colegiados nas escolas.

Conforme o histórico do Conselho Escolar do Paraná, presente no caderno do Estatuto do Conselho Escolar, está a Resolução 4839/94, da Secretaria de Estado da Educação, que torna legal as normas contidas na Deliberação 020/91-CEE, a qual aprovou os regimentos escolares da Rede Pública Estadual e trouxe impresso a regulamentação para o funcionamento dos Conselhos Escolares no Paraná.

Paro (1986) cita que quando se conseguir a participação de toda a comunidade escolar incluindo educadores, alunos, funcionários e pais, nas decisões a respeito de seus objetivos e de seu funcionamento, ter-se-ão melhores condições para pressionar os escalões superiores, no sentido de dotar a escola de autonomia e de recursos.

Os colegiados precisam ser instrumentos permanentes de participação, debates, buscas de alternativas e não como mero socorro da direção escolar. Só poderá haver uma efetiva participação onde forem criados espaços para exercitar estes valores

Faz-se necessária a participação de toda a comunidade interna e representantes externos, Conselho Escolar, APMF e Grêmios Estudantis, discutindo abertamente os problemas escolares, buscando alternativas e superando a ideologia de que as leis são suficientes para garantir a democracia e a qualidade da educação.

As instâncias colegiadas do Colégio Estadual Mário de Andrade é composta por:

**-Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF):**

Formada por pais de alunos, docentes, direção, pedagogos e agentes **educacionais** I e II e de alunos maiores de 18 anos. Funciona por meio de uma diretoria executiva e de um conselho deliberativo. Regida por um Estatuto próprio.

**-Grêmios Estudantis Mário de Andrade – GEMA**

É um órgão organizado por alunos do ensino fundamental, médio e profissional, fundado em 25 de agosto de 1990, com sede no estabelecimento de ensino. Tem finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais, a partir do Estatuto próprio aprovado em Assembleia Geral.

### **3.5 Violência e uso de álcool e outras drogas em âmbito escolar**

Uma das grandes preocupações existentes na atualidade para as famílias e para a escola é a possibilidade de envolvimento de jovens com o mundo da dependência das drogas e da violência. Na escola é vivenciado frequentemente relatos de pais e alunos com o envolvimento de algum membro da família ou da tentativa de aliciamento dos alunos as drogas. Sabemos que

a violência, em muitos casos é consequência de uma família desestruturada emocionalmente pelo uso de algum de seus membros ao álcool ou a drogas ilícitas. Outro fator que preocupa os pais e a escola é o aliciamento cada vez mais cedo, que consome vidas e destrói famílias a cada dia. Ao estudarmos as concepções de infância, adolescência e juventude nos deparamos com muitos fatores que podem levar a dependência química ou a violência, dentre eles destacamos a mudança nos valores e princípios da sociedade e conseqüentemente da relação familiar. Dentro deste ponto de vista, e analisando a atual configuração familiar e as relações afetivas, Martins & Pilon afirmam:

O contexto atual permite concluir que vivemos em uma sociedade carente de mãe e pai, na qual faltam limites e critérios norteadores das ansiedades cotidianas, que se exacerbam. As relações afetivas primárias estão tão deturpadas pela ausência ou má qualidade dos vínculos primários que terminam por comprometer a autoestima da criança e do adolescente, assim como o desenvolvimento das potencialidades afetivas, cognitivas, criativas e reparadoras. Quando os vínculos primários são fortes, as chances de o adolescente exibir comportamento antissocial são menores do que quando os vínculos com os pais não existem ou são fracos. (Martins & Pilon, 2008, p.1113)

A distância da família e os poucos contatos levam à formação de crianças e adolescentes com baixa autoestima e em consequência, propensos a buscar satisfação e prazer em fontes externas, mais precisamente nas drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. No entanto, com base nos estudos realizados acreditamos que a escola deve desenvolver ações de prevenção ao uso de drogas ainda nos primeiros anos de vida. Tais ações devem ser efetivadas no momento em que os jovens ainda não se envolveram ou não tiveram contato com droga.

A violência é outra questão que preocupa os pais e professores. Desde pequenos as crianças são expostas a cenas de violência em desenhos animados e no ambiente social. Com o acesso à tecnologia os adolescentes passam horas em jogos eletrônicos que trazem em sua estrutura ações de violência. O real e o virtual ficam muito próximo. Assim, a efetivação de orientação aos pais e aos alunos quanto a esta problemática é mais uma atividade que deve fazer parte da rotina da Equipe Pedagógica da escola.

### **3.6 Concepção de Educação Especial**

A Educação Especial, a partir da LDBEN 9394/96, é definida como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Permitindo, tomar a educação

especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos.

A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, visto que, está sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, baseado e ‘justificado’ na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir. Então, a Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento.

Ou seja, na educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa escola, apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Nas várias reformas educacionais ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o tema das necessidades educativas especiais esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários. Com a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação, em seu Art. 2º, Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Na interpretação de Mantoan (2004), a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças. Sabemos que, para que a inclusão se efetue não basta a garantia apenas na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto sócioeconômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação de qualidade. Ainda, a educação inclusiva favorece não só o aluno com necessidades educacionais especiais, mas, também os demais alunos que passam a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças, além de juntos receberem uma metodologia de ensino diferenciada e da disposição de maiores recursos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foi elaborada segundo os preceitos de uma escola em que cada aluno tem a possibilidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, e em que o conhecimento se constrói sem resistência ou submissão ao que é selecionado para compor o currículo, resultando na promoção de alguns alunos e na marginalização de outros do processo escolar. A compreensão da educação especial nesta perspectiva está relacionada a uma concepção e a práticas da escola comum que mudam a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que são objeto do ensino formal. Como modalidade que não substitui a escolarização de alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, essa educação supõe uma escola que não exclui alunos que não atendam ao perfil idealizado institucionalmente. A educação especial perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino, sem substituí-los, oferecendo aos seus alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares. A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

### **3.6.1 Concepção de Inclusão e suas formas:**

A todos os alunos, portadores de características diferenciadas ou necessidades especiais: físicas, intelectuais e motoras e/ou condições sócio-culturais diversas, deve ser garantido o acesso e a permanência na escola.

A inclusão não atende apenas as crianças com alguma deficiência, mas também as excluídas ou discriminadas. Portanto, mesmo com recursos escassos o importante é dar meios para os estudantes façam parte do mundo, que haja preparo para os Professores e Equipe Pedagógica atendam aos alunos com necessidades especiais.

A inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para a Educação Especial na Educação Básica, e no Estado do Paraná em 2004 com a criação das Salas de Recursos na Rede Regular de Ensino. Numa sociedade plural e democrática, a inclusão escolar representa um amadurecimento da política educacional. Deve atingir todos os alunos que apresentem características diferenciadas não apenas de deficiência e aprendizagem, mas também de condições sócio-culturais diversas. Garantindo, assim, o acesso e a permanência de todos à escola.

A Educação, como um direito de todos os cidadãos estabelecido pela Constituição Federal do Brasil (1988), foi reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9394/96, que destina o Capítulo V à Educação Especial. O art.58 da LDBEN define que a educação dos alunos com necessidades especiais deve ser realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino. Assim, a Educação Especial que era vista por muitos como modalidade usual de atendimento às pessoas com necessidades especiais e, principalmente das pessoas com deficiências, deve atuar como complemento da Educação Básica ou Superior, um instrumento a estar disponível quando necessário.

### **3.6.2 Sala Apoio:**

Tem como especificidade atender alunos de 6º, os quais apresentam dificuldades de aprendizagem ou defasagem de conteúdo do Ensino Fundamental, objetivando motivar, diminuir os índices de abandono e reprovação e principalmente auxiliar a aprendizagem do aluno.

São elaborados materiais didáticos pedagógicos, considerando as necessidades e dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Os alunos são atendidos no turno contrário, com no máximo de vinte (20) alunos por disciplina.

O profissional da sala apoio deverá ser um conhecedor dos fundamentos psicopedagógicos desta faixa etária, bem como domínio dos conteúdos básicos das séries iniciais e dos relativos ao segundo segmento do ensino fundamental e principalmente, saber aplicá-los com eficácia.

### **3.6.3 Sala de Recursos Multifuncional Tipo 1**

O Colégio Estadual Mário de Andrade oferta a Sala de Recursos para o Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, que é um serviço especializado de natureza pedagógica que apoia e complementa o atendimento realizado em Classes Comuns. Os alunos podem ser egressos da Educação Especial ou aqueles que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, decorrentes de Deficiência Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos que necessitam de apoio complementar. O aluno deverá passar por uma avaliação pedagógica no contexto escolar, psicológica e neurológica, quando necessário, para o ingresso. O trabalho pedagógico especializado, na Sala de Recursos, deve constituir um conjunto de procedimentos específicos, de forma a desenvolver os processos, cognitivo, motor, sócio afetivo emocional, necessários para apropriação e produção de conhecimentos.

O horário de atendimento na Sala de Recursos é ofertado em período contrário ao que o aluno está matriculado e frequentando a classe comum, deverá ser trabalhado de forma individualizada ou em grupos, e o tempo de trabalho coletivo não deverá exceder o tempo do trabalho individual.

Os atendimentos realizados em grupos deverão ser organizados por faixa etária e/ou conforme as necessidades pedagógicas. Na Sala de Recursos, o aluno recebe atendimentos de acordo com suas necessidades devendo ser de 2(duas) a 4(quatro) vezes por semana, não ultrapassando 2(duas) horas diárias conforme prevê a Instrução Nº 05/04 – CEE, Instrução Nº 013/08 SUED/SEED, a Deliberação 02/03 – CEE, a Resolução 02/01 – CNE, Parecer nº 17/01-CNE das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

### **3.6.4 Sala de Recursos para indicadores de Altas Habilidades**

A sala de recursos é um serviço especializado de natureza pedagógica que suplementa e complementa o atendimento realizado em Classes Comuns da Educação Básica. Os alunos devem ter, impreterivelmente, avaliação pedagógica realizada pelos professores da classe comum, professor especializado, pedagogo da escola, com assessoramento de uma equipe multiprofissional externa (Universidades, escolas de educação Especial, Secretarias Municipais da Saúde através do estabelecimento de parcerias) e equipe do Núcleo Regional de Educação, devidamente orientada pela SEED/DEEIN.



O trabalho pedagógico especializado na Sala de Recursos deve constituir um conjunto de procedimentos específicos, que têm por objetivo enriquecer a aprendizagem, oportunizando intervenção nas áreas das habilidades e interesses dos alunos, com parcerias estabelecidas pela escola e outras instituições/ organizações afins, sendo ofertada em período contrário.

O atendimento é ofertado conforme prevê a Instrução Nº 016/08 – SEED/SUED, a Deliberação 02/03 – CEE-PR, a Resolução 02/01 – CNE, Parecer nº 17/01- CNE das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação N9394/96.

### **3.7 Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio**

#### **3.7.1 Concepção de trabalho, ciência, cultura e tecnologia.**

Cabe esclarecer que a concepção de trabalho defendida aqui, é entendida não como simples ação, mas como uma atividade especificamente humana e complexa, enquanto necessidade de produzir bens necessários a existência humana, ou seja, o trabalho consiste em uma atividade que os homens em cooperação produzem tudo aquilo que necessitam para consumir e viver.

Segundo Marx (1982) trabalho é:

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma das forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos a fim de apropriar-se dos recursos da natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1982, p.202).

Ao definir o trabalho Marx não se deteve a uma concepção metafísica do mesmo, portanto, a partir do mesmo inferir que, de todas as espécies, o homem é o único ser que não consegue sobreviver adaptando-se à natureza, mas transformando-a num processo ativo e dialético. Pode-se então dizer que no processo de criação, ao modificar a natureza, o homem também se modifica. O trabalho, nesse sentido, é a objetivação da vida do homem. No trabalho o homem projeta-se, produz, defronta-se, completa-se, cria-se.

No entanto, a divisão do trabalho dividiu a sociedade em classes, e tem sido, a partir da divisão da propriedade e da histórica divisão de classes, a forma na qual tem direcionado o acesso a escolarização e dirigido o processo formativo para o trabalho. Partindo do fato de que a

sociedade, composta principalmente por duas classes, a dos proprietários do capital e dos trabalhadores observa-se na sociedade ainda várias contradições do trabalho. Nesse sentido, quando o trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho, o trabalho configura-se como algo que é estranho, não pertence à essência do indivíduo, portanto gera alienação. O trabalhador gera valor, mas paradoxalmente, fica mais pobre, refém do movimento da ganância e da concorrência.

Defendemos, portanto, que a escola não deve formar homens capazes de se adaptar ao mercado de trabalho e as regras do mercado, mas sim formar homens entendidos como sujeitos que possam compreender os processos do mundo do trabalho.

O trabalho só tem sentido educativo se estiver fundamentado no princípio da práxis, da ação política e da ação educativa que articula a complexidade do mundo do trabalho. Se na sociedade capitalista indivíduos são levados à alienação através do trabalho, a educação nesta sociedade deve consistir num processo de superação, de possibilidade de emancipação humana. A emancipação, mediada pelo princípio do trabalho, implica no entendimento de que o homem tenha conhecimento e controle sobre o processo produtivo.

As diretrizes do estado do Paraná propõem a educação tendo o Trabalho como princípio educativo, entendido em sua dimensão ontológica quanto histórica como analisado acima. Por essa razão, entendemos que o professor deve não apenas conhecer, mas também saber como o conhecimento de sua disciplina foi produzido e validado, ou seja, como o conhecimento constituiu-se como ciência. Estar envolvido, de alguma forma, com os espaços de produção de conhecimento na sua área de atuação permite ao professor se manter atualizado com a dimensão histórica do mundo do trabalho e com a ciência. Aí, entramos em outro debate importante, que é o da ciência e da tecnologia, que compõem as atividades profissionais das diversas disciplinas.

Acreditamos que os educadores só podem acompanhar os desdobramentos da tecnologia e da ciência no mundo contemporâneo, se tem uma formação e um tempo que os permitam se atualizar com esses processos. Ao mesmo tempo, ao dominar ou compreender os métodos de produção de conhecimento em sua área o professor pode conduzir as atividades de pesquisa escolar integrada as relações do trabalho, da ciência da cultura e da tecnologia.

### **3.7.2 Concepção de Ensino Médio Integrado**

Iniciamos a concepção de Ensino Médio Integrado com a fala de um dos professores dos cursos técnico que a escola oferta. Segundo ele:

Não queremos uma educação apenas para a empregabilidade, pois, a relação teoria e ação não significam, necessariamente, no plano da educação, garantia

de emprego. Queremos uma educação em sentido amplo, com uma escola que seja formadora, transformadora e democratizante (COL. EST. MÁRIO DE ANDRADE, fevereiro de 2017).

Essa expressão é comum entre os professores que trabalham com os cursos profissionalizantes integrados ao Ensino Médio na escola. Justifica-se pela percepção que temos de que nos últimos anos avançamos na expansão e no acesso à educação profissional dos jovens filhos dos trabalhadores, no entanto, há muitos discursos sociais que concebem o Ensino Médio Integral como formação para a empregabilidade, tais como: 'educação profissional é a educação que dá emprego'; 'o caminho é a educação profissionalizante'; 'as escolas técnicas qualificam o trabalhador'.

Nós, professores do ensino médio integrado à educação profissional acreditamos que a empregabilidade é importante, no entanto, acreditamos que a formação humana em todos os níveis e especialmente no Ensino Médio integrado, deve desenvolver o jovem em sua totalidade.

Concebemos que a formação para o trabalho só tem sentido se estiver fundamentado no princípio da práxis, da ação política e educativa que articula a complexidade do mundo e as relações do trabalho. Tem-se o cuidado de partir da realidade dada sem cair no imediatismo ou no atomismo. Se na sociedade capitalista indivíduos são levados à alienação através do trabalho, a educação nesta sociedade deve consistir num processo de superação, de possibilidade de emancipação humana. A emancipação, mediada pelo princípio do trabalho, implica no entendimento de que o homem tenha conhecimento e controle sobre o processo produtivo.

Atualmente, o Decreto 5.154/04 prevê que a educação profissional pode ser oferecida nas modalidades integrada, ou seja, uma só matrícula para educação profissional técnica e o ensino médio, concomitante ou subsequente ao ensino médio. No entanto, quando se fala em integração curricular não se trata exclusivamente da modalidade integrada. É do princípio da integração curricular que tem de ser observado. A integração, é antes de tudo uma questão epistemológica baseada na escola unitária, na formação integral, e parte disso é mostrar a justificativa histórica e social dos saberes, a sua fundamentação histórica e social no trabalho tanto das disciplinas da base nacional comum quanto das disciplinas específicas do curso.

#### **IV MARCO OPERACIONAL**

Mediante a realidade verificada e o marco teórico definido no colegiado desta instituição pública educacional, a organização do trabalho pedagógico acontece em diversos momentos e espaços considerando a diversidade da oferta de ensino nas diversas etapas, níveis e modalidades.

Desta forma, a organização do Colégio ocorre de forma planejada e coletiva considerando a realidade sócio-histórico-econômico-cultural e os dispositivos legais que orientam todo o

processo educacional, desde o ingresso até a conclusão das etapas. Considerando-se todas as ações refletidas e propostas na escola devem buscar a transformação desta sociedade para uma condição mais justa, igualitária e solidária. Com objetivos claros na formação dos sujeitos de direito letrados em todas as áreas do conhecimento.

O planejamento está dividido em ações de curto, médio e longo prazo. As ações a curto prazo caracterizam-se por serem mais imediatas e contínuas. Estas estão mais ligadas ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, as avaliações, o planejamento por disciplina e outros.

Já as ações a médio e longo prazo são distintas pelos projetos e programas desenvolvidos, estes marcam a identidade da escola, dos cursos ofertados, da formação continuada e do processo de fortalecimento da democracia.

#### **4.1 Calendário Escolar**

O Calendário Escolar é organizado de acordo com a Lei no 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo nº 24, inciso I, determina uma carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. Carga horária obrigatória que deve ser cumprida por todas as instituições de ensino que ofertam a Educação Básica.

Considerando a oferta dos Cursos de Educação Profissional Técnica em Nível Médio, o colégio segue as determinações indicadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, segundo cada habilitação profissional.

É organizado por Curso e modalidade, trimestral ou bimestralmente, com datas definidas para: início e término do ano letivo e dos trimestres; Planejamento e Replanejamento do professor; Formação Continuada; Semanas Pedagógicas; Reuniões Pedagógicas; Conselho de Classe trimestral ou bimestral; Recessos, Feriados e Férias Docentes e Discentes; Complementação de Carga Horária e Planos de Abono.

As decisões sobre o calendário escolar são definidas a partir das orientações emitidas normativamente pela SEED/PR e apesar da pouca autonomia da escola na elaboração do seu Calendário Escolar todas alterações, complementações, reposições e mudanças passarão pela decisão e aprovação do Conselho Escolar na sua representatividade máxima e paritária, considerando a realidade dos alunos e o Projeto Político Pedagógico do colégio e a legalidade dentro das normas educacionais vigentes.

## 4.2 Ações Didático Pedagógicas

Quando a escola se posiciona como espaço e possibilidade de transformação social, percebendo-se enquanto local de contradições, o planejamento é um referencial fundamental para alcançarmos as mudanças desejadas.

Vasconcelos ( 2006, p. 36) , aponta para o resgate da *necessidade e possibilidade* do planejamento, uma re-significação em que planejar requer do colegiado: “1 – querer mudar algo; 2 – acreditar na *possibilidade* de mudança da *realidade*; 3 – perceber a necessidade da mediação teórico-metodológica; 4 – vislumbrar a possibilidade de realizar determinada ação”. Dando sentido às atividades educativas que projetamos na função principal da escola, a socialização dos conhecimentos científicos na sua mais elaborada forma.

O planejamento do colégio tem diversos níveis de alcance. Primeiramente, o Projeto Político Pedagógico (PPP), diz respeito ao plano integral da instituição na dimensão pedagógica, colegiada e administrativa. O PPP tem anualmente um momento avaliativo das suas ações que ocorre no planejamento geral da escola no início de cada ano letivo, este chamamos de Plano de Ação da Escola, onde avaliamos as ações realizadas anteriormente para propor um novo planejamento anual, mantendo o que foi positivo e redimensionando o que não foi positivo nas ações realizadas. Caracteriza-se por ações Pedagógicas, Administrativas, Formativa e Culturais.

Num nível mais específico da ação pedagógica temos a Proposta Pedagógica Curricular (PPC), que tem como base a Diretriz Curricular Estadual e da Base Nacional Comum Curricular. Neste momento, são organizadas as experiências de aprendizagem das áreas do conhecimento e disciplinas curriculares afins, caracterizando-se numa estrutura fundamental para acesso ao conhecimento em todos os níveis, etapas e modalidades disponíveis, nele estão os componentes curriculares essenciais selecionados, a metodologia e avaliação de cada disciplina que orienta o Plano de Trabalho Docente dos professores.

Buscando melhorar o processo de ensino e aprendizagem, a escola oportuniza aos Professores e Equipe Pedagógica, Reuniões Pedagógicas, possibilitando as diversas áreas do conhecimento, dialogarem entre si, verificando e encaminhando procedimentos colaborativos entre os componentes e conteúdos escolares. Estas reuniões ocorrem trimestral ou bimestralmente, podendo ser ampliadas quando apontadas necessidades.

A escola também tem na sua organização e planejamento reunião semanal da Equipe Pedagógica juntamente com a Direção para definir, avaliar e encaminhar coletivamente as ações mais imediatas da semana/quinzena ou mês. Os encaminhamentos também são organizados num formato de informativo online, que é disponibilizado no email de cada professor e funcionário,

promovendo maior comunicação entre direção, equipe pedagógica, professores, funcionários e instâncias colegiadas.

Dentre as ações definidas no projeto da escola, desenvolvem-se atividades gerais, projetos e programas, todos articuladamente à Proposta Pedagógica Curricular, considerando o amparo legal, suas possibilidades estruturais físicas e humanas, muitas vezes amparadas por ações da comunidade local quando há ausência e demora nas ações do Estado.

#### **4.2.1 Hora Atividade**

Na organização do horário semanal da escola, segue-se a instrução de distribuição de aulas emitida pela Secretaria de Estado da Educação que define o número de horas atividades do professor.

Este momento é dedicado ao planejamento do conteúdo semanal, preparação de materiais e recursos didáticos, correção de avaliações, troca de experiências com colegas da mesma área ou série e equipe pedagógica, num estudo e discussão de diversos temas.

Na organização do horário, a escola respeita ao máximo as possibilidades para que os professores das mesmas disciplinas possam planejar no mesmo momento, também o horário é organizado para que a hora atividade seja o mais concentrada possível, para que o professor possa desenvolver seus estudos e planejamentos com mais qualidade as aulas, considerando também a problemática do professor não ter dedicação exclusiva na escola, ou seja, professores que precisam fechar sua carga horária em mais do que uma escola, fator este agravado pela redução da carga horária da hora atividade.

Este momento também se caracteriza por um espaço de formação, uma vez que o professor planeja sua ação reflete sobre ela enquanto manutenção e adequação dos procedimentos pedagógicos necessários para ensino.

#### **4.2.2 Plano de Trabalho Docente**

O Plano de Trabalho Docente (PTD) decorre do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Curricular e sua base legal se encontra no Regimento Escolar, articula a concepção de homem, sociedade e educação e expressa o compromisso da escola na sua função social de mediação do conhecimento científico.

Neste documento orientador da prática pedagógica, o professor registra e justifica sistematicamente seus objetivos Gerais e Específicos, definindo os conteúdos específicos trabalhados em um determinado período de tempo, os critérios, estratégias e instrumentos de

avaliação, a metodologia utilizada na mediação dos conteúdos, orientando o professor também, sobre os avanços, as dificuldades no processo ensino-aprendizagem e os passos seguintes de todo o processo.

O Plano de Trabalho Docente é um importante elemento da organização do trabalho pedagógico, refletindo as decisões assumidas em conjunto pelos professores, equipe pedagógica e direção.

O Plano de Trabalho Docente (PTD) corresponde à organização das aulas no período trimestral ou bimestral, estando este diretamente relacionado a Proposta Pedagógica Curricular da escola. Deve conter na estrutura de apresentação: Timbre e Cabeçalho oficial disponibilizado pela escola; Identificação; Conteúdos Estruturantes; Conteúdos Básicos/Específicos; Justificativa e Objetivos; encaminhamentos metodológicos/recursos pedagógicos; avaliação (instrumentos, critérios e recuperação); referências bibliográficas. O PTD deve ser entregue à Equipe Pedagógica no início de cada bimestre ou trimestre, é individual de cada professor, disciplina e turma, podendo a partir da necessidade avaliada pelo professor ser adequado e reorganizado a fim de garantir aos alunos o conhecimento que lhe é de direito. Ainda que, didaticamente, esta divisão acima se faça necessária, é importante que o professor consiga perceber a relação intrínseca entre todos os elementos, para além do aspecto burocrático e legalista, o PTD se apresenta como condição para o trabalho docente, sem o qual não é possível desenvolver o processo ensino-aprendizagem, o qual deve ser necessariamente, intencional e planejado.

Concomitante ao Plano de Trabalho Docente, temos o planejamento das aulas. Este se orienta pelo PTD e faz parte da organização individual de cada professor, permitindo um acompanhamento específico de cada turma e alunos. Atualmente, os professores podem organizar com o Sistema de Registro de Classe Online (RCO), o professor pode definir e registrar no sistema as suas aulas, selecionando os conteúdos, registrando as avaliações e metodologias utilizadas, bem como observações, no entanto o plano de aula detalhado de cada professor ainda é ferramenta importante de organização. Por se tratar de um formato novo de registro e ter pouca flexibilidade, muitos professores utilizam ainda seus cadernos de planejamento de aulas que fazem parte da organização de cada profissional, apesar da obrigatoriedade do uso do sistema.

Com o novo sistema de registro é permitida a utilização de tecnologias nas aulas, tais como o uso de tablets, smartphones e computadores pelos profissionais da educação, para fins pedagógicos, respaldados na Lei 11.118 de 24 de Junho de 2014, que dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no



Estado do Paraná, conforme descreve o seu parágrafo único “ A utilização dos aparelhos/equipamentos mencionados no caput deste artigo será permitida desde que para fins pedagógicos, sob orientação e supervisão do profissional de ensino.”

Embora não haja um modelo definido de PTD, existem alguns elementos que nele devem ser contemplados, são eles: 1) Periodicidade 2) Conteúdos estruturantes, básicos e específicos 3) Justificativa 4) Encaminhamentos metodológicos 5) Recursos didáticos 6) Avaliação 7) Referências bibliográficas -

### **4.2.3 Alfabetização e Letramento**

As transformações históricas, sociais, políticas e econômicas, culturais ou históricas têm criado a necessidade de se adotar uma nova visão acerca do que seja utilizar a leitura e a escrita, ou seja, surge na sociedade a ideia de que leitura e escrita não são atividades mecânicas, mas utilizadas nas práticas sociais. Aparece, então, o conceito de letramento; diferente de alfabetização, embora ambos sejam inter-relacionados.

Segundo Magda Soares (1988), a palavra letramento passa a ser utilizada a partir do momento em que o conceito de alfabetização tornou-se insatisfatório.

A alfabetização considerada por muitos como a etapa em que se aprende a codificar e decodificar signos, tem demonstrado que apenas a ideia de decodificação não dá conta do uso da leitura e da escrita em diferentes contextos sociais. Não basta saber ler e escrever, é preciso fazer uso da leitura e da escrita.

Tem se multiplicado as demandas por práticas de leitura e escrita também através dos meios eletrônicos, o que demonstra que não basta ser apenas alfabetizado, ou seja, não basta dominar o sistema de escrita alfabética, é preciso ir além, ou seja, o domínio do sistema alfabético de escrita não garante que sejamos capazes de ler e produzir todos os gêneros de texto. Conseqüentemente, o conceito de letramento (e de sujeito letrado) é muito mais amplo que o conceito de alfabetização pelo impacto social que dele advém. Quanto maior o grau de letramento do aluno, melhor este interage socialmente, ampliando assim sua autonomia.

Partindo do pressuposto de que letramento e alfabetização, embora fenômenos diferenciados, são interdependentes e inter-complementares, a instituição escolar precisa considerar a necessidade cada vez mais eminente de rever os usos e funções da língua a fim de que as atividades de leitura e escrita sejam de fato significativas. Com isso, o que se vê é o fenômeno do analfabetismo funcional, conceito surgido na década de 1980.

Para que a escola obtenha sucesso nos processos de ensino – aprendizagem, o conceito de letramento é fundamental, pois assim, a intervenção do ( a ) professor ( a ) em sala de aula priorizará a escrita voltada para as práticas sociais. Trata-se de oportunizar, dar condições para que os alunos interajam, criando atividades que, através das quais, adquiram autonomia.

Diante das mudanças pelas quais as sociedades vêm passando, a escola precisa encontrar respostas acerca de suas ações e dos objetivos que têm sustentado suas práticas. Desse modo, a visão de leitura e escrita meramente escolar será substituída por seus usos e funções ou, segundo Street (1983), é preciso partir do pressuposto das práticas sociais de uso da linguagem escrita conforme os diferentes contextos sociais e de suas demandas. Esse é o conceito básico de letramento.

A escola deve formar leitores e ao professor cabe executar essa proposta apresentando ao aluno o mundo da leitura. O modo como o professor realizar essa tarefa será fundamental e decisiva para despertar ou não o interesse pela leitura. Nesta perspectiva, assume-se que a alfabetização e o letramento na escola se dão a partir do texto falado ou escrito, na disciplina de Língua Portuguesa e em todas as demais áreas do conhecimento, porque letramento é o desafio de todos os educadores.

Ler e escrever são tarefas da escola, questões para todas as áreas, uma vez que são habilidades indispensáveis para a formação de um estudante, que é responsabilidade da escola. Ensinar é dar condições ao aluno para que ele se aproprie do conhecimento historicamente construído e se insira nessa construção como produtor de conhecimento. Ensinar é ensinar a ler para que o aluno se torne capaz dessa apropriação, pois o conhecimento acumulado está escrito em livros, revistas jornais, relatórios, arquivos. Ensinar é ensinar a escrever porque a reflexão sobre a produção de conhecimento se expressa por escrito. (GUEDES e SOUZA. 2006 p. 15)

Assume-se nessa proposta que LETRAMENTO deve ser um projeto de escola assumido num processo conjunto, coletivo e não apenas pelo professor de Português: o letramento é função e obrigação de todos os professores, uma vez que cada área de conhecimento há particularidades que somente os professores que nelas atuam são capazes de dominar.

Nesse caso, a operacionalização de tal proposta dar-se-á numa perspectiva de análise e reflexão da prática pedagógica, envolvimento no processo pedagógico de maneira crítica visando a mudança de conceitos cristalizados, buscar aperfeiçoamento contínuo e fazer com que teoria e prática possibilitem novas aprendizagens tanto para professores quanto para os alunos.

Desta forma, no sentido de superarmos o conceito restrito que *alfabetização e letramento* são obrigação da disciplina de Português, mas numa direção diferente em que estas são funções sociais fundamentais de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Para

consolidarmos a compreensão que todo conhecimento científico está voltado para as práticas sociais, ou seja, contextualizado à realidade social, a escola organizar-se-á planejando, orientando e formando coletivamente, a fim de aproximarmos a teoria e a prática. Na totalidade do processo educacional considerar-se-á o tempo, espaço, instrumentos, metodologias, conteúdos e a avaliação, definindo as seguintes ações gerais:

- Formação continuada para os professores de todas as áreas do conhecimento, para orientação do trabalho numa análise de práticas sociais de interação da leitura e escrita e aproximação da teoria e a prática;
- Compromisso coletivo no Plano de Ação Anual com as práticas sociais de integração da leitura e escrita nas diversas áreas do conhecimento;
- Propiciar eventos reais, com práticas escolares pautados sempre que possível em eventos do letramento;
- Todas as disciplinas devem focalizar preferencialmente em práticas de leitura e escrita de modo a promover um “letramento ideológico” (STREET, 2003);
- Organização do tempo e espaço escolar a fim de garantir condições adequadas para as práticas de leituras, considerando assim a importância de garantir maior número de aulas geminadas e o número de alunos adequados por turma;
- Eventos culturais e educacionais que promovam e valorizem o letramento, tais como o Sarau Literário, Café filosófico, circuito pedagógico entre o curso de Formação de Docentes turmas do Ensino Fundamental, Semana do Ensino Médio;
- Propiciar caminhos pedagógicos viáveis para o ensino de leitura e escrita no contexto escolar.

#### **4.2.4 Avaliação**

A temática da avaliação sempre levanta amplos debates no coletivo de professores, embora haja consensos, a reflexão sobre a prática direcionam-se em “o que, como e para que” avaliamos. Para superarmos a sua complexidade é preciso estar claro as concepções de educação, homem e sociedade, bem como as finalidades da educação escolar e a relação professor e aluno no processo.

Considerando a perspectiva da pedagogia Histórico-crítica, assumida neste documento, “a finalidade da educação escolar é transmitir aos indivíduos aquilo que eles não podem aprender sozinhos e que promoverá o desenvolvimento máximo das possibilidades humanas.” ( Marsiglia, 2014)

Segundo Pasqualini (2010), na compreensão adequada da avaliação de aprendizagem deve-se levar em consideração vários elementos, dentre estes: o conteúdo (o que ensinamos); os alunos (para quem ensinamos); os objetivos (para que ensinamos) e os recursos (como ensinamos), além das condições objetivas de realização do trabalho educativo.

Os conteúdos determinam o ponto de partida da prática pedagógica juntamente com a prática social, prática social essa que está vinculada a problematização, num processo de qualificação dos instrumentos psicológicos dos sujeitos, ou seja, se os conteúdos trabalhados estão proporcionando a elevação das funções psicológicas.

Ao levar em consideração o aluno (para quem ensinamos), orientamos adequadamente os instrumentos que podem ser utilizados no ensino e a compreensão sobre o desenvolvimento humano nas bases da psicologia Histórico Cultural, sobre *desenvolvimento efetivo e desenvolvimento iminente*, identificando adequadamente a atividade que promoverá maior desenvolvimento em determinada etapa da vida do indivíduo, que Leontiev (2006) chamada de atividade-guia, como reitera Marsiglia (2011) caracterizam-se três atributos: 1) Na atividade-guia, surgem outras atividades; 2) processos psíquicos específicos são formados na atividade-guia; 3) a atividade-guia forma a personalidade do indivíduo.

Quanto aos objetivos da avaliação, estes correspondem em possibilitar aos alunos ascender do concreto ao abstrato e retornar ao concreto pensado, compreendendo as múltiplas determinações de um fenômeno, esclarecendo quais são os instrumentos psicológicos que precisam ser desenvolvidos, por isso refere-se à instrumentalização, tendo em vista o conteúdo, os alunos e as condições para o ensino.

O Instrumento é outro elemento que define como ensinamos os conteúdos que queremos ensinar buscando as condições objetivas o mais próximo possível dos objetivos intencionalmente propostos.

“Os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos. Por exemplo, para avaliar a capacidade e a qualidade argumentativa, a realização de um debate ou a produção de um texto serão mais adequados do que uma prova objetiva” a utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação reduz a possibilidade de observar os diversos processos cognitivos dos alunos, tais como: memorização, observação, percepção, descrição, argumentação, análise crítica, interpretação,

criatividade, formulação de hipóteses, entre outros; (DCE Estado do Paraná, 2009, p.34).

Neste aspecto, a função do professor é fundamental no planejamento do ensino, organizando e selecionando os conhecimentos clássicos definidos na proposta curricular e a serem garantidos pela escola no processo de humanização dos sujeitos. É o professor quem detém as condições de avaliar, por meio do conteúdo, das especificidades de cada aluno, dos objetivos propostos e recursos utilizados no seu planejamento para a aprendizagem, verificando assim se a mobilização planejada e realizada atingiu os objetivos propostos ou se necessitará de novos encaminhamentos para o processo de mediação e apropriação da cultura. Também é importante evidenciar a importância do pedagogo no apoio junto ao professor, dialogando sobre os processos e possíveis intervenções. Ainda, segundo as DCEs/PR (2009), “ é importante a compreensão de que uma atividade de avaliação situa-se entre a intenção e o resultado e que não se diferencia da atividade de ensino, porque ambas têm o intuito de ensinar”, sendo que no Plano de Trabalho Docente o professor define os conteúdos específicos trabalhados num determinado período de tempo, e conseqüentemente os critérios, estratégias e instrumentos de avaliação, possibilitando tanto para o professor como ao aluno, conhecer os avanços e as dificuldades, tendo em vista a reorganização do trabalho docente.

Os critérios de avaliação devem ser definidos pela intenção que orienta o ensino e explicitar os propósitos e a dimensão do que se avalia, constituindo-se num elemento importante no processo avaliativo, pois articulam todas as etapas da ação pedagógica, bem como garantir-se a clareza e objetivos dos enunciados de atividades avaliativas. Desta forma, todas as formas de atividade avaliativa devem ser valorizadas igualmente, pois ao defini-las o professor criteriosamente está estabelecendo instrumentos que o oportunizam observar os diversos processos cognitivos dos alunos: memorização, observação, percepção, descrição, argumentação, análise crítica, interpretação, criatividade, formulação de hipóteses. Não sobrepondo valoração maior às provas individuais em relação a outros instrumentos que venham ser utilizados.

Quanto à **Recuperação de Estudos**, deve acontecer como um “esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo” (DCE Estado do Paraná, 2009, p.34).

Assim, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar

para intervir. A seleção de conteúdo, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilitam aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento, diversidade que deve ser valorada

Por fim, destaca-se que a concepção que embasará a prática de avaliação do professor e que permeia o currículo não pode ser uma escolha solitária do mesmo. A discussão sobre a avaliação deve envolver o coletivo da escola, para que todos (direção, equipe pedagógica, professores, pais, alunos) assumam seus papéis e se concretize um trabalho pedagógico relevante para a formação dos alunos.

O diagnóstico constante da aprendizagem em sala de aula pelo professor possibilita o conhecimento das facilidades ou dificuldades do aluno podendo-se fazer um diagnóstico mais preciso, com a ajuda da família e intervenção do professor e equipe pedagógica. O que ajudará na escolha de novas metodologias, instrumentos de avaliações mais adequadas, diversificados e com adaptação curricular se necessário para isso, acreditamos que a inserção de representantes de pais e alunos nos momentos de planejamento e conselho de classe são importantes neste processo.

Por isso tomamos em comum as seguintes decisões que estão regulamentadas no Regimento escolar, sendo que a avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Em cada trimestre serão feitas, no mínimo duas avaliações com peso 0,0(zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero), cada, desde que sejam utilizados mais do que um instrumento para avaliar os níveis de aprendizagem. Dentre os instrumentos utilizados, obrigatoriamente, deverá constar pelo menos, uma prova escrita individual e sem consulta. A nota trimestral será obtida através de média aritmética das avaliações realizadas.

Aos cursos Subsequentes ao Ensino Médio, com organização semestral, a avaliação será realizada em 2 (dois) bimestres, sendo no mínimo duas avaliações com peso de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) cada, desde que sejam utilizados mais do que um instrumento para avaliar os níveis de aprendizagem.

Quanto à *recuperação paralela e concomitante*, entende-se a recuperação de estudos, por meio do acompanhamento individual, exercícios e atividades significativas, possibilitando a (ao) aluno (a), apropriar-se dos conteúdos ministrados, através de metodologias e instrumentos diversificados. Desta forma a avaliação de recuperação será ofertada, indicando a área de estudo e os conteúdos da disciplina que não foram apropriados. Já no processo de recuperação a nota deverá ser substitutiva, uma vez que a Legislação (Parecer nº 12/97 e Parecer nº 05/97 –

CNE/CEB) ampara quanto ao caráter cumulativo, ou seja, a melhor nota expressa o melhor momento do aluno em relação à aprendizagem dos conteúdos ministrados.

A recuperação de estudos é direito dos (as) alunos (as) independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. A proposta de recuperação deverá ser registrada no campo “conteúdo” e “avaliação” do Registro de Classe Online, obrigatoriamente, constituindo-se em mais um componente de aproveitamento escolar, incorporando às avaliações efetuadas durante o período letivo.

A Média Anual (MA) para aprovação será obtida pela seguinte fórmula:

$$\text{M.A.} = \frac{\text{1º Trimestre} + \text{2º Trimestre} + \text{3º Trimestre}}{3} = 6,0$$

Para os Cursos Formação de Docentes, Técnico em Edificações e Técnico em Administração – Subsequente ao Ensino Médio, todos com organização semestral, a média final (MF) para aprovação será obtida pela seguinte fórmula:

$$\text{M.F.} = \frac{\text{1º Bimestre} + \text{2º Bimestre}}{2} = 6,0$$

Para o Curso Técnico em Administração Integrado e Subsequente, no ano de conclusão do curso, o aluno tem uma Avaliação específica feita pelos professores (Banca) valendo de 0,0 a 10,0 conforme Regimento CEMA. A Média das Avaliações feitas por um grupo de professores será atribuída em todas as Disciplinas, de acordo com Critérios pré-definidos, em Fichas de Avaliação própria, sendo também realizada a Recuperação para quem não atingir a Média, ou possuir falta justificada.

#### **4.2.5 Conselho de Classe**

O Conselho de Classe acontece trimestral e bimestralmente, de acordo com cada curso. É o momento avaliativo muito importante, por fechar um período planejado.

Num processo coletivo, os professores, equipe pedagógica e direção refletem sobre os resultados obtidos no período referente e apontam estratégias, metodologias, replanejamento de ações e outros procedimentos necessários na condução do processo de ensino e aprendizagem.

O Conselho de Classe acontece em três momentos: No diagnóstico dos resultados das turmas que é antecedente e chamado de Pré Conselho; no próprio Conselho de Classe enquanto reflexão sobre o diagnóstico e tomadas de decisões caracterizando-se no ápice da avaliação que ocorre ao final de cada período letivo; e no Pós Conselho.

No Conselho de Classe o diagnóstico feito anteriormente é apresentado aos professores, comentando as devidas observações, discutindo as dificuldades apresentadas pela turma ou alunos em especial, quem aprendeu e quem não conseguiu aprender, revendo metodologias num esforço coletivo a serviço da ação pedagógica, em movimentos na direção da melhor aprendizagem do aluno.

Inicialmente avaliamos o percurso das turmas no trimestre o bimestre. Ações planejadas e objetivos alcançados. Após realizar a análise do desenvolvimento de cada aluno finalizamos o Conselho com o planejamento de ações coletivas para o próximo trimestre, este planejamento tem como base a avaliação realizada do trimestre anterior, os conteúdos de cada disciplina que serão trabalhados e as necessidades apresentadas pela turma. Assim, o planejamento é registrado e, em caso de troca de professores, os novos podem acompanhar o encaminhamento coletivo da turma desde o início do ano letivo.

Nos últimos anos a escola vem aprimorando a dinâmica do Conselho de Classe a fim de torná-lo um espaço democrático e de tomada de consciência sobre todo o processo educativo, numa decisão coletiva que possa se efetivar no mais alto grau.

É importante fazer uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica para de fato torná-la formadora, pois o fim deste processo é a aprendizagem, uma vez que o Conselho de Classe é o momento de estabelecer o verdadeiro sentido da avaliação: “acompanhar o desempenho do aluno no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas” (LIMA, 2002, apud, DCE, p. 33).

### **\*Pré Conselho**

O Pré Conselho é mais um instrumento democrático utilizado para avaliar o processo de ensino aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Neste momento que antecede o Conselho de Classe, o Professor Regente, a Equipe Pedagógica e os Alunos fazem uma avaliação geral e individual do processo de ensino e aprendizagem.

Mediante um cronograma que antecede aos Conselhos de Classe Trimestral e Bimestral a Equipe Pedagógica reúne-se com Professor Regente e os Alunos de cada turma para uma reunião avaliativa. A reunião é conduzida pela Equipe Pedagógica juntamente com o Professor Regente de Turma através de um roteiro (ANEXO 1), de forma a garantir que os alunos possam expor sobre de questões referentes às questões gerais da turma, rendimento coletivo e individual,



dificuldades, pontos positivos e outros elementos que podem ser aprimorado mediante as necessidades verificadas a cada trimestre.

O Pré Conselho segue os critérios, regras e normas do regulamento interno do Conselho e Classe), deve sempre primar pelo respeito, diálogo, ética e veracidade dos fatos, atos e palavras, considerando críticas sobre o processo e sugestões que melhorem o ensino e a aprendizagem. (ANEXO 2)

Considera-se esse, um espaço de tomada de consciência, participação, promoção do diálogo na construção e fortalecimento dos espaços democráticos, bem como, levar os alunos tomarem atitudes positivas e responsáveis diante de sua aprendizagem no processo individual e coletivo de estudo além de identificar situações de conflito não aparentes no cotidiano escolar.

As observações gerais são analisadas e apreciadas no Conselho de Classe trimestral ou bimestral, constando como mais um elemento componente da avaliação coletiva e das tomadas de decisões do colegiado.

Além da reunião com os alunos, a Equipe Pedagógica faz um diagnóstico antecipado de cada turma para subsidiar os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe.

### **\*Pós Conselho**

Este é o momento do professor regente da turma juntamente com a equipe pedagógica darem o retorno das análises realizadas pelo conselho de classe as turmas. Assim, é discutido com os alunos o planejamento e ações a serem realizadas na turma bem como os objetivos propostos para o próximo período. Ainda, quando necessário, o professor regente ou o pedagogo conversará individualmente com os alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem e, se necessário, convocará a família para tomar as devidas providências.

Diante da realidade, a escola vem refletindo e buscando no processo de formação continuada, nas reuniões pedagógicas e espaços coletivos de avaliação, superar práticas classificatórias, unificar a teoria e a prática, desafios que dependem do posicionamento político e o domínio teórico dos profissionais que organizam suas práticas pedagógicas que atendam qualitativa e quantitativamente o acesso aos bens culturais acumulados pela humanidade aos alunos da escola pública, ou seja, à classe trabalhadora.

Desta forma, buscamos a compressão coletiva de que a avaliação é um projeto intencional e planejado de acordo com o Regimento Escolar, PPP, PPC e PTD, contemplando a expressão de conhecimento do aluno como referência de uma aprendizagem continuada.

#### **4.2.6 Gestão Democrática**

Um dos principais desafios a serem vencidos no processo de democratização do espaço escolar ao longo dos anos é a prática de uma gestão efetivamente democrática. Com a mudança na legislação estadual de escolha dos gestores, onde a comunidade escolar passa a eleger seus diretores, a gestão da escola passa a ser construída e pensada de forma mais coletiva e abrangente.

Conforme destacamos no marco conceitual deste documento buscamos a efetivação de uma gestão democrática que forme nas relações sociais desta escola, seja professor, aluno, funcionários e comunidade em geral, sujeitos com maior autonomia, liberdade, emancipação, e a participação na construção do projeto político-pedagógico. Acreditamos que a educação é o objeto de estudo da escola, ela é um instrumento primordial que deve viabilizar a prática da gestão democrática. Observando ainda que a democracia é uma condição em construção e portanto é no exercício diário que nos tornamos mais democráticos.

A organização do trabalho pedagógico é uma estratégia educacional para democratizar o processo ensino-aprendizagem, então é condição precípua que os gestores da escola tenham no seu Plano de Ação formas de administrar em que a comunicação e o diálogo estejam inseridos na prática pedagógica com todos os segmentos da comunidade escolar. Cabe ao gestor assumir a liderança deste processo com competência pedagógica, administrativa e política, compreendendo as contradições e buscando sempre através do diálogo na coletividade, tomadas de decisões que representem a maioria, com o respeito sobre as opiniões contrárias,

Nesse sentido, a escola desenvolve semanalmente o planejamento das atividades escolares junto com a equipe pedagógica e a coordenação dos cursos.

A prática democrática corresponde também à participação das instâncias colegiadas nas decisões da gestão escolar e dessa forma, a escola valoriza e promove o fortalecimento da APMF, do Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil e as Equipes Multidisciplinares. Considerando a participação dos pais, alunos, funcionários, professores e comunidade escolar asseguram a gestão, num exercício de fortalecimento da cultura participativa na tomada de decisões nos espaços públicos, bem como da democracia na sociedade, atentando para a principal função da escola, que é garantir a todos o acesso aos conhecimentos científicos historicamente produzidos pela humanidade, correspondem ao mais alto grau do exercício da democracia na escola.

#### **4.2.7 Instâncias Colegiadas**

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é composta por pais de alunos, docentes, agentes educacionais e alunos maiores de dezoito anos. Funciona por meio de uma diretoria executiva e de um conselho deliberativo. Dessa forma a APMF é regida por estatuto próprio.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, que tem como principal atribuição o acompanhamento da Proposta Pedagógica Curricular.

O Grêmio Estudantil Mario de Andrade – GEMA é um órgão organizado por alunos de todas as modalidades de ensino da escola. Tem finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais, a partir do Estatuto próprio aprovado em Assembleia Geral convocada para esse fim.

#### **4.2.8 Formação Continuada**

A formação continuada refere-se às ações de formação que acontecerão durante a jornada de trabalho, como: reuniões de trabalho para discutir a prática e troca de experiências com colegas, principalmente durante a Hora Atividade, pesquisas, minicursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classe; ações de formação fora da jornada de trabalho, cursos, encontros, semanas pedagógicas promovidos pela Secretaria Estadual de Educação.

A formação continuada é a garantia do desenvolvimento pessoal e profissional permanente, bem como das instâncias colegiadas existentes na escola. Ela acontece por meio do estudo, reflexão, discussão e da confrontação das próprias experiências. Além da responsabilidade da instituição, os trabalhadores em educação também são responsáveis para com a própria formação, no sentido de buscar informação, fundamentação para que sua ação seja cada vez mais eficaz, reconstruindo suas práticas e teorias, resultando em mudanças pessoais e profissionais.

A escola participa dos momentos de Formação Continuada ofertados pela SEED/PR tais como: Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE); Semana Pedagógica na escola; Estudos da Equipe Multidisciplinar; Participação de Seminários, Congressos e Conferências; Curso do Profuncionário; Formação para as instâncias colegiadas e outros cursos pontuais direcionados às especificidades dos cursos ofertados.

Além destes momentos, a Equipe Pedagógica tem um Planejamento de formação, com assuntos específicos a serem discutidos e aprofundados com os Professores e Agentes Educacionais nos encontros Pedagógicos reservados no Calendário Escolar, para isto contamos também com a parceria de um grupo de professores das Universidades Públicas da região, a

exemplo da UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão que conduz o Projeto de Formação Continuada da escola mediante dificuldades da realidade educacional avaliada, bem como a parceria com demais entidades que disponibilizam Cursos, palestras e espaços de formação.

#### **4.2.9 Inclusão**

De acordo com o marco conceitual deste documento, acreditamos que o trabalho de incluir as pessoas ao convívio do coletivo e ao acesso aos bens e direitos construídos historicamente deve ser constante no espaço escolar. A diversidade sempre esteve muito presente no ambiente escolar e acreditamos que este pode ser um grande impulsionador na promoção da inclusão e da participação de todos nos processos sociais. Portanto, o processo de inclusão em seus mais diferentes aspectos constitui-se atualmente em um dos mais importantes desafios desta escola.

Quanto à evasão escolar no Ensino Fundamental, buscamos auxílio no Programa de Mobilização para Inclusão Escolar e Valorização da Vida, projeto junto com a SEED. Este programa visa resgatar no sistema educacional, crianças e adolescentes que tenham sido excluídos (independente dos motivos), através de um documento denominado FICA (Ficha de Comunicação do Aluno Ausente).

#### **4.2.10 Sala Apoio**

Atualmente é ofertada aos alunos de 6º ano do Ensino Fundamental que apresentam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Português e Matemática. É um recurso de natureza pedagógica que apoia, complementa e ajuda resolver dificuldades encontradas no conteúdo trabalhado na classe comum. Funciona duas vezes por semana, com uma carga horária de quatro (4h) horas semanais em cada disciplina.

O trabalho dos professores da Sala Apoio a Aprendizagem deve estar integrada as necessidades apresentadas por cada um dos alunos que atende. Estas dificuldades são analisadas e discutidas com o coletivo de professores da turma regular no momento do Conselho de Classe e são reavaliadas constantemente no processo de ensino e aprendizagem, considerando o diálogo permanente entre o professor regente e o professor de sala de apoio.

Isto faz com que os alunos que ingressam no 6º ano com defasagem dos conteúdos básicos de aprendizagem possam, por meio de atividades diferenciadas e significativas, superar essas dificuldades e acompanharem seus colegas do turno regular.

#### **4.2.11 Sala de Recursos Multifuncional**

Considerando os dispositivos legais que amparam a inclusão dos sujeitos no espaço escolar, nos orientamos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96; Resolução n.º 04 de 02 de outubro de 2009; Decreto Federal n.º .611/2011 de 17 de novembro de 2011; Lei Brasileira de Inclusão n.º 13.146 de 06 de julho de 2015; Deliberação n.º 02/2016 – CEE sobre os critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais aos estudantes com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, sendo que a organização e frequência nesta modalidade está disposta no Regimento Escolar.

Partindo do princípio de que a escola é formadora de opiniões, ela é o lugar onde se ensina, se aprende e se avalia, para tanto, oferecemos algumas opções para trabalhar com os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, visando também a uma significativa diminuição dos índices de evasão e repetência, através da Sala de Recursos Multifuncionais. Os alunos podem ser egressos da Educação Especial ou aqueles que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos que necessitam de apoio complementar.

O aluno passa por uma avaliação pedagógica no contexto escolar, psicológica e neurológica, para o ingresso nesta modalidade.

O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer suporte indispensável às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

A sala de Recursos Multifuncionais – SRM deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos é uma modalidade da Educação Especial que oferece atendimento educacional especializado para atender alunos que frequentam o ensino fundamental anos finais e ensino médio que se encontram em defasagem na aprendizagem.

O atendimento educacional especializado em forma de complementação representa um trabalho pedagógico, exercido por professor especialista em educação especial, necessário ao

desenvolvimento de competências e habilidades próprias, abordando as áreas: cognitiva, afetiva, social, motora, língua portuguesa e matemática, com utilização de recursos pedagógicos específicos adaptados, equipamentos tecnológicos e mobiliários, realizado no contraturno do ensino comum a partir de cronograma semanal de atendimento.

Quando é constatada a dificuldade acentuada de aprendizagem de um aluno, este tem o direito de receber, além do atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais em período contrário ao da escolarização regular, atendimento diferenciado em sala de aula, através de uma adaptação Curricular.

Adaptações Curriculares compreendem modificações de competências específicas do professor no decorrer da aula, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica. Assim, as adaptações curriculares podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor: na promoção do acesso ao currículo; nos objetivos de ensino; no conteúdo ensinado; no método de ensino; no processo de avaliação e na temporalidade.

#### **4.2.12 Sala de Recursos Multifuncional de Altas Habilidades/ Superdotação**

Os alunos da Sala de Recursos Multifuncional de Altas Habilidade/Superdotação devem estar regularmente matriculados na rede pública estadual de ensino, estar frequentando o Ensino Fundamental de 6º ao 9º Ano ou nas Séries do Ensino Médio ou Cursos Integrados ofertados e apresentar características de Altas Habilidades/Superdotação. A sala está disponível como um serviço especializado de natureza pedagógica que suplementa e complementa o atendimento realizado nas turmas do ensino regular.

Os professores do ensino regular, na observação em sala de aula avaliando a existência de alunos que apresentarem indicativos de Altas Habilidades/Superdotação os encaminham para a Equipe Pedagógica e professor especializado em Educação Especial.

Nesse processo, é realizado avaliação do alunos com informações fornecidas pelos pais, aplicação de instrumentos avaliativos formais e informais e dados colhidos através de observações através de todo o percurso da avaliação realizado pela professora especializada, professores regentes, equipe pedagógica e equipe especializada no Núcleo Regional da Educação.

O aluno tem que demonstrar potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas: isoladas ou combinadas: intelectual; acadêmica; liderança; psicomotricidade e arte, além de

apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

A Sala de Recursos Multifuncionais de Altas Habilidades/Superdotação é um espaço organizado com materiais didático-pedagógicos, equipamentos e profissional especializado.

O professor planeja suas atividades de ensino, de forma desafiadora para promover o crescimento de acordo com a zona de desenvolvimento iminente, possibilidades, interesses e necessidades, aperfeiçoando, ampliando e suplementando o perfil acadêmico de cada aluno, possibilitando o desenvolvimento de talentos e habilidades, oportunizando desafios e contextos interessantes que motivem a aprendizagem.

#### **4.2.13 Plano de Apoio Pedagógico**

A necessidade de reforço extraclasse revela-se de diversas formas e deve, portanto, ser tratada de acordo com cada situação. Em todas as séries e todas as disciplinas, os professores da escola devem, nas primeiras semanas de aula, avaliar se os alunos detêm os conhecimentos e as habilidades necessárias para acompanhar o conteúdo e as atividades programadas para o ano. Trata-se de estabelecer um diagnóstico de cada aluno, determinando as eventuais lacunas existentes. Esse diagnóstico aponta para possíveis soluções dos problemas.

Quando as lacunas de defasagem de aprendizagem são individuais e pontuais, a escola pode agendar com os alunos horários de assistência. Quando necessário, em casos excepcionais, pode-se propor a busca de atividades de reforço com professores em momentos coletivos com alunos com dificuldades semelhantes independente da faixa etária.

Sobretudo, quando esta defasagem na aprendizagem é diagnosticada no coletivo de uma classe, o professor pode adequar o seu programa e suas metodologias de trabalho, de forma a assegurar a progressão no conhecimento.

Mas, quando forem avaliadas defasagem na aprendizagem coletivas mais profundas, que exijam um trabalho mais demorado e necessite de uma intervenção pedagógica extra classe, pois prejudicariam o andamento normal do programa da disciplina e carga horária letiva prevista. Nesses casos, a escola, coletivamente organiza dias especiais de apoio pedagógico específico, previstos em calendário escolar, sendo oficinas de Matemática e Português para alunos do Ensino Fundamental II nos sábados previstos de complementação de carga horária.

A deficiência na qualidade das produções de textos é comum no Brasil e atinge um número significativo de alunos do Fundamental II (a partir do 6º ano) e do Ensino Médio e profissionalizantes. Ela pode estar relacionada à falta de hábitos de leitura, aos efeitos nefastos

da comunicação instantânea proporcionada pela Internet, ou ainda às dificuldades ou aos bloqueios que muitos encontram em expressar-se por escrito. Por esta razão, a Escola oferta, como apoio pedagógico, Oficinas de Produção Textual para esta faixa etária.

Nas áreas das Disciplinas Exatas (Matemática, Física e Química), a estratégia de reforço também é uma Oficina de Matemática Básica, realizada ao longo do 2º semestre.

Para o Ensino Médio e cursos profissionalizantes, serão organizados momentos de apoio pedagógico: plantões de dúvidas, especialmente nas áreas das exatas e em outras áreas do conhecimento quando avaliadas necessárias, oportunizando aos alunos suprir suas necessidades de aprendizagem verificadas nos processos de avaliação, evitando assim o surgimento de dificuldades de acompanhamento do conteúdo das aulas. Outras oficinas poderão ser propostas, caso os diagnósticos realizados apontem para esta necessidade.

#### **4.2.14 Ações de Flexibilização Curricular – Sareh / professor de apoio pedagógico/ atendimento pedagógico domiciliar**

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou transitórias é uma realidade já vivenciada e organizada há anos na escola. Apesar da sua complexidade requer um tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado, teoricamente, por meio de conhecimentos científicos desprovidos de preconceitos e discriminações, uma vez que é direito destes sujeitos a possibilidade de prosseguirem e progredirem nos estudos.

No caso de alunos acometidos por problemas graves/crônicos de saúde e que necessitam de internação e/ou tratamento prolongado, muitas vezes as dificuldades de frequência às aulas representam empecilhos à aprendizagem e exigem outras formas mais adequadas de enfrentamento. Dependendo das condições apresentadas pelo aluno, o programa de apoio necessário será acionado, constituindo um trabalho integrado com a família (SILVA, 2009). Para estas situações, a legislação assegura o direito aos apoios e serviços, incluindo Salas de Recursos (SR), Classes Especiais (CE), Centro de Atendimento Especializado (CAE), Professor de Apoio Permanente (PAP), Professor de Apoio em Sala de Aula (PAS), entre outros (PARANÁ, 2003).

O Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh) objetiva o atendimento educacional aos educandos que se encontram impossibilitados de frequentar a escola em virtude de situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, permitindo-lhes a continuidade do processo de escolarização, a inserção e a reinserção no ambiente escolar.



A escola, sempre que verifica situações de alunos que se encontram impossibilitados de frequentá-la em virtude de situação de internamento hospitalar (SAREH), busca todos os recursos para permitir a continuidade do processo de escolarização, a inserção e a reinserção no ambiente escolar. Assim, a Equipe Pedagógica ao verificar alguma situação, faz as orientações devidas ao aluno ou responsáveis e medeia junto a Instituição Hospitalar todo processo educacional, disponibilizando o programa de estudo e materiais didáticos utilizados pelo aluno.

Quando verificadas situações de alunos com necessidade de **professor apoio na sala de aula**, a escola solicita junto ao órgão competente do sistema estadual o suprimento desta demanda, orienta sua equipe docente para adequações e quando necessário a adaptação curricular ou metodológica.

As adequações referentes a esse tipo de atendimento decorrem das parcerias estabelecidas com os professores da escola de origem do aluno, os quais são responsáveis por organizar os conteúdos e as atividades a serem desenvolvidas de acordo com as possibilidades do educando.

O atendimento domiciliar é o atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de frequentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade. (BRASIL, 2002).

Os alunos em **atendimento pedagógico domiciliar** são aqueles matriculados nos sistemas de ensino cuja condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, considerados os aspectos psicossociais, interfiram na permanência escolar ou nas condições de construção de conhecimento, impedindo temporariamente a frequência escolar. (BRASIL, 2002).

A escola deve solicitar ao órgão competente recursos humanos necessários para o atendimento educacional dos alunos que se encontram impossibilitados de frequentá-la por motivos de enfermidade, em virtude de situação de internamento hospitalar ou de outras formas de tratamento de saúde, oportunizando a continuidade no processo de escolarização, a inserção ou a reinserção em seu ambiente escolar. (PARANÁ, 2008), bem como orientar pedagogicamente todo o processo educacional, garantindo as condições para a continuidade dos estudos destes alunos. Considerando que todas as necessidades devem ser comprovadamente atestadas por profissionais da área médica, conforme as normativas do Sistema de Ensino Estadual.

Esse atendimento precisa se dar a partir de uma rede, num trabalho coletivo, ou seja, uma comunicação constante ente instituições de atendimento (escola/hospital/família ou responsáveis).

Todas as situações de Flexibilização Curricular devem ser orientadas à equipe docente e está registrar e prever no Plano de Trabalho Docente de cada disciplina as adequações ou quando necessário a adaptação curricular ou metodológica.

#### **4.2.15 Equipe Multidisciplinar**

A Equipe Multidisciplinar é uma instância de formação continuada direcionada à consolidação da política educacional e da construção de uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial, numa ação com os profissionais da educação, instâncias colegiadas e comunidade escolar.

Oficialmente, a Equipe Multidisciplinar está legitimada pelo Artigo 26A da LDB, Lei n.º 9394/96, pela Deliberação n.º 04/06 CEE/PR, pela Instrução n.º 017/06 SUED/SEED, pela Resolução n.º 3399/10 SUED/SEED e a Instrução n.º 010/10 SUED/SEED. São espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei n.º 10.639/03 e da Lei n.º 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná.

A Equipe Multidisciplinar constitui-se como Instância de Formação Continuada, direcionada para trabalhar questões da cultura afrodescendente e indígena, tendo orientação das ações pedagógicas destinadas à mudança dos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas e formas de tratamento dado aos sujeitos historicamente desfavorecidos social e simbolicamente por conta de práticas discriminatórias. Organizará dois momentos: no Plano de Ação Geral da Equipe Multidisciplinar organizado bianualmente e no Plano de Ação Anual que deve contemplar a organização do calendário vigente, atendendo, contribuindo e subsidiando as ações planejadas em conjunto com professores, equipe pedagógica, gestores, agentes educacionais e alunos.

Sua organização ocorre através de Encontros e Seminários que deverão ser realizados na Semana da Consciência Negra como culminância das atividades planejadas e desenvolvidas nos Encontros das Equipes Multidisciplinares e ao longo do calendário letivo, contemplando data (s) significativa (s) da comunidade local.

Os encontros são organizados de forma colegiada, com apoio de um coordenador cadastrado no sistema eletrônico de registro do NEREA, de acordo com o calendário escolar anual e adequado ao cronograma da SEED/PR, no qual também é disponibilizado materiais com

roteiros de estudo e espaço de inserção das atividades realizadas na escola. Compreendendo que as ações devem refletir as necessidades e realidade da comunidade local.

#### **4.2.16 Cursos Profissionalizantes**

**1. Formação de Docentes:** Ofertado na modalidade integrado (disciplinas específicas e da Base Nacional Curricular Comum) tem duração de quatro anos e capacita profissionais para atuarem na docência da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental. O curso, com oferta de turmas no turno da manhã tem em sua matriz o estágio curricular a disciplina de Prática de Formação (estágio) que é ofertado no turno da tarde. Durante o curso o aluno participa de diferentes momentos de formação com profissionais da educação superior e da educação básica. Além disso, realizam visitas a APAE, Escola Indígena, Centros de Educação Infantil e escolas públicas. Os estágios obrigatórios são realizados em todos os anos do curso incluindo períodos de observação, análise e regência de turmas.

Os professores que trabalham no curso são em sua maior parte concursados na área e com grande experiência da área educacional, o que faz com que o curso tenha ganhado espaço no município e na região

**2. Técnico em Edificações:** O Curso Técnico em Edificações, de nível Médio, visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo, tendo como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como integrante da integralidade do processo educativo.

Tem por objetivo preparar o profissional para projetar e executar obras de acordo com os procedimentos legais, propondo alternativas do uso de técnicas e materiais de construção, elaborando o planejamento e o orçamento necessários à escolha da melhor solução a ser adotada na ocupação do solo, tendo por premissa o respeito e a preservação ambiental.

Pretende oferecer ao aluno uma série de conhecimentos que possam prepara-lo para conhecer um edifício: desde a elaboração de estudos, medições e análises na preparação de projetos, esboços e desenhos, utilizando ferramentas computacionais. Poderá atuar como desenhista projetista, orçamentista e técnico de instalações prediais, coordenando e atuando na execução de várias etapas construtivas, auxiliando o engenheiro tanto no controle, como no planejamento e orçamento da obra.

### **3. Técnico em Administração:**

O Curso Técnico em Administração do Colégio Estadual Mário de Andrade tem por objetivo formar profissionais capazes de transformar as teorias e práticas vistas nos componentes curriculares em soluções que possam melhorar e aumentar a produtividade das organizações através dos conteúdos construídos no curso. É perfeito para quem está começando e para quem já está no mercado querendo crescer, desenvolvendo suas competências profissionais e conquistando cargos mais altos ou novos empreendimentos profissionais. O Curso enfatiza as 4 grandes áreas da Administração: Gestão de Pessoas - Gestão do Produto - Gestão Financeira – Marketing

\* Modalidades de Oferta do Curso:

- Curso Integrado: voltado para quem já conclui o 9º ano, com duração de 4 anos. Ao final do Curso o aluno recebe o Diploma de Técnico em Administração. Matutino e Noturno.
- Curso Subsequente: voltado para quem já concluiu o Ensino Médio, com duração de 18 meses. Ao final do Curso o aluno recebe o Diploma de Técnico em Administração. Noturno.

\* Perfil Profissional – Competências e Habilidades

O perfil do egresso desejado pelo Curso tem as seguintes habilidades e competências:

- Organização e realização de procedimentos administrativos empresariais;
- Efetivação de processos comerciais e da área de marketing e vendas;
- Análise básica das demonstrações financeiras e comerciais;
- Capacidade de liderança, para dirigir pessoas e seus esforços, motivá-las, intervindo ativamente, porém de modo participativo e não impositivo, para que as necessidades da organização sejam atendidas;
- Elaborar planejamento envolvendo as áreas da empresa, levando sugestões e estratégias que poderão ser implementadas pelos superiores, objetivando a melhoria de performance da empresa;

Corpo Docente – O Curso conta com um quadro de professores de alta qualificação técnica-profissional, sua maioria concursada (efetivos), propiciando um trabalho conjunto e contínuo. Principais Atividades Práticas do Curso: Ciclo de Palestras e Semana de Negócios; Visitas Técnicas; Estudo de Casos. Defesa em Banca de um Plano de Negócios; Estágio Remunerado em diversos setores da área Pública e Privado.

#### **4.2.17 Uso das tecnologias no Espaço Escolar**

A acelerada renovação dos meios tecnológicos no espaço escolar não tem se limitado apenas ao treinamento de professores para o uso destes. Frente às mudanças tecnológicas faz-se necessário no espaço escolar, construir novas concepções pedagógicas a partir dos recursos tecnológicos. Práticas estas que promovam o currículo nos seus diversos campos, possibilitando aos docentes e aos alunos se apropriarem criticamente destas tecnologias e práticas educacionais contribuindo para a inclusão digital. A escola atualmente usa e incentiva a socialização do saber por meio das tecnologias em diversos campos no qual destaca-se:

1. Uso de aparatos tecnológicos em sala de aula tais como: Projetor multimídia, caixas de som, tv com entrada de pendrive, notebooks, celular com fim pedagógico, internet wifi;
2. Sala de Altas Habilidades e Sala Multifuncional com computadores e acesso à internet para alunos e professores.
3. Laboratório de informática para pesquisa e impressão de trabalhos dos alunos e professores;
4. Site da escola onde é divulgado as atividades realizadas pela escola bem como o horário semanal das aulas e os documentos escolares como o Projeto Político Pedagógico, Regimento, Calendário escolar e Proposta Pedagógica Curricular;
5. Promoção de oficinas para os cursos profissionalizantes, voltados a especificidades dos mesmos tais como: Oficina de formatação de textos, slides, vídeos, planilhas, projetos, pesquisa refinada, etc;
6. Elaboração de relatório final pelos cursos profissionalizantes utilizando-se de plataformas de construção coletiva de textos e envio de arquivos;
7. Redes sociais para a divulgação de eventos e atividades promovidas pela escola;
8. E-mail da escola onde é repassado semanalmente aos professores, funcionários e representantes das instâncias colegiadas as informações e a organização da escola;
9. Registro de Classe Online realizado diariamente pelos professores contendo o registro das presenças, conteúdos e avaliações realizadas pelas turmas;
10. Sistema de elaboração de horário das aulas com anuidade paga pela APMF;
11. Participação da escola no Programa Conectados 2.0 da Secretaria de Estado da Educação;
12. Formação Online em plataformas educacionais para professores e funcionários promovidas pela Seed.

#### **4.2.18 Projetos e Programas Escolares**

Os projetos e programas desenvolvidos na escola relacionam-se diretamente com a proposta curricular, proporcionando a integração dos alunos em momentos extracurriculares. Esta é uma característica do Colégio Mario de Andrade, constituindo-se de momentos, atividades e espaços repletos de significados, que fortalecem os cursos nas suas especificidades, bem como, propiciam uma integração e socialização dos conhecimentos mobilizados no período letivo, para toda a comunidade escolar.

#### **\* FESTA JUNINA**

Nessa data comemorativa há uma afirmação de identidade cultural, pois, relembram o passado, porque quando se recria o cenário dos arraiais e apresentam-se danças das regiões há um resgate cultural e fortalece a identidade de um povo. Esse resgate deixa de ser apenas oral, como muitas vezes são passadas as culturas de um povo e passa ser concreto.

As festas juninas proporcionam um ensino aprendizado-dinâmico. Dinâmico em torno de manifestações culturais, gastronomia, significação e origem de elementos históricos. Elas também promovem o relacionamento interpessoal e confraternização que nenhuma outra data consegue realizar.

Além de ser a festa mais reproduzida e recriada nas escolas é também um bom momento para desenvolver a aprendizagem, porque é um trabalho sociocultural. Dessa forma, a escola pode e deve tomar partido dessa data para elaborar com os alunos atividades que lhes tragam o conhecimento assim como atitudes e valores, considerando-a um complemento das ações da Equipe Multidisciplinar, sua historicidade e os elementos culturais que caracterizavam a segregação racial, social e econômica de determinada época.

É uma experiência que contribui para uma prática pedagógica diferenciada, além de motivar o aluno a participar, bem como possibilita trabalhar coletivamente e de forma significativa. Porque escola é um espaço de formação ampla do educando, onde aprofunda o seu processo de humanização, aprimorando as dimensões e habilidades.

Dessa forma, o acesso às experiências culturais diversas e a novas linguagens, contribui para o desenvolvimento do aluno como sujeito sociocultural, crítico e criativo.

#### **Justificativa:**

Faz-se necessário desenvolver na escola temas que fazem parte da cultura do nosso país, porque representa um dos pilares fundamentais do conhecimento sobre a vida social e cultural

de um povo. E para o aluno aprender fazendo é muito importante para a formação do educando, porque a prática revela o prazer de conhecer.

O professor neste projeto é o organizador e mediador, pois busca de informações, que estimula a curiosidade e a criatividade do grupo. Alguém que, acima de tudo, entende que os alunos não são receptores passivos, mas sujeitos com interesses e que estão construindo sua história e no caso do tem Festas Juninas, estão reconstruindo a cultura que estão imersos.

Para tanto a escola passa a ser um espaço de busca, de reflexão crítica e que trabalha com várias fontes e áreas do conhecimento conjuntamente às ações da Equipe Multidisciplinar.

### **Objetivos Gerais**

- Refletir sobre vivências e experiências, dando a oportunidade dos alunos aprenderem conceitos que possam levar por toda a vida, como conviver em harmonia;
- Respeitar o próximo;
- Aprender a trabalhar em grupo;
- Ser criativo;
- Ter uma linguagem bem desenvolvida;
- Constituir uma leitura de mundo de forma inteligente e que lhe abra novas perspectivas;
- Ser perceptivo aos fatores críticos;
- Trabalhar conteúdos da série de forma significativa;
- Dançar as músicas típicas na festa.
- Integração dos alunos de todos os turnos e cursos

### **Objetivos Específicos**

- Conhecer as características das festas juninas;
- Respeitar o homem do campo e sua cultura;
- Promover interesse e participação na atividades de ensino-aprendizado;
- Valorizar festa junina dentro do folclore brasileiro, destacando seus aspectos sociais e culturais juntamente sobre as relações sociais;
- Promover o relacionamento interpessoal.
- Reconhecer as comidas típicas que fazem parte da cultura junina enquanto contribuição dos povos indígenas e africanos.

## **Desenvolvimento**

O projeto será realizado com apresentação de trabalhos, painéis de fotos do projeto e com a realização da Festa Junina na Escola, num projeto de envolvimento de toda a comunidade escolar.

## **Avaliação**

A avaliação será através de registro em relação a aprendizagem individual e coletiva dos alunos frente as atividades propostas durante o desenvolvimento do projeto e através das reuniões de formação da Equipe Multidisciplinar.

### **\* JOGOS INTERSÉRIES E INTERTURNOS**

**Justificativa:** Os Jogos Interséries e Interturnos corresponde na integração e socialização entre os alunos dos cursos e turnos diferentes. Numa atividade desportiva extra classe promotora de hábitos saudáveis na prática de atividades físicas e do bom convívio em sociedade, respeito mútuo e espírito de colaboração.

**Objetivo:** Promover a socialização vivenciada na prática dos conceitos apreendidos.

**Desenvolvimento:** Ao final do primeiro semestre letivo, uma Comissão Coordenadora composta por Direção, Professores de Educação Física, Professores colaboradores de Outras áreas, alunos representantes por cursos e níveis, organizam este evento, conforme a previsão em calendário escolar, com um cronograma de competições e disputas de todas as modalidades coletivas e individuais, mediante a inscrição espontânea dos alunos. O evento é organizado mediante um regulamento prévio disposto à todos os alunos pela Comissão Organizadora, o qual orientará todos os procedimentos desta atividade.

**Avaliação:** A avaliação será feita pela participação e aplicação na prática dos conteúdos e conceitos disponibilizados nas aulas regulares de Educação Física.

### **\* SHOW DE TALENTOS**



**Justificativa:** O Evento "Show de Talentos" tem por objetivo expressar os talentos artísticos do Colégio Estadual Mário de Andrade, divulgar habilidades artísticas, promover entretenimento e cultura à comunidade escolar. Poderão participar do evento os alunos do Ensino Fundamental II, Médio e profissional, interessados em mostrar suas habilidades, abrindo espaço para manifestações artísticas e culturais. O aluno, que manifestar interesse em participar do momento receberá uma ficha de inscrição que será preenchida com seus dados e categoria artística escolhida. Após leitura e ciência dos responsáveis acerca do regulamento interno, que normatiza as atividades do Show, a inscrição deverá ser entregue ao orientador da série/ano.

**Objetivo Geral:** Sabe-se que muitas de nossas crianças e adolescentes interagem e se expressam por meio de manifestações artístico-culturais como dança, música, dramatização, entre outras. Muitos de nossos alunos frequentam cursos teatrais, dança, canto, artes plásticas. Portanto, nada mais natural que apresentem tais habilidades aos amigos e familiares. Para concretizar essa realidade, foi criado o Projeto "Show de Talentos 2016", com o intuito de:

- Valorizar os talentos da comunidade escolar.

### **Objetivos Específicos**

- Proporcionar uma integração entre o Ensino Fundamental II , Ensino Médio e profissional, por meio de atividades artísticas e culturais;
- Incentivar os jovens por meio de uma competição saudável, estimulando-os ao desenvolvimento de suas aptidões artísticas;
- Utilizar a música e a arte como instrumentos de promoção social.

### **Desenvolvimento**

São realizadas reuniões com os interessados para orientar a proposta, assim como esclarecer dúvidas, explicar o regulamento, planejar o agendamento para ensaios e dar assistência às necessidades.

A apresentação é em dia programado no planejamento do início de cada ano e contemplará os três melhores destaques para cada categoria oferecida, de acordo com os critérios:

- os participantes do Ensino Fundamental II fazem as apresentações e não concorrerem à premiação;
- os participantes do Ensino Médio e profissional se apresentam e concorrerem, de acordo com a categoria, ao 1º, 2º e 3º lugar.

O Show de Talentos do Colégio Estadual Mário de Andrade acontece dentro das categorias descritas abaixo:

- Dança (solo, dupla) para Ensino Fundamental II.
- Dança (solo, dupla ou grupo) para Ensino Médio e Profissional.
- Artes Visuais (Fotografia e desenho) para alunos do Fundamental II, Médio e Profissional.
- Música: canto ou instrumento; individual ou dupla para o Ensino Fundamental II.
- Música: canto ou instrumento; individual, dupla ou banda para o Ensino Médio e profissional.

No Ensino Médio e Profissional, a partir do recebimento das fichas, uma equipe julgadora realiza uma pré-seleção para cada categoria. Após análise, são escolhidos entre 9 a 12 participantes, que ensaiarão, sob orientação, até o dia da apresentação, de acordo com a programação da Comissão Organizadora.

### **Avaliação**

- Pontualidade ( para todas as categorias);
- Concurso de dança Coreografia, interpretação, técnica, figurino e performance;
- Fotografia Tema, originalidade e criatividade;
- Música Desenvoltura em palco, ritmo, interpretação e performance;
- Desenho Tema, originalidade e criatividade.

### **REGULAMENTO**

- Todas as instruções acerca da participação dos talentos, metodologia de classificação, critérios de julgamento, premiação e demais informações do projeto Show de Talentos estão contidas neste regulamento.
- A participação é aberta somente aos alunos do Colégio Agostiniano São José, do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.
- A participação pode ser individual ou em grupo (verificar critérios para cada ano/série).
- Categorias artísticas: música, dança, fotografia e desenho.
- O aluno poderá participar apenas de uma categoria. •Os alunos dos 6º, 7º, 8º e 9º anos participarão do tema Apresentações de Talentos, que tem por objetivo representações artísticas, sem intuito de competição, entre as turmas. Esses serão preparados para, no futuro, concorrerem ao tema Concurso de Talentos.

- Os alunos do Ensino Médio participarão do tema Concurso de Talentos. Os selecionados passarão por momentos de ensaios antes do dia do evento, pois concorrerão dentro das categorias escolhidas e serão avaliados por um júri, que classificará os candidatos à escala de 1º, 2º e 3º lugar.
- Nesse caso, a ficha de inscrição não garante a participação. A participação só será efetivada após testes e avaliações da comissão organizadora e julgadora. Isso se aplica apenas aos candidatos do Concurso de Talentos do Ensino Médio.
- A participação do Ensino Fundamental é direta, ou seja, a entrega da ficha garantirá o egresso ao Evento. Não haverá testes, porém, se houver algo em desacordo ao regulamento, será cancelada a participação imediatamente, como: falta nos ensaios, estilo inadequado de música, dança e/ou vestimenta.
- A ficha de inscrição deve ser preenchida e assinada pelo responsável, após leitura e ciência deste regulamento e entregue para o orientador da série/ano até a data estabelecida. •As apresentações à Comissão Organizadora e Julgadora ocorrerão no mês de agosto, no período da tarde, por turma. Os horários serão definidos e informados aos alunos via quadro de recados;
- Os participantes aprovados passarão para a fase dos ensaios preparatórios para apresentação final.
- Todas as apresentações devem estar de acordo com as normas e costumes dos padrões de um ambiente escolar, como:
  - vestimentas adequadas e ou adaptadas ao estilo da dança ou apresentação musical;
  - letras de músicas não podem conter conteúdos discriminatórios, ofensivos e palavras com sentidos pejorativos.
- Para participar, o candidato e seu responsável devem ler atentamente o regulamento, os prazos e as regras estipuladas.
- Deve-se preencher a ficha de inscrição com seus dados pessoais, dando ciência ao regulamento.
- A Comissão organizadora não se responsabiliza por danos ou extravio de objetos de qualquer espécie.
- O Show de Talentos ocorrerá no segundo semestre de cada ano. Os candidatos poderão convidar seus amigos e familiares para prestigiá-los, mediante entrega de um número determinado de convites que, oportunamente, serão fornecidos pela equipe organizadora.

- Cada apresentação terá tempo de no máximo 05 minutos e toda e qualquer produção, instrumentos, adereços, vestimentas para viabilizar a apresentação artística é de total responsabilidade do candidato.
- Os desenhos e fotografias terão uma temática definida pela comissão organizadora, e devem seguir os critérios de apresentação, formato, tipo de material utilizado, qualidade da apresentação; identificação e expostos adequadamente nos espaços destinados para este fim.
- As fotografias e os desenhos deverão ser entregues nos dias determinados pela organização do Evento para a Orientação Educacional do candidato.

### **Observações**

1. Os trabalhos não poderão conter imagens de nudez, menções pejorativas e/ou discriminatórias.
2. A realização deve ser de autoria do aluno inscrito.
3. Assim como as outras categorias, o desenho e a fotografia seguirão a mesma norma de participação, ou seja, o Ensino Fundamental entregará sem critério de julgamento. Já para o Ensino Médio, a Comissão julgadora escolherá os três melhores trabalhos.
  - Os grupos de danças e bandas musicais poderão ser compostos com até 10 participantes.
  - No dia do Evento, os participantes deverão chegar ao local com uma hora e meia de antecedência para organização. O horário será divulgado oportunamente.
  - Dúvidas ou mais esclarecimentos serão resolvidos junto à Comissão Organizadora. •Os familiares que tiverem interesse em fotografar e/ou filmar a participação do candidato receberão, na data, orientações da equipe organizadora.

Quanto ao critério de avaliação dos jurados: CATEGORIAS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO Pontualidade Concurso de dança Coreografia, interpretação, técnica, figurino e performance. Fotografia Tema, originalidade e criatividade. Música Desenvoltura em palco, ritmo, interpretação e performance. Desenho Tema, originalidade e criatividade.

Quanto à premiação:

- Os participantes de qualquer uma das linguagens artísticas recebem certificado de participação; os vencedores do Concurso de Talentos, Ensino Médio e Profissional, receberão, além do certificado de participação, um troféu que será ofertado aos três primeiros lugares de cada categoria;

- O resultado será divulgado aos vencedores na mesma data. Quanto às considerações finais: O evento será aberto para a comunidade escolar prestigiar os nossos artistas, mediante recebimento de um número determinado de convites.

**OBSERVAÇÃO:** Os candidatos que não estiverem de acordo com qualquer tópico deste regulamento, devem procurar a Comissão Organizadora para buscar esclarecimentos.

### **\* SARAU LITERÁRIO**

**Justificativa:** A comunidade escolar do Col. Est. Mário de Andrade percebe que na realidade atual o jovem vem se afastando cada vez mais do ato de ler. Aspectos como computadores, videogames, TV, o acesso restrito a leitura no núcleo familiar e a falta de incentivo, têm ocasionado pouco interesse para leitura e por consequência dificuldades expressas, na escola, tais como: vocabulário reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas conhecimentos restritos aos conteúdos escolares.

Neste sentido, entendemos serem necessárias práticas escolares que visem resgatar o valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania.

A prática da leitura na disciplina de Língua Portuguesa sempre foi uma constante na escola, no entanto, os professores sentem a necessidade de ampliar esta prática a outras disciplinas, bem como dar visibilidade as leituras e produções construídas a partir da mesma. Foi assim que surgiu o Sarau Literário.

### **Objetivos**

- Despertar o prazer da leitura e aguçar o potencial cognitivo e criativo do aluno;
- Promover o desenvolvimento do vocabulário, favorecendo a estabilização de formas ortográficas;
- Possibilitar o acesso aos diversos tipos de leitura na escola, nas diferentes áreas do conhecimento;
- Estimular o desejo de novas leituras;
- Possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação;
- Possibilitar produções orais, escritas e em outras linguagens;
- Oportunizar a comunidade escolar a integração e o contato com as produções dos alunos por meio das apresentações construídas pela leitura.

## **Metodologia**

Inicialmente, na primeira Semana Pedagógica do ano letivo é montada uma comissão de professores para organizar o projeto e recolher as inscrições e sugestões.

Durante o ano letivo as disciplinas trabalham o conteúdo e buscam inserir a prática da leitura, da interpretação e da produção a partir do estudo do próprio conteúdo da disciplina. Ao mesmo tempo, os professores ofertam aos alunos, gêneros de leitura variados: poesia, piada, contos, literatura infanto-juvenil, histórias em quadrinhos, artigos informativos, entre outros. Especificamente na disciplina de Língua Portuguesa é realizada a releitura de obras literárias o que permite a produção e a manifestação das mesmas por de diferentes formas (teatro, música, etc.)

Além disso, os alunos do curso de Formação de Docentes desenvolvem momentos de palestras para os alunos do Ensino Fundamental. Com isso, tanto os alunos do curso como os alunos do sexto e sétimos anos são incentivados acerca da importância da leitura.

Em um dia definido em calendário escolar é realizado um evento com as famílias e a comunidade escolar a fim apresentar as produções dos alunos criadas a partir da leitura nas diferentes disciplinas.

As equipes pedagógicas juntamente com a comissão de professores responsáveis pelo evento fazem as inscrições, o acompanhamento, avaliação e reorganização dos trabalhos.

## **Avaliação:**

Pela pesquisa realizada com os alunos (anexo deste documento) é possível concluir que esta atividade tem motivado os alunos à prática da leitura. Embora ainda temos muitos alunos que precisam ler mais é perceptível o avanço em relação a leitura e a escrita em algumas turmas. Ao final de cada ano é realizada avaliação com os professores das disciplinas e a atividade é aperfeiçoada de acordo com as necessidades levantadas.

## **\* SEMANA DA EDUCAÇÃO**

## **Justificativa**

A escola se apresenta hoje, como uma das mais importantes instituições sociais responsáveis por estabelecer a mediação entre o indivíduo e a sociedade, ao transmitir a cultura, e com ela, modelos sociais. A escola é a instituição contemporânea que intermedia essa relação.

Essa instituição contemporânea, precisa fazer a articulação entre vida escolar e a vida cotidiana, portanto, a vida escolar deve estar articulada com a vida social, para que o educador conceba essa dialogicidade que necessita para estar apto a conviver com essa nova realidade.

As finalidades da educação escolar são enfocadas nas teorias pedagógicas e na práxis pedagógica adotada pelo educador. Toda ação educativa exercida por professores em situações planejadas de ensino e aprendizagem, deve considerar as internacionalidades, tendo em vista o que fundamenta a ação docente.

É nesse contexto que se perfaz a concepção e a urgência sobre o tema “formação de professores”, pois é algo que deve ser pensado como um processo ininterrupto que não deve se esgotar com uma conclusão de um curso e a Semana da Educação se apresenta como meio de preparar de forma abrangente nossos educandos para o exercício da prática pedagógica.

Este evento foca a importância da formação dos professores e suas formações docentes. Dessa forma, a Semana da Educação propõe evidenciar a importância da formação para a melhoria da prática pedagógica dos professores a partir de uma inserção no mundo do conhecimento sistematizado e nesse aspecto a Universidade pública contribui significativamente.

### **Objetivo**

Proporcionar, aos alunos do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Mário de Andrade, discussões sobre temas atuais da área da Educação.

### **Metodologia**

A Semana de Educação UNIOESTE/Colégio Estadual Mário de Andrade, proposta de trabalho iniciada 2004, tem o intuito de contribuir na formação dos professores em nível médio normal. Nesta Semana, os educandos do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Mário de Andrade participam de oficinas, mesas-redondas, palestras e mini-cursos com profissionais especializados e pesquisadores da área da Educação.

As finalidades da educação escolar são enfocadas nas teorias pedagógicas e na práxis pedagógica adotada pelo educador. Toda ação educativa exercida por professores em situações planejadas de ensino e aprendizagem, deve considerar as intencionalidades, tendo em vista o que fundamenta a ação docente.

### **Avaliação**

A avaliação é instrumento importante no decorrer do processo. E no final do evento as turmas participantes e os Educadores também avaliam o evento apontando pontos a serem melhorados para o ano seguinte.

O trabalho escrito pelos alunos será avaliado juntamente com o relatório.

## **\*SEMINÁRIO DE ESTÁGIO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES**

### **Justificativa**

O Estágio Supervisionado é parte fundamental da formação docente integrando teoria e prática, representando um momento imprescindível na formação profissional. Constitui-se num importante instrumento de estudo e avaliação do processo ensino e aprendizagem.

A proposta de realização do Seminário de Estágio Supervisionado pretende fazer a integração das turmas e um feedback das temáticas da Ementa do Curso estudadas nos diferentes anos. Considerando ainda que a Prática de Formação é uma exigência legal para a conclusão do Curso. Seminário surge da necessidade de propiciar aos alunos uma visão integral de toda a Prática Profissional desenvolvida nos quatro anos das aulas de Estágio Supervisionado, proporcionando aos mesmos, incentivos e motivação para a continuidade dos estudos.

### **Objetivo**

- Proporcionar ao estagiário a oportunidade de planejamento, organização e apresentação dos conhecimentos teórico-metodológicos, desenvolvidos durante o ano no seu processo de formação profissional;
- Promover a integração entre as turmas dos quatro anos do Curso de Formação de Docentes;



- Proporcionar momento de atividades diferenciadas fora do espaço escolar e a integração com a universidade;
- Possibilitar aos alunos uma visão integral das temáticas desenvolvidas durante o Curso.

## **Metodologia**

No Início do ano letivo a Coordenação de Estágio, juntamente com os professores do Curso planejam uma data para o encerramento das atividades de Prática de Formação a ser desenvolvida em data previamente marcada, onde é agendado um local amplo que possa abrigar todos os alunos do curso na atividade.

Cada turma de estágio juntamente com o professor de Prática de Ensino sistematizam as atividades realizadas no estágio durante o ano letivo e planejam a melhor forma de apresentar a sistematização do estágio. Esta atividade deve envolver as questões teóricas e práticas em forma de apresentações artísticas conforme a temática desenvolvida durante o ano.

Também neste momento é convidada representantes das instituições onde os alunos realizaram os estágios (Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais dentre outros) para relatar a experiência dos estágios na instituição.

## **Avaliação**

Sendo a avaliação parte fundamental do processo ensino e aprendizagem, consideramos este momento imprescindível para avaliar o crescimento e desenvolvimento do aluno durante o ano e é também parte integrante da avaliação do 3º trimestre.

## **\*CICLO DE PALESTRAS E SEMANA DE NEGÓCIOS**

### **Introdução**

Segundo o PMBOK (PMI, 2004) “um projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo”. É realizado por pessoas, possui recursos limitados passando pelas fases de planejamento, execução e controle.

"O plano de negócio é uma das ferramentas imprescindíveis do empreendedor e futuro empreendedor. Trata-se de um documento que consolida uma ideia de um novo negócio...".

O Curso Técnico em Administração do CEMA visa formar profissionais capazes de transformar as teorias e práticas vistas nos componentes curriculares em soluções que possam melhorar e aumentar a produtividade das organizações através dos conteúdos construídos no curso. É perfeito para quem está começando e para quem já está no mercado querendo crescer, desenvolvendo suas competências profissionais e conquistando cargos mais altos ou novos empreendimentos profissionais.

Diante do exposto, o Curso cria as possibilidades para oportunizar ao aluno a articulação entre teoria-prática. Surge então, a semana do curso “Ciclo de Palestras e Semana de Negócios”. As Palestras com temas pertinentes a formação humana, socioambiental e profissional, previamente definidas, de acordo com o tema principal.

Todos os negócios são apresentados e desenvolvidos por alunos do Curso Técnico em Administração, modalidade Integrada e Subsequente do CEMA.

Os alunos são divididos em grupos, e cada grupo constitui uma empresa, com seus aspectos contábeis, financeiros, custos, marketing, produção etc., e precisam criar um produto para comercializar na semana de negócios. Cada Empresa tem a sua estrutura montada, e os produtos comercializados são feitos pelos próprios alunos, antes do intervalo, para serem vendidos a todos os alunos do CEMA, pais e visitantes.

A Semana acontece entre os meses de Julho e Setembro de cada ano. Já estamos na XI semana do evento.

### **Definição do Público Alvo**

Todos os alunos do Colégio Estadual Mário de Andrade, Professores, Funcionários e comunidade externa.

### **Justificativa**

As constantes mudanças na situação socioeconômica têm acentuado e modificado as demandas e pressões sociais a que as organizações são submetidas. A Administração assume importante papel nesse contexto. O profissional técnico em administração tem seu espaço de atuação junto às organizações públicas ou privadas, em consultorias e pesquisas. O mercado de trabalho está aberto à gestão de empresas no sentido de planejar, organizar e coordenar, aumentando a competitividade desta. O profissional especializado atua em organizações de diversos tipos, exercendo atividades que privilegiam aspectos empreendedores com foco na sustentabilidade e sucesso da empresa, na perspectiva de melhoria de resultados do empreendimento.

Os gestores empresariais devem definir as suas estratégias e construir planos de desenvolvimento do seu negócio, de modo a articular as ações necessárias para atingir os objetivos da empresa.

A elaboração de projetos devidamente planejados através da análise de mercado, análise de viabilidade, retorno de investimento, enquadramento da natureza jurídica da empresa, ou identificação do grau de interesse para o aluno, entre outros, é de extrema relevância para o conhecimento prático de todas as disciplinas da grade curricular do curso, com a aplicação dos conhecimentos teóricos estudados.

Ao final da fase de Implantação do Projeto, o aluno terá uma visão mais concreta do ambiente do negócio e do conceito do negócio que pretende constituir para atender o público alvo definido. Nesse momento, tem-se ainda uma melhor orientação a respeito dos investimentos e esforços necessários. Com base nisso será possível tomar a melhor decisão, passando para as fases de Plano do Projeto, Execução do Projeto e Encerramento.

### **Objetivos**

- Capacitar o aluno a criar, desenvolver, implementar e avaliar práticas de gestão empresarial adequadas à realidade específica de cada organização, além de contribuir para seu desenvolvimento;
- A Integração, na tarefa educativa, dos princípios empreendedores levando os alunos ao conhecimento pleno de suas potencialidades, transformando-os em gestores do seu crescimento pessoal e profissional.
- A preparação para a cidadania, cuidando do meio ambiente, para continuar aprendendo, mesmo depois de sair da escola, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas situações e aperfeiçoamentos posteriores;
- Aplicar na prática os conceitos estudados, aliando teoria e prática.

### **Descrição da Metodologia/Organização do Projeto.**

O Projeto realizado junto a todos os alunos do Curso Técnico em Administração está dividido em funções e tarefas, conforme abaixo:

- **Apresentação de uma Empresa já Constituída (Real):** A apresentação é feita por um *proponente* (grupo de alunos) a uma empresa/patrocinador, que verificará segundo seus critérios de avaliação a concessão ou não do apoio solicitado. Será

apresentada a empresa em vários aspectos: produto, mercado, concorrência, público alvo, histórico da empresa, dados econômicos e financeiros ente outros.

- **Negócio – Prática Empresarial:** Em grupos, desenvolverão um produto ou serviço, conforme Plano de Negócios desenvolvido, e ao implementar o projeto, comercializarão o referido produto, tendo como público alvo todos os agentes internos do CEMA e comunidade externa, em dois dias na semana.
- **Consultoria:** Em grupos, darão assistência, consultoria aos demais grupos empresariais, ou seja, cada empresa constituída terá um grupo de consultores durante todo o processo de planejamento e execução.
- **Apresentação de Trabalhos/Seminários:** Grupos pesquisam temas, confeccionam materiais, fotos, e apresentam para todos os visitantes.

### **Fontes de recursos financeiros**

Os alunos (grupo das Empresas) fazem a injeção de capital próprio, e podem, ainda, buscar Patrocínio junto a empresários e Instituições Financeiras. Esse recurso oriundo de Patrocínio, no final da prática comercial, é retirado do Lucro, e revertido para o Curso Técnico em Administração do Colégio, para compra de Livros da área específica, Visitas Técnicas e doações a entidades como Creches, Casa Abrigo Anjo Gabriel entre outras.

**Cronograma de execução:** Define a distribuição das tarefas ao longo da semana, a saber:

1º dia - Abertura – Palestra – temática previamente definida pelos Professores; e Coffeebreack;  
2º dia – Apresentação das Empresas já existentes (reais) pelos alunos do 1º ano e Apresentação de Trabalhos/Seminários.

3º e 4º dia – Prática Empresarial - Comercialização – pelos alunos do 2º e 3º anos.

4º ano - Em todos os momentos os Consultores (alunos do 4º ano estão envolvidos), além dos mesmos, estarem responsáveis pela decoração, divulgação, som e mídia, além do cerimonial de abertura.

### **Avaliação**

A Avaliação é feita pelos professores (Banca) valendo de 0,0 a 10,0 conforme Regimento CEMA. A Média das Avaliações feitas por um grupo de professores será atribuída em todas as Disciplinas, de acordo com Critérios pré-definidos, em Fichas de Avaliação própria, sendo também realizada a Recuperação para quem não atingir a Média, ou possui Falta Justificada, sendo.

## **Resultados esperados:**

### **Totalmente satisfatórios.**

- Participação de 100% dos alunos;
- Grande envolvimento com os pais e empresários locais.
- Todos os Professores da Base Nacional Comum e Específica se envolvem durante toda a preparação;
- Os cuidados com as questões do lixo produzido e seu devido armazenamento/seletividade e destinação;
- A vivência prática das questões empresariais, seja pela elaboração do Plano de Negócios, seja com a produção dos Produtos a serem comercializados, seja com a efetivação da Venda dos produtos e a administração dos Custos e Resultados/Lucros;
- Retorno aos Investidores/Patrocinadores;
- Integração entre o Curso;
- Interdisciplinaridade com todas as Disciplinas do Curso.

## **\*FEIRA DAS PROFISSÕES**

### **Justificativa**

O espaço da escola é ao longo do ano muito procurada por instituições de ensino profissionalizante para a divulgação dos cursos ofertados pelos mesmos. Estas instituições são de nível médio divulgando cursos de aperfeiçoamento profissional e instituições de Ensino Superior públicas e particulares. A comunidade escolar do Col. Est. Mário de Andrade considera que é muito importante ao aluno conhecer a especificidade dos cursos profissionalizantes disponíveis na região tanto de Ensino Médio quanto do Ensino Superior. No entanto, durante o espaço da aula, este contato atrapalha o andamento dos conteúdos e é realizado de forma superficial pois o curto espaço de tempo não permite ao aluno explorar as características da instituição ou dos cursos ofertados por ela. Assim, desenvolveu-se no colégio um espaço planejado para uma feira que permitisse as instituições divulgar os cursos de forma mais abrangente e aos alunos, não só do Colégio Estadual Mario de Andrade, mas também de outras escolas estaduais do município conhecer e participar da feira. A este evento chamamos de feira das profissões.

### **Objetivo**

Propiciar aos alunos da rede estadual de ensino do município o contato direto com os cursos profissionalizantes ofertados por instituições de ensino médio e superior públicas e particulares da região.

## **Metodologia**

Inicialmente, o Col. Est. Mário de Andrade convida as instituições públicas e particulares da região que ofertam cursos profissionalizantes de nível médio e superior. Agenda-se um dia para sorteio ou escolha dos estantes (espaço) para a montagem dos estantes. O local de realização da feira é o ginásio de esportes deste colégio.

Após fechada a participação das instituições é firmada a parceria com a prefeitura municipal no setor de transporte escolar para o deslocamento das turmas de nonos anos e de formandos das escolas estaduais do município a fim de participarem da feira.

A feira acontece em um dia nos turnos da manhã, tarde e noite. Neste momento os alunos das escolas estaduais juntamente com os professores visitam os estantes montados pelas instituições e conversam diretamente com os coordenadores dos cursos técnicos e superior. Assim, os alunos têm a oportunidade de conhecer a especificidade dos cursos técnicos e superiores, durar as dúvidas quando a profissionalização, valores, distancia, tempo, campo de trabalho, matriz curricular, conceitos, etc. Também é oportunizado as escolas estaduais que ofertam cursos profissionalizante na modalidade integrada e subsequente a divulgação dos mesmos para as turmas de nonos anos.

A contrapartida da feira para as instituições é a oportunidade de divulgação de seus cursos, vestibulares e processos seletivos para o maior número de alunos em curso espaço de tempo, além de propicia um espaço para expor os materiais, experiências e atividades desenvolvidas pelos cursos, que no espaço de divulgação em sala de aula seria impossibilitado. Além disso, a feira acontece geralmente no mês de novembro período em que as instituições estão em processo de divulgação e inscrições abertas.

É proporcionado aos alunos que vêm de outras escolas para a feira um lanche de forma gratuita.

## **Avaliação**

A feira das profissões que acontece no Col. Est. Mário de Andrade tem uma caminhada de mais de uma década e é reavaliada e aperfeiçoada a cada ano. Para a avaliação do evento procura-se ouvir os professores, os alunos participantes e os representantes das instituições.

## **\*SEMANA INTEGRADA DO ENSINO MÉDIO**

### **Justificativa**

O Ensino Médio traz conforme o seu artigo 35 da LDB9394/96 a finalidade de consolidar os conhecimentos adquiridos à etapa que o antecede, o Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos além da preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Busca também o aprimoramento dos alunos como pessoa humana, através de uma formação ética, com autonomia intelectual, pensamento crítico e compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Sendo a escola o espaço deste desenvolvimento dos sujeitos, tem a incumbência, a partir da sua concepção de homem e sociedade, organizar-se pedagogicamente a fim de definir, ações educativas e as características necessárias para cumprir sua intencionalidade de formar cidadãos participativos, críticos e criativos. (Veiga,1995) Alunos que valorizem o conhecimento científico enquanto produção do trabalho humano, ou seja, a humanização dos sujeitos que o acessam.

### **Objetivo**

A Semana Integrada do Ensino Médio tem o objetivo de integrar todos os anos, em atividades metodologicamente diferenciadas, de forma interdisciplinar ao currículo escolar, oportunizando aos alunos um espaço de reflexão da importância de todos os conteúdos selecionados na sua formação humana e a socialização dos saberes desenvolvidos entre seus colegas.

### **Desenvolvimento**

A Semana Integrada do Ensino Médio é uma proposta do coletivo dos profissionais que trabalham no Ensino Médio como uma atividade para fortalecer a identidade deste Curso e o integre no projeto da escola, uma vez que os demais fazem atividades diferenciadas apresentando à comunidade os conhecimentos apropriados e o Ensino Médio ficava excluído destas propostas.

Nesta semana, os alunos do 1º, 2º e 3ºs anos de cada turno vivenciarão e apresentarão atividades propostas pela Coordenação Geral deste evento, com uma temática unificada para todos os anos, mas com atividades comuns que se caracterizarão em Oficinas, Aulas preparatórias

para ENEN, Café Filosófico, Visitas às instituições de Ensino Superior, Feiras e Orientações Gerais para acessar os programas de ingresso às universidades e palestras.

Todas as atividades acontecerão em hora letiva e as que ocorrerem em horários contrários poderão complementar o calendário escolar conforme as normas e orientações do sistema. A coordenação Geral será composta pela Equipe Pedagógica, Professores das turmas de todas as disciplinas e alunos representantes de turma. Esta organização acontecerá mediante projeto e regulamento próprio a ser definido em reunião pedagógica no 1º trimestre.

### **Cronograma**

A Semana Integrada do Ensino Médio ocorrerá no 2º Trimestre do ano, com datas e quantidades de dias definidos em calendário escolar e no Plano de Ação Anual da escola.

### **Avaliação**

A avaliação ocorrerá no último dia das atividades com as turmas e professores participantes, os quais responderão ao questionário de avaliação sobre os objetivos e as atividades desenvolvidas, apontando pontos positivos e negativos a serem mantidos ou aprimorados para o ano seguinte.

Por ser uma semana integrada aos conteúdos da PPC, os professores poderão definir atividades nela desenvolvidas como atividades avaliativas, desde que estejam organizadas no seu Plano de Trabalho Docente e orientadas aos alunos durante as aulas que antecedem a semana da atividade.

### **\*CELEM - ESPANHOL**

O Colégio Estadual Mário de Andrade oferta o CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) de Língua Espanhola, como um ensino extracurricular, plurilinguista e gratuito para alunos da Rede Estadual Básica, matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, Educação Profissional, extensivo à comunidade, professores e agentes educacionais. O CELEM é regulamentado pela Resolução nº 3904/2008 e pela Instrução Normativa nº 19/2008, além de ser subordinado às determinações do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar.

As aulas do CELEM são realizadas no turno contrário ao estudo do aluno e devem buscar no decorrer do curso desenvolver atividades que integrem o uso da língua espanhola as atividades



da escola, ou seja, a participação dos alunos do curso em eventos culturais, no intercâmbio com outras escolas e na disseminação da cultura dos países de língua espanhola.

#### **\*ATIVIDADE COMPLEMENTAR FUTESAL**

A escola dispõe da atividade Complementar de Futebol de Salão em Contraturno como garantia da continuidade das atividades práticas da Educação Física, específica no macro campo do Esporte e Lazer e da sua Proposta Pedagógica Curricular . Por meio desse programa, oportuniza uma atividade de ampliação de jornada por modalidade de ensino com o objetivo de promover a melhoria da qualidade do ensino através da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas em contra turno no espaço do Ginásio de Esporte da Escola, a fim de atender às necessidades socioeducacionais dos alunos, possibilitando maior integração entre alunos, escola e comunidade, democratizando o acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

Tem como objetivos: - Proporcionar a prática do futsal de forma recreativa e competitiva;

- Desenvolver, através da prática esportiva, uma consciência participativa, cooperativa e solidária, portanto cidadã;
- Promover a sociabilidade, o amadurecimento emocional e psicomotor do indivíduo, favorecendo o aprendizado do saber ganhar e saber perder, do repartir, do organizar, do liderar, do persistir e do ser responsável;
- Oportunizar a inclusão social;
- Fazer com que o aluno entenda o jogo de futsal e sua dinâmica;
- Enfatizar principais benefícios que os estudantes têm ao praticar o futsal na escola;
- Disseminar os benefícios do futsal na vida social do aluno;
- Abordar os benefícios do futsal para a saúde.

- Criar a cultura de que esportes não envolvem apenas somente alto rendimento e competições escolares;

- Despertar o fator motivacional do aluno;

- Ressaltar a importância da disciplina de Educação Física aliada ao pensamento crítico sobre a mesma, além da junção de teoria e prática.

- Participar dos 64º JEPS – Jogos escolares do Paraná.

A metodologia adotada nas aulas leva em conta os diferentes objetivos a serem alcançados. As aulas dar-se-ão em módulos, pois como o esporte é muito complexo, para facilitar a aprendizagem, esse deve ser separado em fases que progridem em relação à dificuldade. Nos primeiros módulos, os participantes do projeto irão construir relação com a bola (eu-bola); construir uma relação com o espaço no qual se joga; construir relação com a presença de alvos (eu-bola-alvo); construir uma relação com a presença do colega; construir uma relação com a presença do adversário (eu-bola-adversário).

No 2º Módulo serão exploradas movimentações táticas e, por último, ênfase aos os jogos formais, com a intenção de fazer com que os alunos apliquem nos jogos de futsal as situações que foram aprendidas anteriormente. Outra metodologia adotada, além das aulas práticas e teóricas, será análise de treinos e jogos competitivos, com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre o jogo e rever comportamentos e relacionamentos entre a equipe e demais competidores.

### **\*AULAS PREPARATÓRIAS PARA OS EXAMES DE INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR**

A escola tem como compromisso, a partir da sua função básica, oportunizar no Ensino Médio, além da consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, o acesso aos conhecimentos essenciais para o prosseguimento dos estudos, com vistas que nossos alunos deem continuidade aos seus estudos. Consideramos que o acesso aos conhecimentos e técnicas mais apurados formam os sujeitos para o mundo do trabalho e as suas constantes mudanças, mas indispensáveis na promoção da continuidade do processo educacional de nossos educandos.

Considerando a sociedade de classe em que vivemos, a escola levantou no seu marco situacional que tem na sua grande maioria uma demanda de alunos, filhos da classe trabalhadora e/ou alunos trabalhadores. Assim, compreende a importância de oportunizarmos mais e melhores condições para o ingresso de nossos alunos às Universidades, preferencialmente públicas, as quais sempre são muito concorridas e de difícil acesso. Reafirmamos que não se trata de estabelecer na escola a lógica de preparação pontual para os exames, mas oportunizar espaços e tempos complementares da Proposta Pedagógica Curricular de acordo com os conteúdos exigidos nos exames de admissão para o ensino superior.

As aulas preparatórias caracterizam-se em momentos complementares destinadas aos alunos que se encontram nesta etapa de acesso ao ensino superior. Neste intuito o quadro docente organizará dias específicos no calendário para complementar conteúdos relevantes a esse processo, nas diversas áreas do conhecimento, direcionados aos alunos do Ensino Médio Regular e dos Cursos Técnicos Integrados.

O levantamento das necessidades curriculares será organizado entre a Equipe Pedagógica e a Equipe Docente e ofertados em períodos diferentes ao período letivo, podendo ser considerado hora letiva complementar desde que estejam organizadas no seu Plano de Trabalho Docente e orientadas aos alunos durante as aulas que antecedem a semana prevista para esta atividade.

As aulas preparatórias seguirão um Plano de Trabalho Pedagógico que apresentar-se-á com as Disciplinas, Conteúdos, Metodologia, Carga Horária Letiva, Cronograma de dias, Público Alvo participante e local de realização.

### **4.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR ( Etapa a ser implementada no ppp conforme orientação do nre)**

#### **4. 4 Avaliação do Projeto Político Pedagógico**

A avaliação é fundamental em qualquer atividade desenvolvida pela escola, indispensável no sistema de organização e de gestão democrática. Auxilia nas ações decididas coletivamente, verificando se realmente os trabalhos estão sendo desenvolvidos. A partir da identificação das dificuldades, possibilita uma análise entre o planejamento e o funcionamento do trabalho, tendo como objetivo melhorar o desempenho do trabalho escolar. Dessa forma, é preciso a coleta de informações das atividades realizadas na escola, através da observação da direção e equipe pedagógica. Este acompanhamento evidencia erros, dificuldades, êxitos e fracassos referentes ao que foi pensado e planejado. A partir desses resultados faz-se uma análise coletiva para a tomada de decisões sobre os aspectos negativos evidenciados.

Considerando a flexibilização deste projeto, as rápidas mudanças políticas, econômicas, e tecnológicas da sociedade, vê-se a permanente necessidade de avaliação e mudanças no fazer pedagógico, para que de fato a escola cumpra sua função a de “transmissão-assimilação do saber sistematizado” (SAVIANI, 2003.p. 4).

No processo de construção histórico e crítico da educação, O Projeto Político Pedagógico tem suas ações avaliadas anualmente no Plano de Ação Anual, aprovado em Assembleia da comunidade escolar e homologado pelo Conselho Escolar no início de cada ano letivo.

Outras adequações e mudanças necessárias poderão ser avaliadas a qualquer tempo, mediante discussão e apreciação prévia do coletivo da escola e posteriormente após a aprovação do Conselho Escolar ao considerar sua relevância e necessidade em relação as melhorias da educação disponibilizada na escola.

## V - REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMO, H. W. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Scritta (1994).

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Ideologia e reprodução cultural e econômica. São Paulo: Brasiliense, 1982 (p.43-68).

ABRAMOVAY M.; ESTEVES L.C.G. **Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. ESTEVES L.C.G.; ABRAMOVAY M. *Mundos sociais: saberes e prática*. VI Congresso Português de Sociologia. De 25 a 28 de julho de 200 – Disponível em: [www.aps.pt/vicongresso/pdf](http://www.aps.pt/vicongresso/pdf). Acesso em 06/092016.

AMARAL, Wagner Roberto do. **A Política Pública de Educação e Diversidade da Rede Estadual de Educação do Paraná: trajetórias e Perspectivas**. (texto). Curitiba, 2010.

BRASIL. MEC. Resolução n 02/99;

\_\_\_\_\_ n 01/04;

\_\_\_\_\_ CNE/CEB. Parecer n 01/99;

\_\_\_\_\_ n 17/01;

\_\_\_\_\_ n 35/03;

\_\_\_\_\_ LDB n 9394/96;

BRASIL. Salto para o futuro. **Educação Integral**. Ano XVIII, Boletim 13. Brasília: MEC/SEAD, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 2000

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8.069/1990.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II : o jovem como sujeito do ensino médio* / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [organizadores : Paulo Carrano, Juarez Dayrell]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013. Disponível em:

[pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/cadernos/web\\_caderno\\_2.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/cadernos/web_caderno_2.pdf).

Acesso em 08/09/2016.

BRASIL: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do idoso) e legislação correlata. – 3.

ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2013. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/Legislaoidoso.pdf> Acesso em 09 de agosto de 2016.

BRASIL: CNE. Resolução CNE/CES 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, de abril de 2001. Seção 1.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Perspectiva Sócio Histórica De Leontiev E A Crítica À Naturalização Da Formação Do Ser Humano: A Adolescência Em Questão**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 26-43, abril 2004 Acesso em 08 de Set. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

CARDINET, Jean. **A Avaliação formativa num ensino diferenciado**. Coimbra. Livraria Almedina. 1986.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

CRUZ, G. B. da. **A prática docente no contexto da sala de aula**. Artigo. Editora UFPR. 1995.

CROCHIK, José Leon. O computador no ensino e a limitação da consciência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade.

Revista *Àgora – Políticas públicas e Serviço Social*, Ano. 2, Vol.3, dez. 2005. Disponível em: [www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc](http://www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc). Acesso em 10 out. 2013

DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP, 1999.

DICIONÁRIO INFORMAL, disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/usuario/id/27/>. Acesso em 17/03/17.

FRABBONI, Franco. A escola infantil entre a cultura da infância e a ciência pedagógica e didática. In: ZABALZA, Miguel A: *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FERREIRA, Maura Syria Carapero (Org.) **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Pulo. **Pedagogia do Oprimido: Saberes necessários. A Prática Educativa**. Paz e Terra. São Paulo. 2003.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler - Centro de Referências em Educação educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia\_ato\_ler.pdf. Acesso em março 2017.

FREITAS, F. V. **Adolescência e Juventude: das noções à abordagens**. In LÉON. D. O.org. Juventude e Adolescência no Brasil: referenciais conceituais. São Paulo; Ação Educativa, 2005. P. 09-18 Disponível em: [library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf](http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf) Acesso em 07/09/2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capital Real**. 5ª Edição. 1995. Editora Cortez. São Paulo

\_\_\_\_\_ A Construção Curricular e demarcação discursiva: gênese e afirmação da Proposta Escola Cidadã de porto Alegre. 1999. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

GIMENO SACRISTÁN J. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática. In: PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. Cap. 6, p. 119-148.

\_\_\_\_\_ (Org.) CIAVATTA, Maria (Org.). Ensino Médio – Ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, 2004.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórica - Crítica**. 2ª Edição. Editora Autores Associados. 2003. Campinas São Paulo.

GUERRA, Miguel Santos. **A Escola que Aprende**. ASA. 1993.

GUEDES, Paulo Coimbra; SOUZA, Jane Mari de. Leitura e escrita são tarefas da escola e não só do professor de Português ; Não apenas o texto mas o diálogo em língua escrita é o conteúdo da aula de Português. In:\_\_\_\_\_. Ler e escrever: um compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2006. p.15-20, 137-156.

HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2001

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=123359> – Consulta em 18/05/2017 às 19h51min

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default\\_tab.shtm](http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm) . Acesso em: 09 de agosto de 2016.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez,1995.

- KUHLMANN JR., M., (1998). *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LEONTIEV, A. “Uma contribuição a teoria do desenvolvimento da psique infantil”. In: Vigotskii, L . S.; Luria, A. R. & Leontiev, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 10. ed. Sao Paulo, icone, pp. 59-83. (2006).
- LIBÂNEO, José Carlos, **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**, 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2005.
- LIMA, E. S. **Avaliação na Escola**. São Paulo: Sobradinho 107, 2002;
- LOPES, A. C. Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio: quando a integração perde se potencial crítico. In LOPES A.C. e MACEDO, E. (orgs.) **Disciplinas e integração curricular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. Cortez Editora, SP 2005.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural. 1978. (Coleção Os Pensadores).
- MOREIRA, Antônio F. e Silva, Tomaz (org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo. Cortez. 1994.
- MORAN, José Manuel, *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá* 4ª ed, Papirus, 2009.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 1997.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: o que são e como se constituem*. UFPE, Recife, 2000.
- MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão - *A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental* - Campinas, SP : Autores Associados, 2011. - (Coleção Educação contemporânea)
- NOSELLA, P. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- OZELLA, S. (Org). **Adolescências construídas - a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PARANÁ. Resolução n 3904/2008 – regulamenta a oferta de cursos do CELEM.
- PARANA. Secretaria de estado da educação do paraná. Departamento de educação básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica- Arte**. Paraná. 2008
- PARANÁ. Instrução n 019/2008 – SUED/SEED. Estabelece critérios para implantação e funcionamento do CELEM

PARANÁ. CEE. Deliberação n 010/99;

\_\_\_\_\_ Deliberação n 02/03;

\_\_\_\_\_ DEEIN. Departamento de Educação Especial Inclusão Educacional;

PARANÁ - Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Núcleo de Apoio ao Sareh. Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh) / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Núcleo de Apoio ao Sareh – Curitiba : Seed-PR., 2010. - 140 p. - (Cadernos temáticos).

PIMENTA, Selma Garrido; SILVA, Carmem Bissoli Da Franco, SANTORO, Maria Amélia, PINTO, Umberto D e Andrade. **Pedagogia e Pedagogos: Caminhos e Perspectivas**. São Paulo. Cortez. 1994.

PRAIS, Maria de Lourdes. **Administração Colegiada na Escola Pública**. Campinas. Papirus. 1990.

ROGERS, Carl. **Um jeito de Ser**. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. São Paulo. 1982.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Porto Alegre: Artmed, 2000.

SALLES, Carlos Alberto Correa – Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: FGV, 2005a (apostila do curso de Gerência de Projetos).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica**. Primeiras Aproximações. 8ª edição. 2003. Autores Associados. Campinas, São Paulo.

\_\_\_\_\_ **Escola e Democracia**. Autores Associados. São Paulo. 1992.

\_\_\_\_\_ **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 10ª edição. 1994. Editora Cortez. São Paulo.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

SOARES, M. A entrada da criança no mundo da escrita: o papel da escola. IN Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais**. SEED: Curitiba, 2010. P. 21-23.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SODRÉ, M. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1983.



UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Políticas públicas de/para/com Juventude. Brasília: UNESCO, 2004. UNESCO. Publicações da UNESCO para a juventude. Disponível em:<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/>> Acesso 08/09/2016.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo; Paz e Terra, 1997.

VEIGA, Ilma Passos A. (org). Projeto Político-pedagógico da escola. Campinas SP: Papirus, 1995.

VIANNA, Liça Oliveira de Almeida. **Planejamento Participativo na Escola: um desafio ao educar**. São Paulo. EPU 1989.

VYGOTSKY. Lev Semnovich. A formação social da mente. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

TROTSKI, L. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Revolução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. Cultura e socialismo. In: MIRANDA, Orlando (Org). **Leon Trotski**: política. São Paulo: Ática, 1981.

XAVIER, Carlos Magno da Silva – Gerenciamento de Projetos – Como definir e controlar o escopo do projeto – São Paulo: Editora Saraiva, 2005.